

O QUE SE PASSA COM A NOSSA MOEDA?

Por
Carlos Pimenta
& João Teixeira

Quando estes artigos foram escritos utilizaram ainda a máquina de escrever. Os originais estão há muito perdidos. Nesta recuperação tive que utilizar o que foi publicado no Jornal Opinião, havendo num ou outro caso frases que foram mal transcritas.

Para se obter o presente texto fez-se o OCR e a correcção do OCR. É de admitir que tem em relação ao jornal muito poucos erros, mas eles podem existir.

Este trabalho não contactou com a colaboração de João Teixeira, porque nunca mais o contactei e não sei do seu paradeiro.

Tenho que agradecer a Adélia Magalhães o cuidado posto no OCR e sobretudo a minha querida esposa que tem tido, ao longo dos anos, a paciência para rever os meus textos e corrigir as versões definitivas.

Julho 2010

Advertência ao leitor:

1. Neste conjunto de artigos consideramos preferível metodologicamente começar por abordar as questões teóricas gerais e, de seguida, aplicá-las ao estudo da própria realidade portuguesa.
2. Com tal opção visamos transmitir não apenas um conjunto de conclusões, mas fornecer as bases que, permitam combater eficazmente a ideologia burguesa.
3. Mesmo nas partes teóricas procuramos partir de exemplos e extrair no final os ensinamentos políticos actuais que são possíveis.
4. Apesar destes cuidados temos consciência de quanto aquelas são árduas.
5. Salientando a necessidade de estudo dos assuntos focados e não de mera leitura, pedimos desculpa da nossa incapacidade de abordar o assunto de forma mais acessível sem desvirtuar o conteúdo.



'POVO UNIDO' NO CONCELHO DO PORTO

Democratas reunidos no Porto, na noite da passada sexta-feira, decidiram constituir-se em Comissão Concelhia Provisória do Porto da Frente Eleitoral «Povo Unido», após análise e discussão em relação às próximas eleições para os órgãos de poder local constitucionalmente previstos.

As muitas dezenas de democratas, progressistas de várias tendências políticas, independentes, militantes comunistas e do MDP, subscreveram um comunicado em que se dá conta das conclusões e decisões da reunião. Nele se afirma:

«Foi por consenso reconhecida a importância dessas eleições na defesa da vida democrática, sua institucionalização e consolidação; na defesa das conquistas populares e ainda como forma de empenhamento geral na defesa e exigência da aplicação da Constituição. Assim, foi conclusão unânime que todo o processo eleitoral e em todas as suas fases deverá mobilizar unitariamente amplas camadas populares no sentido de as interessar numa prática política e cívica de defesa dos seus interesses e na concretização das suas mais legítimas aspirações.

«Neste sentido foram considerados muito positivos e importantes os numerosos movimentos que, a nível das freguesias do concelho, mobilizam já milhares de democratas dos mais diversos sectores ideológicos, empenhados na defesa dos interesses populares e no combate ao caciquismo e à reacção.

«Por razão de identidade de princípios os presentes decidiram que as candidaturas que promoverão serão propostas pela Frente Eleitoral «Povo Unido», constituída no Encontro Nacional de Unidade efectuado no passado domingo, dia 19 de Setembro, em Lisboa.

«Aceitando os princípios que deverão orientar a actuação nas próximas eleições — defesa da democracia a caminho do socialismo; reforço da unidade popular; defesa das conquistas consignadas na Constituição — os presentes decidiram constituir-se em Comissão Provisória do Porto da Frente Eleitoral «Povo Unido», com vista à apresentação de listas para os órgãos do poder concelhio (Assembleia e Câmara Municipal).

«Foi frisado que na formação das listas se deve rejeitar todo o sectarismo, ficando estas abertas à participação de cidadãos de vários sectores e correntes de opinião democrática, e, ainda, que para a sua composição se deverá ter em conta as condições locais, por forma a dar concretização às aspirações mais sentidas pela população do concelho».

O QUE SE PASSA COM A MOEDA?

por JOÃO TEIXEIRA
e CARLOS PIMENTA

INTRODUÇÃO

IMPORTÂNCIA DO ASSUNTO

1. Os trabalhadores portugueses estão habituados, há longos anos, a ouvir falar da moeda, do crédito, dos problemas internacionais com aqueles relacionados, da sua influência sobre a produção e o consumo, etc..

Umavez a moeda serviu para fazer a defesa apologética de um regime e benzer com poderes divinos o seu chefe: apregou-se o milagre salazarento do «equilíbrio orçamental» e da «moeda forte».

Outras vezes, mais recentemente, os «créditos externos» serviram para encobrir aos trabalhadores a política de bancarrota e de empenhamento nacional em mãos alheias praticada pelo governo PS-PPD. Entretanto soavam crescentes boatos, que em alguma medida reflectiam pressões nacionais e internacionais, de que o escudo seria desvalorizado. Mentidos e desmentidos não esclareceram a situação.

Contudo os problemas monetários não têm vindo à baila exclusivamente com objectivos capitalistas. Quando da nacionalização da banca, do controlo financeiro das empresas pelos trabalhadores e noutras situações semelhantes, as alterações na moeda e no crédito apareciam inseridas no processo revolucionário.

As políticas monetárias e creditícias não são neutras, como o não são os sistemas monetário e financeiro.

As questões monetárias não são técnicas e especializadas de tal forma que apenas alguns iluminados a elas tenham acesso.

A experiência dos trabalhadores, sempre que tais questões apareceram inseridas no processo revolucionário, conduzindo a uma sua maior participação, mostra que estão ao seu alcance, são importantes: decidem muitas vezes da sua sobrevivência quotidiana.

É preciso ter presente que quando as medidas monetárias e financeiras procuram a recuperação capitalista também exigem a atenção dos trabalhadores, a sua vigilância revolucionária, a sua unidade e combate.

Uma política monetária e de crédito virada contra o processo revolucionário pode permitir reduzir os salários reais e fazer aumentar o preço de bens

(Continua na pág. 2)



campanha dos 10 000 assinantes

TRÊS MESES DECISIVOS

São decisivos os meses que nos separam do fim do ano. Até lá durará a Campanha dos 10 000 Assinantes que, como temos repetidamente afirmado, é o número mínimo e indispensável para assegurar o equilíbrio económico e, consequentemente, a sobrevivência de «A Opinião». Até lá, será posta à prova a dedicação e a capacidade de mobilização dos numerosos amigos de «A Opi-

nião» que, conscientes da necessidade de salvaguardar a existência deste jornal socialista, numa época em que proliferam os pasquins fascistas, se entregaram à tarefa de angariar assinantes novos para este jornal.

Aponte-se, contudo, que ou se multiplicam esforços nestes derradeiros três meses da campanha ou o objectivo não será atingido com as consequências que se têm apontado — o perigo deste jornal ser obrigado a cessar a sua publicação. Por isso, aqui lançamos hoje novo alerta a todos os amigos. É preciso com coragem, com tenacidade, vencendo incompreensões e desânimos, trazer mais e mais assinantes para «A Opinião», explicando aos mais renitentes qual o papel e a importância da Imprensa socialista no Portugal de hoje, mostrando-lhes que nem tantos são os jornais que em Portugal se batem pela construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores, que enfrentam dia a dia, semana

(Continua na pág. 2)

**mais de 900 000 contos
deve a ITT à banca portuguesa**

(Páginas Centrais)

INTRODUÇÃO

IMPORTÂNCIA DO ASSUNTO

Os assuntos monetários e os trabalhadores

1. Os trabalhadores portugueses estão habituados, há longos anos, a ouvir falar da moeda, do crédito, dos problemas internacionais com aqueles relacionados, da sua influência sobre a produção e o consumo, etc..

Umás vezes a moeda serviu para fazer a defesa apologética de um regime e benzer com poderes divinos o seu chefe: apregoou-se o milagre salazarento do «equilíbrio orçamental» e da «moeda forte».

Outras vezes, mais recentemente, os «créditos externos» serviram para encobrir aos trabalhadores a política de bancarrota e de empenhamento nacional em mãos alheias praticada pelo governo PS-PPD. Entretanto soavam crescentes boatos, que em alguma medida reflectiam pressões nacionais e internacionais, de que o escudo seria desvalorizado. Mentidos e desmentidos não esclareceram a situação.

Contudo os problemas monetários não têm vindo à baila exclusivamente com objectivos capitalistas. Quando da nacionalização da banca, do controlo financeiro das empresas pelos trabalhadores e noutras situações semelhantes, as alterações na moeda e no crédito apareciam inseridas no processo revolucionário.

As políticas monetárias e creditícias não são neutras, como o não são os sistemas monetários e financeiros.

As questões monetárias não são técnicas e especializadas de tal forma que apenas alguns iluminados a elas tenham acesso.

A experiência dos trabalhadores, sempre que tais questões apareceram inseridas no processo revolucionário, conduzindo a uma sua maior participação, mostra que estão ao seu alcance, são importantes: decidem muitas vezes da sua sobrevivência quotidiana.

É preciso ter presente que quando as medidas monetárias e financeiras procuram a recuperação capitalista também exigem a atenção dos trabalhadores, a sua vigilância revolucionária, a sua unidade e combate.

Uma política monetária e de crédito virada contra o processo revolucionário pode permitir reduzir os salários reais e fazer aumentar o preço de bens essenciais, dificultar os anseios dos emigrantes, combater as nacionalizações e a Reforma Agrária, liquidar as pequenas e médias empresas, aumentar o desemprego, crescer a dependência das metrópoles imperialistas entregando-lhes de bandeja a exploração das riquezas e da mão-de-obra nacionais e inserindo Portugal nos seus planos bélicos (procuraremos demonstrar como). Tentou-se mesmo que fosse usada como arma de exploração neocolonial face a alguns povos recentemente libertos da exploração colonial. Pode vir a ser instrumentalizada com forma de premiar – como sempre à custa dos trabalhadores –, com enormes lucros, os sabotadores da economia, exploradores do nosso povo, que fugiram com grandes fortunas.

Objecto dos artigos

2. Todos estes factos, que constituem uma pequena parcela dos que poderiam ser citados, apontam claramente a necessidade dos trabalhadores estarem atentos a estes fenómenos.

Procuraremos transmitir neste e nos artigos seguintes alguns conhecimentos sobre os problemas teóricos da moeda e da história recente do escudo.

Discurso do Primeiro Ministro

3. O discurso do Primeiro-Ministro do governo minoritário PS proferido em 9 de Setembro muito pouco diz sobre qual será a evolução futura do escudo.

Embora apresentando uma medida positiva – combater o mercado negro de divisas – refere todo um conjunto de factos que podem servir de pretexto a uma política monetária e de crédito contra os trabalhadores:

- a) O agravamento da nossa dependência em relação ao exterior, de que constitui aspecto saliente a anunciada dívida externa de 95,4 milhões, mostra a fragilidade da nossa moeda, e não só, para resistir à pressão americana, alemã, francesa, etc. Seria possível romper essa dependência mas tal é impossível com a inserção no Mercado Comum e com o boicote à diversificação do comércio externo.
- b) O facto de 51,5 milhões de contos da dívida externa terem sido contraídos somente desde 1 de Janeiro até aos primeiros dias do mês corrente, pela acção de um ministro «socialista» que hoje chefia a representação do seu partido na Assembleia da República, mostra os perigos de se continuar uma política catastrófica.

Não será isso que se antevê quando se afirma: «O Governo, graças ao crédito internacional de que desfruta, poderá ainda, desta vez, solucionar (os problemas das balanças comercial e de pagamentos), sem imposições onerosas ou vexatórias da nossa soberania»?

- c) A continuada redução das nossas reservas, para o que em muito contribuiu o hipotecamento do ouro a preços bastante inferiores aos possíveis de obter – da responsabilidade do VI Governo Provisório –, agrava o panorama do escudo no plano internacional.
- d) As suas referências aos volumes de importação além das possibilidades e à necessidade de uma política agressiva de expansão das exportações e do turismo, podem significar, segundo os modelos do Fundo Monetário Internacional – organismo na inteira dependência dos EUA – a antecâmara da desvalorização do escudo ou outras medidas similares.
- e) A agressividade revelada contra as conquistas dos trabalhadores, nomeadamente a Reforma Agrária, as Nacionalizações e empresas com intervenção do Estado e em autogestão, reflectir-se-á, necessariamente, no agravamento da sua situação de obtenção de créditos, na esteira de dificuldades crescentes de que o último ano tem sido apanágio.

Perante um tal panorama, a não referência explícita à situação nacional e internacional do escudo agrava as preocupações de medidas nas costas dos trabalhadores que os afectem profundamente.

FIM DOS MITOS. UM ESTUDO NUMA BASE CIENTIFICA

4. Abordar de forma coerente as questões monetárias exige a liquidação de algumas ideias preconcebidas, «naturais» ao fim de longos anos de matraqueamento.

Pensar na moeda como centro nevrálgico da economia, como uma realidade que se tem, a todo o custo, de manter invariável e forte é – enquanto reflecte o desejo de imutabilidade social – um encobrir dos fenómenos essenciais e determinantes da economia *que* se processam ao nível da produção. Que interessa a «estabilidade monetária» se implicar hipoteca da economia ao estrangeiro, agravamento da exploração dos trabalhadores, desemprego? O que é mais importante: tomar medidas referentes a «estabilidade monetária» ou ao desenvolvimento da produção e aumento dos postos de trabalho?

Não queremos significar que haja uma alternativa entre medidas produtivas (reais) e acções monetárias, pois umas e outras formam um todo indissociável com interpenetrações e interinfluências recíprocas. Chama-se apenas a atenção para o diagnóstico monetário não ser um manto diáfano da fantasia encobrindo a nudez forte do conjunto da economia, nomeadamente das forças produtivas.

Abordar de forma completa as questões monetárias exige a liquidação da defesa das decisões monetárias e

creditícias como exclusivamente técnicas, como únicas respostas possíveis a uma situação.

A experiência revolucionária é bem clara na demonstração da não-neutralidade da moeda. Basta constatar a actuação da Banca na emissão monetária em períodos diferentes.

O sistema monetário insere-se no sistema económico geral nacional e internacional. É indissociável das relações sociais de que ele próprio serve de elo de ligação, como veremos. O sistema monetário serve, inserido na vivência económica de uma sociedade dilacerada por classes sociais antagónicas, inevitavelmente, uma classe social.

Toda a política económica pode ter orientações antagónicas conforme correspondam aos anseios dos trabalhadores — que tomam corpo científico na economia política marxista — ou nos objectivos capitalistas. A política monetária não constitui excepção.

Não pode a criação de moeda estar orientada para aplicações belicistas ou para actos pacifistas, para o apoio a cooperativas e unidades colectivas ou a grandes empresas capitalistas nacionais ou estrangeiras? Não podem as cotações internacionais do escudo obedecer aos ditames do Fundo Monetário Internacional para facilitarem penetração de capitais americanos ou ligar-se a uma diversificação das relações comerciais e reforço da cooperação com os países socialistas?

Abordar de forma precisa as questões monetárias exige considerar todos os seus aspectos, particularmente as questões essenciais.

Encarar as medidas de política monetária como úteis para determinados fins sem se ver toda a restante série de interdependências e consequências pode ou levar a resultados contrários aos pretendidos ou dar cobertura a medidas contra os interesses populares.

Como pensar simplistamente, por exemplo, que uma desvalorização do escudo diminuiria as importações, devido ao aumento de preços, e aumentaria as exportações, por diminuição daqueles, sem atender à estrutura dessas importações e exportações, seus graus de necessidade para o nosso e os outros países? Como pensar nisso sem, simultaneamente, ver as consequências que traria sobre a inflação, sobre as economias dos emigrantes? Como pensar nisso sem atender a que seria a «sorte grande» para os sabotadores que fizeram sair os capitais?

Abordar de forma realista as questões monetárias exige ter presente que, se é verdade que o Estado pode aplicar politicamente sanções monetárias (decisões coercivamente impostas que, inevitavelmente, vão beneficiar uns e prejudicar outros) referentes quer ao sistema monetário interno quer interligadas ao sistema monetário internacional, o Estado e a Banca Central não podem ter um permanente controlo sobre o sistema monetário.

Esta situação resulta, em primeiro lugar, da influência enorme que as empresas exercendo actividades produtivas, e, não só, têm na obtenção de créditos e na pressão sobre as quantidades de moeda em circulação. Este fenómeno torna-se de uma grande importância quando os bancos são privados, inserindo a sua política na dos grandes grupos monopolistas. A estreita ligação entre a moeda bancária (posta em circulação através da concessão de créditos pela banca privada, ou reciprocamente, e pela monetização dos títulos de crédito — ex. letras comerciais descontadas — das restantes entidades privadas) e a moeda nacional (emitida pelo Banco Central/Estado), a passagem quase imediata daquela a esta — ex. convertibilidade do cheque em notas —, etc. impõe ditames à moeda nacional que o Estado não domina (e muito menos o governo).

Resulta, em segundo lugar, das operações de crédito entre entidades privadas.

Resulta, ainda, da permanente possibilidade dos particulares entesourarem dinheiro ou porem-no em circulação na obtenção de mercadorias. Facto determinados em grande parte pela conjuntura político-económica mas que escapam em grande medida ao controlo do Estado.

Como poderia o Estado dominar permanentemente a situação monetária se os proprietários dos meios de produção são entidades privadas; se são estas que dominam a produção, base fundamental de toda a vida económica, e a circulação; se os grupos monopolistas são também potentados financeiros, mesmo no plano internacional?

Evidentemente que todas estas considerações referem-se à sociedade capitalista, única situação que nos

interessa para abordar a situação portuguesa, embora oportunamente tenhamos que entrar com especificidades, particularmente resultantes das Nacionalizações Democráticas e da Reforma Agrária. Em socialismo a moeda é uma categoria económica radicalmente diferente.

O QUE É A MOEDA E O CRÉDITO?

CARACTERÍSTICAS DA MOEDA

Da teoria do valor-trabalho à moeda

5. Não será possível analisar aqui em pormenor a teoria do valor-trabalho, base fundamental para o estudo da moeda, mas procuraremos lançar algumas pistas, indispensáveis à compreensão do seguinte.

Começemos por considerar algumas situações concretas:

1º. Caso: pepita de ouro.

- a) Numa exploração mineira aurífera situada algures foi extraída em determinado dia e hora uma pepita de ouro de tantas onças.
- b) Na margem do leito de determinado rio africano jaz uma pepita de ouro de tamanho e beleza iguais à referida na alínea anterior.

2. Caso: mesa.

- a) Pedro faz, com a ajuda do seu filho, uma mesa de pinho (comprou numa carpintaria as tábuas) para ele, sua mulher e filhos comerem quotidianamente.
- b) Pedro e seu ajudante na carpintaria em que trabalham construíram uma mesa de pinho igual à anteriormente referida, que veio posteriormente a ser vendida.

Na consideração destes casos e situações localizados em pleno século XX constata-se facilmente que a pepita de ouro que jaz no leito do rio e a mesa construída pelo próprio para seu uso não dão lugar a categorias económicas: não são objecto duma relação do homem em sociedade para com a natureza; não têm preço; não são objecto de transacção.

Deste facto se pode concluir de uma maneira genérica que a relevância económica de um bem (em sentido lato) não resulta das qualidades intrínsecas do objecto, nem tão pouco da personalidade isolada do seu criador.

O facto do ar ser essencial à vida humana e não ser também tratável pela economia, em contrapartida com o que acontece, por exemplo, com a droga, acrescenta à conclusão anterior que a relevância económica não resulta das necessidades que determinado bem satisfaz nem de qualquer consideração de ordem moral.

A relevância económica de um determinado bem, o ser categoria económica, resulta das relações sociais que exprime.

Por um lado há uma relação social de produção que coloca determinado trabalhador colectivo, inserido numa complexa rede de divisão social do trabalho, em relação com a natureza, a qual, em sistema capitalista apresenta a característica fundamental de se, processar através de instrumentos de produção que são propriedade de outrem, do capitalista. É a ausência desta relação social de produção que torna totalmente irrelevante b) do 1.º caso, assim como a ausência da sua especificidade capitalista que torna também sem interesse, nos dias de hoje, a) do 2.º caso.

Mas, por outro, há que considerar simultaneamente uma relação social entre os homens, uma relação social de troca, que legitima socialmente o trabalho desenvolvido no processo de produção. É a ausência desta relação social de troca o que marginaliza, também, a) do 2º. Caso.

É na análise destas relações sociais de produção e circulação, destes campos específicos de enquadramento de cada uma das categorias económicas, da sua articulação, que se fundamenta um estudo económico científico.

No cerne desta articulação entre as relações sociais de produção e as relações sociais de troca, em sistema capitalista, encontra-se a mercadoria «forma elementar desta riqueza (das sociedades)» (51,47)¹, a qual se pode caracterizar pelos seguintes aspectos cumulativos:

¹ O parêntesis com dois números significa que se trata de um extracto de «O Capital» de K. Marx. O primeiro número refere a página da edição francesa das Editions Sociales e o segundo a página da tradução portuguesa da Centelha.

- «A mercadoria é, antes de tudo, um objecto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie» (51,47); «A utilidade de uma coisa transforma essa coisa num valor-de-uso» (52,48). «Para produzir mercadorias, tem não somente, de produzir valores-de-uso, mas valores-de-uso para, os outros, valores de uso sociais» (56,57).
- «Uma coisa pode ser um valor-de-uso e não ser um valor: basta que seja útil ao homem sem provir do seu trabalho» (56,57); «os objectos úteis só se tornam em geral mercadorias porque são produtos de trabalhos privados, executados independentemente uns dos outros» (85,113); «metamorfosados em sublimados idênticos, fracções do mesmo trabalho indistinto, todos estes objectos manifestam apenas uma coisa: que na sua produção foi dispendida uma força de trabalho humano, que neles está acumulado trabalho humano (independentemente da forma concreta do trabalho). Enquanto cristais dessa substância social comum, são considerados valores» 54,53).
- «A forma valor do produto do trabalho é a forma mais abstracta e mais geral do modo de produção actual que adquire por isso mesmo um carácter histórico, o de um modo particular de produção social» (n83)². «O modo de produção capitalista baseia-se no facto de que as condições materiais de produção são adjudicadas aos não-trabalhadores sob a forma de propriedade do capital e do solo, enquanto que a maioria só possui as condições pessoais de produção: a força de trabalho»³.
A mercadoria, embora sob o aspecto de um bem ou serviço material (exterior ao homem, fruto da relação deste em sociedade com a natureza) é simultaneamente uma relação social de produção e uma relação social de troca. É fundamentalmente uma relação do primeiro tipo dada a prioridade lógica (antes da troca é preciso produzir o objecto de troca) e histórica (já se produzia antes de se trocar) da produção em relação à circulação:
- «Toda a mercadoria é não-valor-de-uso para quem a possui e valor-de-uso para quem a não possui. Por isso todas têm de mudar de mão. Mas esta mudança de mãos constitui a sua troca e a troca relaciona-as umas com as outras como valores e realiza-as como valores. «É necessário, pois, que as 'mercadorias se manifestem como valores antes de poderem realizar-se como valores-de-uso» (96,136).

O que caracteriza essencialmente a moeda é ser uma relação social de troca: «Quando a troca atinge um certo desenvolvimento, liga-se exclusivamente a uma espécie particular de mercadoria, isto é, cristaliza-se sob a forma-dinheiro» (99,141).

A moeda é uma relação social de troca que preenche um conjunto de funções, que procuraremos analisar⁴.

Funções da moeda: medida do valor

6. Consideremos uma situação bem comum: Alfredo vendeu uma mesa por dois mil escudos e com esse dinheiro comprou um fato. Esquemáticamente temos

1 mesa – 2000 escudos – 1 fato.

Depois de que foi afirmado sobre o primado da mercadoria ressalta deste exemplo o facto de o dinheiro aparecer como um intermediário entre duas mercadorias. Retenhamos de imediato essa fórmula tão genérica. O facto de se trocarem entre si exige que tenham algo de comum, que sejam iguais a uma terceira grandeza. Este aspecto comum não pode ser encontrado nas suas qualidades físicas e nas necessidades que satisfazem aos seus possuidores, isto é, nos valores-de-uso de cada uma das mercadorias, porque, de facto, são totalmente diferentes.

O seu aspecto comum, aquilo que os torna susceptíveis de troca é ambos serem produtos do trabalho humano. Isto faz com que além de serem valores-de-uso sejam valores, quantificáveis em quantidade de trabalho que, num determinado desenvolvimento social, é medido segundo o socialmente normal: quantidade

² Refere-se apenas à edição francesa de O Capital.

³ De «Critique des programmes de Gotha e d'Erfur» de Marx e Engels, edição de Editions Sociales, pág. 33.

⁴ O facto da moeda ser uma relação social de troca, como veremos melhor, faz com que a sua análise exija permanentemente uma relação histórica e teórica com a mercadoria. As relações sociais de troca não podem existir autonomamente das relações sociais de produção e estas têm expressão maior na mercadoria.

de trabalho socialmente necessária à sua reprodução (e venda)⁵.

Retornando, pois, a análise do dinheiro no exemplo anterior, verificamos que ele é medida do valor das outras mercadorias (a mesa e o fato) que, para que se proceda à troca — e não atendendo a flutuações conjunturais ou processos de distorção — têm quantidades de valor iguais.

Como a expressão monetária do valor é o preço, o facto do dinheiro ser medida do valor torna-o igualmente padrão de preços⁶.

Como afirma Marx «A primeira função (...) consiste em fornecer ao conjunto das mercadorias a matéria na qual elas exprimem os seus valores como grandezas da mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis (...) Funciona, portanto, como medida universal de valores (104, 149).

Notas sobre a história da moeda

7. Contudo o facto de o dinheiro ser medida do valor coloca actualmente problemas muito sérios. Senão vejamos. Para ser medida do valor tem que ter valor, isto é, ter uma certa quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário. Assim como não é admissível medir o comprimento de um objecto com algo que não tem comprimento ou medir um volume com algo que é plano, também não se pode medir o valor com algo que não tem valor.

Mas, por outro lado, verificamos que aqueles instrumentos que hoje servem de base à específica relação social de troca em análise, não têm valor intrínseco. Uma nota de mil escudos não tem um tempo de trabalho socialmente necessário concordante com o «valor» que indica e que a diferencie, por exemplo, de uma de vinte escudos⁷. O mesmo se passa, por exemplo, com as libras e os dólares utilizados nos pagamentos internacionais.

Como resolver esta aparente contradição?

Uma breve análise histórica permite esclarecer o problema, a qual pode ser sistematizada nos seguintes pontos:

- A) A forma dinheiro do valor aparece numa fase já avançada das relações de troca. Primeiramente cada bem que, esporadicamente, ia ser trocado por outro, passando a mercadoria, trocava-se directamente pela mercadoria que tinha utilidade para o possuidor da primeira. Posteriormente essas trocas generalizaram-se cada vez mais e algumas mercadorias mais comumente aceites pela sociedade começam a, de uma forma generalizada, servirem de medida de valor das outras mercadorias. É assim que apareceram há milhares de anos nessa função, facilitando as trocas, por exemplo, alimentos, sal, instrumentos de trabalho, ornamentos.

Com a generalização das trocas o leque de produtos que serviam como medida do valor foi estreitando-se. Espontaneamente vão preenchendo essa função os metais preciosos e, fundamentalmente, o ouro.

Essa selecção socialmente espontânea do ouro como instrumento fundamental da medida do valor, como moeda ou dinheiro⁸ resulta de ser facilmente transportável e divisível, durável, facilmente reconhecível, além de apresentar para um pequeno volume um elevado valor.

⁵ Fala-se em reprodução e não produção porque o que interessa é o tempo de trabalho socialmente necessário para um tipo de mercadoria ser produzido no momento da sua troca. A referência à venda tem que ver com os prolongamentos da produção na esfera da circulação (transporte, armazenamento, conservação, etc.)

⁶ Nesta afirmação pode haver algumas imprecisões resultantes de uma não definição prévia do que é actividade produtiva ou improdutiva no conjunto do processo de emissão monetária, mas consideramos de secundária importância para o objecto em estudo.

⁷ Deixamos de lado as considerações sobre as diferenças entre as funções de medida do valor e padrão de preços. Deixamos apenas uma nota anexa: — a função padrão de preços é derivada da função de medida do valor.

— para ser medida do valor é necessário ter valor e este, por definição, é variável (mudanças tecnológicas na economia e no sector, etc.).

— para ser padrão de preços é necessário ter fixidez pois não é admissível um padrão ser variável (como medir com um «metro» que mude de tamanho?)

Estas diferenças são muito importantes em algumas análises.

⁸ Nesta afirmação pode haver algumas imprecisões resultantes de uma não definição prévia do que é actividade produtiva ou improdutiva no conjunto do processo de emissão monetária, mas consideramos de secundária importância para o objecto em estudo.

⁹ Aplicamos indiferentemente os conceitos de moeda e dinheiro o que aliás ressalta de grande parte da obra de Marx, embora nos «Grundrisse» surjam algumas tentativas de diferenciação.

Nesta fase o dinheiro é uma mercadoria. É moeda-mercadoria. Como tal tem valor intrínseco e a função de medida de valor é totalmente preenchida.

- B) Esta situação é no essencial mantida na fase posterior em que, para facilitação das trocas, o ouro é dividido em moedas cunhadas com a indicação expressa do seu peso.

Contudo neste período começam a surgir diferenças entre o valor indicado na própria moeda e o seu valor efectivo, resultantes quer do próprio desgaste que as moedas sofrem com a utilização quer por decisão real de, mantendo o cunho, misturar com o ouro metais de menor valor.

A prática ia mostrando que apesar dessa diferença entre o nominalmente indicado e o seu valor efectivo as moedas cunhadas continuavam a funcionar como relação social de troca, apesar de surgirem algumas perturbações.

- C) O aumento do volume de mercadorias produzidas e a intensificação das relações de troca muito para além da capacidade existente de produção de ouro, aliados a fenómenos secundários de circulação monetária (segurança de transporte, facilidade de utilização, etc.) vieram a impor progressivamente o aparecimento do terceiro tipo de moeda; moeda-papel.

Sem analisar toda a gama de relações sociais de troca que a moeda-papel pode representar, convém analisar a evolução da sua relação com o ouro, moeda-mercadoria.

Numa primeira fase a moeda-papel é convertível em ouro. Nessa situação é um mero substituto do ouro e como tal preenche totalmente a função de medida do valor porque aquela é, de facto, preenchida pelo próprio ouro.

Contudo essa situação sofre a curto prazo as primeiras grandes alterações. Primeiro com as limitações à convertibilidade (só trocável por ouro acima de determinados montantes; o dólar como moeda internacional era convertível em ouro apenas para os bancos centrais dos outros países) e, posteriormente com a inconvertibilidade – situação geral actual.

No entanto esta inconvertibilidade não significa que a moeda-papel não continue a funcionar como símbolo de valor, com uma quase permanente referência ao ouro.

A convertibilidade em ouro é impossível na prática para a globalidade da moeda e proibida politicamente mas é sempre, possível estabelecer uma relação entre a moeda-papel como símbolo do valor e o valor. Como? A maneira mais simples é pelo seu poder aquisitivo no próprio mercado do ouro. «Na medida em que estes bilhetes circulam realmente em lugar do peso de ouro do mesmo nome (ex. 5 libras esterlinas) o seu movimento não faz mais que reflectir as leis da circulação da moeda real» (213, 205).

Mantendo-se o carácter de símbolo de valor na moeda-papel esta pode continuar a preencher a função de medida do valor, mas está sujeita a contradições, que em alguns casos tomam um carácter agudo, resultante de diferenças entre o valor que politicamente se estabelece como simbolizado na moeda-papel e aquele que efectivamente⁹ É o que, por exemplo, acontece com o dólar em Janeiro de 1975, oficialmente, 41,8 dólares valia uma onça de ouro, mas no mercado livre do ouro eram necessários 181,5 dólares para adquirir a referida quantidade¹⁰.

Estes factos mostram que ainda hoje, embora de forma menos translúcida, o ouro continua a desempenhar importantes funções monetárias como teremos oportunidade de ver no concreto.

Acrescente-se que a ausência física do ouro não afecta as funções de medida de valor e padrão de preços porque o que é necessário é estabelecer-se uma comparação de valores sem a necessidade da presença real. Quando um comerciante fixa o preço de 5000\$ para um frigorífico não necessita de ter esse dinheiro presente. Basta-lhe a comparação ideal com a moeda.

Funções da moeda equivalente geral

⁹ Este problema assaz complexo é aqui apenas referido. Liga-se estreitamente com a contradição da generalização da produção e da troca permitir exprimir mais correctamente o tempo de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução e, simultaneamente, levar a um instrumento monetário contraditório como símbolo de valor. Verifica-se numa fase histórica em que o valor surge metamorfoseado em preços de produção e em que os desfasamentos conjunturais entre aqueles e os «preços de mercadoria ouro são grandes devido a múltiplos fenómenos

¹⁰ Os «preços» do ouro no mercado livre num momento não reflectem o valor de que a moeda-papel é símbolo. É necessário expurgar as influências da conjuntura sobre o desfasamento entre preço e valor (preço de produção).

8. O exemplo anteriormente apresentado revela que quer a mesa como fato são trocáveis pelos 2000 escudos.

Simbolicamente

1 mesa

1 fato

= 2000 escudos

Os dois mil escudos funcionam como equivalente ao valor das duas mercadorias.

Como esta situação seria generalizável, para qualquer mercadoria o dinheiro, em resultado da sua função de medida de valor, preenche igualmente a função de equivalente geral.

A moeda ser equivalente geral representa a sua capacidade de ser trocável por toda e qualquer mercadoria¹¹.

Esta função de equivalente geral tem um âmbito universal¹² pelo que apresenta especificidades quando aplicada às relações monetárias internacionais, indispensável na fase actual de crescente internacionalização das relações de produção e circulação, da generalização do crédito, do carácter internacional do capital.

Com efeito, após a utilização de moedas metálicas nas transacções nacionais e internacionais, até 1870, após um padrão-ouro integral (convertibilidade das moedas nacionais a taxa fixa; convertibilidade das notas de banco e emissão destas limitada por um mínimo de cobertura ouro) até 1914; após a falência daquele no período seguinte; após os acordos de Bretton Wood em 1944 com hegemonia do dólar e a sua falência a partir de 1968/71, chega-se a uma situação em que

- para a grande totalidade dos países a sua moeda não pode ser utilizada como equivalente geral das mercadorias situadas no estrangeiro (além de impossibilidade de meio de compra e de pagamento);
- o ouro, embora constitua importante parte das reservas de valor dos estados não pode igualmente ser utilizado como equivalente geral universal das mercadorias (assim como está muito limitado na utilização para pagamentos de saldos).

Os pagamentos internacionais têm que ser feitos ou na moeda do país vendedor (ou que concede o crédito) ou em alguma moeda de aceitação generalizada (ex. dólar).

Este facto faz com que a moeda de um país para ser equivalente geral – e, portanto, para ser moeda – tem que ser trocável por qualquer mercadoria e, para tal, pelas razões apontadas, tratável no mercado de divisas¹³.

A dependência da moeda de um país em relação às restantes divisas reflecte nitidamente a situação produtiva internacional e o movimento internacional do capital, relações de dominação, contradições interimperialistas e pressões políticas sobre as moedas nacionais, sobre as relações sociais de troca de um país e a sua economia em geral¹⁴.

Como veremos, este aspecto é vital para a compreensão da história económica contemporânea do nosso país.

A moeda instrumento é acessória

9. Como vimos a moeda é uma relação social de troca. O objecto material que normalmente recebe aquele nome não é mais que um instrumento da relação social, sendo esta que lhe dá significado. Tomemos, por exemplo, uma velha nota de 100\$. Enquanto estava em circulação era símbolo de valor, era moeda. Deixou de o ser quando foi «retirada de circulação», embora mantenha o mesmo tamanho, cor, desenhos, etc., embora mantenha a origem de feitura. O que fazia com que aquele bocado de papel fosse dinheiro não era

¹¹ Apesar da formulação singela desta frase é preciso ter bem presente que a moeda é uma relação social. Ao escrever-se da forma vulgar como esta frase está refere-se particularmente ao instrumento da relação social de troca que se estabelece entre o vendedor da mercadoria e o comprador.

¹² Pelo menos para o universo capitalista que é objecto da presente análise.

¹³ Designa-se por divisa a moeda de cada país quando encarada no plano internacional.

¹⁴ A função de equivalente geral é uma função derivada da de medida do valor. Contudo na análise político-económica das relações monetárias internacionais permite uma maior riqueza de análise. Situa-se mais abertamente no campo das relações sociais de troca que a função de medida do valor.

algo intrínseco a si próprio mas as relações sociais de que era instrumento.

Mas é moeda apenas as relações sociais de troca que preenchem um conjunto de funções. Analisada uma, passemos às restantes.

Funções da moeda: meio de circulação

10. Retenhamos o exemplo focado da troca de uma mesa, por 2000 escudos e destes por um fato.

Ressalta imediatamente que o dinheiro aparece como intermediário entre mercadorias e que numa situação histórica em que existe uma total impossibilidade de troca directa de mercadorias¹⁵ vem a preencher a função de meio de circulação destas.

O carácter de relação social também ressalta claramente: «Os objectos úteis só se tornam em geral mercadorias porque são produtos de trabalhos privados, executados independentemente uns dos outros. O conjunto destes trabalhos privados constitui o trabalho social (global). Dado que os produtores só entram em contacto social pela troca dos seus produtos, é só no quadro desta troca que se afirma também o carácter (especificamente) social dos seus trabalhos privados» (85, 113). «As relações sociais entre os produtores privados manifestam-se unicamente no mercado, no processo de troca das suas mercadorias (...) As relações entre os produtores aparecem como relações entre os produtos de trabalho humano»¹⁶.

A relação social desempenhada pela função de meio de circulação pode ser decomposta, atendendo por um lado à venda e, por outro, à compra, o que devidamente dá lugar de meio de compra.

A moeda circula porque circulam as mercadorias, independentemente de influências daquela na circulação destas.

A função de meio de circulação é a manifestação e garantia prática do papel monetário da moeda como medida do valor.

A existência de um desfasamento temporal entre o momento de circulação das mercadorias e do dinheiro – pode dar lugar à função de meio de pagamento, mas esta está particularmente ligada ao pagamento de créditos.

Estas funções são as que mais cabalmente são preenchidas pela moeda-papel.

Capital-dinheiro

11. Suponhamos agora que o dinheiro na sua função de meio de circulação deu lugar à aquisição de força de trabalho ou de matérias-primas que integradas no processo de produção e através da exploração da força de trabalho darão lugar à criação de um valor superior ao seu.

Nesse caso o dinheiro não é apenas uma relação social de troca mas também parte integrante de uma relação social de produção e de exploração da força de trabalho na criação de mais-valia¹⁷. É simultaneamente dois termos distintos: dinheiro e capital, com proeminência deste (dada a proeminência da produção sobre a circulação). É capital-dinheiro.

O facto do dinheiro ser simultaneamente capital-dinheiro revela que não há uma dicotomia moeda/economia como não há uma «integração» da moeda na economia: o capitalismo é necessariamente uma economia monetária. Por um lado há a criação de mercadorias numa relação com a natureza no contexto da divisão social do trabalho e a produção de mais-valia sem a interferência estrita do capital-dinheiro (apenas interfere o capital-mercadoria), mas é este que se encontra na fase inicial do ciclo de produção e explicita o carácter

¹⁵ Pelo volume de produção e de troca e desenvolvimento tecnológico, pela multiplicidade de valores de uso e organização da divisão social do trabalho, pela internacionalização da produção e circulação, entre outros factores.

¹⁶ Em «Dicionário de Economia Política»: Fetichismo de la mercadoria».

¹⁷ Designando por D dinheiro, M mercadoria, P processo de produção em sentido estrito, temos para o ciclo de produção capitalista.

$D \rightarrow M \dots P \dots M' \rightarrow D'$ (M' maior que M).

D e D' representam capital-dinheiro quando encarado do ponto de vista do processo de produção. D é capital dinheiro ligado à aquisição de capitais constante e variável e D' capital-dinheiro na realização de mercadorias, mais precisamente de capital-mercadoria. O capital-dinheiro é uma forma de capital.

social das mercadorias e a realização de mais-valia¹⁸.

As funções da moeda: entesouramento

12. Se produtores individuais de mercadorias em determinado momento não se relacionam, nem surgem as relações parcelares de compra, a moeda deixa de preencher a função de meio de circulação.

Neste caso estamos perante a função de entesouramento.

É o que acontece quando um indivíduo acumula dinheiro como forma de acumular riqueza – o que conduz em muitos casos à aquisição de ouro – uma dona de casa guarda algum dinheiro para comprar alimentos daí a duas semanas. É igualmente o que acontece quando se deposita dinheiro num banco, se compra títulos de dívida pública, obrigações ou acções, se empresta dinheiro.

Em todos os casos as relações sociais existentes (de polarização de riqueza e poder, entre «particulares» e capitalista bancário, entre o capitalista que empresta e o que recebe emprestado,...) a moeda não está afectada à circulação de mercadorias.

Em algumas destas situações a moeda na função de entesouramento entrelaça-se ao processo de produção de mercadorias, sendo então capital-dinheiro.

A função de entesouramento (que inclui o «desentesouramento») surge na história do sistema monetário simultaneamente como um regularizador global, automático, de ajustamento da moeda às mercadorias – levando à retirada ou injeção de moeda na circulação de acordo com as necessidades mercantis – e fonte de desequilíbrios – resultantes da multiplicidade de agentes e desfasamentos quantitativos e temporais (enquanto Pedro precisa para o dia 30 de mil contos, António tem desde o dia 25 quinhentos contos, por exemplo).

Essa função não é cabalmente preenchida pela moeda-papel inconvertível por duas razões fundamentais:

- A) Quando o ouro desempenhava a função de meio de circulação (incluído a moeda-papel convertível) o entesouramento significava diminuição ou aumento do volume global de moeda, passando aquele a simples mercadoria (por exemplo, as moedas de ouro eram fundidas e este passava a barra ou dava lugar a objectos que nada tinham com a moeda), mas a moeda-papel uma vez emitida está, de acordo com os mecanismos económicos, «condenada a circular sem tréguas nem repouso»¹⁹,²⁰

A intervenção política do Estado/Banco Central não permite superar essa limitação, tanto mais que não pode controlar permanentemente o sistema monetário.

- B) Quando a função de entesouramento se interliga à acumulação de riqueza, com o papel-moeda²¹ não é possível, senão de forma limitada, pois não tem valor intrínseco e está inserido na contradição entre o valor que oficialmente diz que representa e o que representa efectivamente.

O papel-moeda serve apenas como instrumento de acumulação de meios de pagamento, situação bastante generalizada em sistema capitalista e que interliga estreitamente a função de entesouramento e o crédito.

A função de entesouramento é fortemente influenciada pela situação geral da produção e das perspectivas de aplicação de capital-dinheiro à produção, pela situação político social.

Mostra a influência e a capacidade de intervenção dos múltiplos agentes económicos sobre o sistema monetário e a não neutralidade da moeda no sistema económico.

Resumo

13. Resumindo, moeda é uma relação social de troca que preenche simultaneamente as funções de medida

¹⁸ A generalização do crédito permitindo uma continuação do processo de produção sem a prévia confirmação efectiva do carácter social das mercadorias é aspecto importante das crises do capitalismo e, ligando-se a um enfraquecimento do carácter social da mercadoria, é uma base explicativa da inflação.

¹⁹ Em «La Monnaie chez Marx» Suzanne de Brunhoff, pág. 44:

²⁰ O caso historicamente conhecido de forrar as paredes com marcos não constitui uma excepção a esta impossibilidade de retirada da circulação pois aqueles, nessa altura, já não eram moeda: tinham deixado de ser equivalente geral.

²¹ Normalmente designa-se por papel-moeda a moeda-papel inconvertível de curso forçado.

de valor, meio de circulação e entesouramento²²

O QUE É O CRÉDITO

Caracterização

14. Começemos por considerar uma situação concreta: o Sr. Beltrão possuidor de cinco mil contos não afecto à produção ou circulação empresta-os a D. Fagúncio, industrial, por dois anos, à taxa de juro de 10%.

Ela permite-nos, por típica, extrair alguns ensinamentos gerais globalmente caracterizadores do crédito:

- A) Baseia-se na propriedade privada dos meios de produção e na divisão da classe capitalista em capitalistas financeiros e capitalistas industriais, divisão funcional e não pessoal ou jurídica.
- B) O que é transferido temporariamente da posse de um capitalista para a do outro é capital-dinheiro. Como dinheiro, está a desempenhar a função de entesouramento.
- C) O movimento do capital-dinheiro é circular, havendo uma cedência temporária da realização do valor de uso mas mantendo o capitalista financeiro a sua propriedade.
- D) Dá lugar a um juro cedido pelo capitalista industrial ao capitalista financeiro.

Precisamente o último aspecto que a tanta confusão se prestou ao longo da história do pensamento económico. O juro como toda e qualquer nova riqueza só pode ter origem na produção e, sendo propriedade dos capitalistas, é inevitavelmente uma parte da mais-valia. É uma parte do lucro cedido pelo capitalista industrial ao capitalista financeiro.

A taxa de juro é fixada pela oferta e, procura de capital-dinheiro, isto é, pela correlação de forças dos dois tipos de capitalistas. Tende a decrescer – é inevitavelmente positiva e inferior à taxa média de lucro²³ – e flutua, com desfasamentos, durante os ciclos económicos²⁴. Assim, por exemplo, verifica-se um aumento da taxa de juro nos períodos de intensificação das necessidades de crédito (procura de capital-dinheiro) e de reduzida oferta — entre outras coisas pela incerteza de retorno — como acontece na crise financeira (desfasamentos entre esta e a crise económica, por antecipação daquela, liga-se ao capital fictício, aos investimentos a longo prazo, etc.).

Verifica-se pois, no essencial, que o crédito é uma relação social entre os capitalistas financeiro e industrial que, alicerçada na circulação de capital-dinheiro e orientada para a acumulação capitalista, conduz à partilha da mais-valia entre a classe capitalista.

As situações de fronteira

15. Contudo a caracterização do crédito não deixa de colocar imediatamente um vasto conjunto de questões como:

- a) Quando um capitalista (ex. Banco) empresta dinheiro a um trabalhador a determinado juro, não estamos também perante um crédito?
- b) Quando um capitalista empresta capital-dinheiro a outro e este emprega-o na especulação na bolsa ou qualquer outro fim alheio ao processo produtivo, não estamos perante um crédito?²⁵
- c) Como explicar pela oferta e procura de capital-dinheiro a fixação das taxas de juro em cada momento?

²² Se numa aldeia usarem as cabeças de gado como medida de valor das produções ou utilizarem as galinhas na aquisição de sementes não estamos perante uma moeda pois essas relações não preenchem todas as funções e mesmo aquelas de forma muito limitada.

²³ Nesta análise não se entra em conta com as distorções à taxa média de lucro e com o facto do juro poder ser uma parte da renda da terra.

²⁴ «Chama-se ciclo ao período que medeia entre o começo de uma crise e o começo da crise seguinte. O ciclo consta de quatro fases: crise, depressão, reanimação e expansão» (Manual de Economia Política, Vol. 2 pág. 87).

²⁵ A compra de uma obrigação ou acção emitida nessa altura é, em princípio, uma aplicação produtiva mas o mesmo não acontece com a especulação na bolsa.

Chama-se capital fictício ao «capital na forma de títulos de valor — acções, obrigações das empresas e do Estado — que proporcionam um rendimento a quem os possui, embora careça de todo o valor intrínseco.

Da taxa de juro se existem múltiplas
Analisemos estas situações.

- A) Naquela situação o tipo de relação social que se estabelece não é característico do crédito. Estamos perante não um crédito mas a usura. Não há uma relação entre capitalistas mas entre um possuidor de capital-dinheiro e outro que dele necessita como dinheiro; o juro não é uma parte da mais-valia mas do salário e a sua taxa não está objectivamente limitada. Um tipo de relação social como essa é uma reminiscência do período pré-capitalista e como tal encontra-se subordinada ao tipo de relações sociais dominantes, encontra-se em diversos aspectos formais e quanto ao montante de taxa de juro subordinada ao que se verifica no crédito.

É um tipo de relação social irrelevante para o estudo do sistema capitalista.

- B) Um tipo de relação como o indicado na segunda questão apresenta características distintas do crédito; não se insere no processo de produção e acumulação capitalistas e, consequentemente o capital-dinheiro só o é do ponto de vista de quem recebe o juro (para a globalidade da sociedade não há a produção de valor novo).

No sentido amplo pode-se continuar a designar por crédito, mas há que ter presente que leva à criação de falso capital. Grande parte do capital fictício é falso capital: na diferença da correspondência efectiva do capital fictício em relação ao capital real. É o que acontece quando A empresta dinheiro a B e esta compra a C acções há muito emitidas e as vende no dia seguinte por um montante mais elevado a D que eventualmente pediu emprestado para as adquirir. É o que acontece com aberturas recíprocas de contas entre bancos para apresentarem melhor situação financeira.

O capitalismo empolando ciclicamente o capital fictício – particularmente nos períodos de euforia, económica – conduz à liquidação deste pela não criação de valores novos e pelo volume de créditos muito além da articulação com a produção. Os períodos de crise com as falências sucessivas, a não solvências das dívidas, etc. eliminam o falso capital e tende a reduzir os créditos à sua base monetária: «Na crise vê-se manifestar esta reivindicação: a totalidade das letras comerciais, dos títulos, das mercadorias, deve poder ser dum só golpe e simultaneamente convertível em dinheiro bancário e todo este dinheiro, por sua vez, em ouro (L3T2– p234)²⁶.

- C) Havendo uma unidade de explicação para as diferentes taxas de juro, a diferença entre empréstimos a curto prazo e a longo prazo insere-se nas especificidades funcionais do capital-dinheiro no ciclo de produção. Enquanto os primeiros visam essencialmente a redução do tempo de rotação do capital os segundos permitem um aumento da massa de capital.

Quanto à diferença entre a taxa de juro paga e exigida pela banca resulta do monopólio do capital bancário²⁷ no capital de empréstimo: «Pela divisão de trabalho, estas operações técnicas (conversão contínua do tesouro e meios de circulação e pagamento e na sua reconstituição a partir do dinheiro das vendas e dos pagamentos vencidos) provocadas pelas funções do capital, são asseguradas, na medida do, possível, por uma categoria de agentes ou de capitalistas que se encarregam exclusivamente de tal função e a concentram nos suas mãos (L2T1325).

Além destas questões é preciso atender que, por um lado existe o crédito comercial que é o que os capitalistas mutuamente ocupados na reprodução concedem entre si, e crédito bancário.

Definições, classificações e pormenores referidos virão a revelar-se importantes para a interpretação político-económica da situação portuguesa e definição de uma linha de actuação na transformação da sociedade.

O crédito e a moeda

16. Os factos do crédito firmar-se na moeda, na função de entesouramento e do carácter circular daquele exigir a sua futura conversão em dinheiro mostram a base monetária do crédito e a subordinação deste, embora indirectamente, à lei do valor, gozando, contudo, de uma autonomia que lhe permite ampliar-se sobre

²⁶ Significa que é uma transcrição de O Capital, edição francesa da Edition Sociales, Livro III, Tomo II, página 234.

²⁷ Ver ponto 17 do próximo artigo.

si próprio, como vimos, por exemplo, quando ligado ao capital fictício.

Mas o sistema financeiro – conjunto de créditos da economia nas suas múltiplas relações – também tem interferência sobre o sistema monetário: relações sociais de troca, caracterizáveis como moeda, também se processam com o crédito, baseadas na emissão dum documento de crédito. Assim, por exemplo, os cheques, sendo títulos de crédito concedido por particulares à banca servem de meio de circulação e mesmo, garantida a sua convertibilidade em moeda nacional, de equivalente geral. É assim que o endosso de uma letra comercial permite comprar mercadorias preencher a função de entesouramento.

A estas relações sociais de troca caracterizáveis como moeda que surgem na sequência de um crédito designam-se de moeda-crédito²⁸ ex.: os cheques, as variações de conta bancária, por um desconto de letras, diversos outros tipos de títulos de crédito com aceitação generalizada. A moeda-crédito tanto pode ser moeda comercial como moeda bancária conforme a sua origem²⁹.

A transformação do crédito comercial em moeda bancária (ex. desconto de uma letra comercial) constitui a monetarização do crédito sujeita a uma taxa que, dada a generalização de tal operação influencia a própria taxa de juro. A taxa de monetarização do crédito (ex. taxa de desconto) é utilizada como instrumento de intervenção política.

Também o facto do crédito ser uma relação social que exige num momento posterior o seu pagamento conduz à crescente relevância de uma função da moeda como a de meio de pagamento.

Articulados estes aspectos com o facto do crédito ser uma relação social multiplicável com grande autonomia pelos próprios proprietários dos meios de produção facilmente se verifica a influência destes sobre o sistema monetário assim como das pressões que se exercem sobre a acção da moeda no plano internacional.

A banca

17. A permanente existência de uma certa fracção de capital sob a forma de tesouro, de capital-dinheiro potencial, e o seu movimento constante de acordo, essencialmente, com a acumulação capitalista conduzem a que uma fracção do capital de empréstimo se torne autónomo constituindo o capital bancário³⁰.

Os bancos, agentes actantes no movimento desse capital-dinheiro, são a manifestação institucional do capital bancário e têm fundamentalmente duas funções: a de monetarização dos créditos e a de avanço de capital-dinheiro. «Contudo estas diferentes funções completam-se, implicando ambos o funcionamento dum circuito financeiro e constituindo em conjunto os diversos elementos do passivo e do activo do sistema bancário considerado como um todo»³¹.

O capital bancário influencia de forma decisiva o curso do conjunto da economia.

O entrelaçamento do capital bancário com o capital industrial ou a propriedade estatal daquele (de que Estado?) conduz a importantes especificidades de análise cuja diversidade se amplia com o domínio do Estado pelos trabalhadores.

Crédito Internacional

18. Convém, finalmente, recordar que o crédito tem amplitude internacional, ou não se processasse a acumulação à escala mundial, que se tem intensificado desde o fim da segunda guerra mundial, desde os acordos de Bretton Wood em que se criaram instituições específicas para tal (Fundo Monetário Internacional — para conceder créditos a Estados e a Bancos Centrais – e o Banco Mundial) e se incentivou o crédito entre particulares de diversos países.

Sem pormenorizar estas questões convém salientar que:

²⁸ Historicamente a moeda crédito foi o primeiro tipo de moeda-papel. A necessidade objectiva do aparecimento da moeda-papel haveria que revelar-se em primeiro lugar pela acção dos próprios agentes económicos directos, num período de nula ou reduzida actuação económica do Estado sobre a economia

²⁹ Como é a moeda bancária que tem uma generalizada aceitação e, portanto, melhor preenche as funções de moeda, normalmente é apenas aquela que se designa por moeda-crédito.

³⁰ Existe grande confusão terminológica em torno deste problema. Verifica-se terminologia diferente de Marx e Lenine e nas obras de interpretação do marxismo-leninismo (ver. «Dicionário de Economia Política» — Publos Unidos. Manual de Economia Política, etc.). A edição da Delfos do Capital, „na sua má tradução, corta uma frase sobre o assunto.

³¹ La Monnaie chez Marx — Brunhoff pag. 138.

- A) Articulando-se o crédito com o desequilíbrio da balança comercial e da balança de pagamentos, tende a colocar os países economicamente mais débeis em situação de desvantagem em relação às metrópoles imperialistas.
- B) O papel hegemónico que o dólar tem desempenhado no sistema monetário internacional conduz a uma posição privilegiada dos Estados Unidos no sistema financeiro internacional. O próprio dólar funcionou durante muitos anos parcialmente como uma moeda-crédito. Nos aspectos de hegemonia financeira é de referir igualmente a relevância da Grã-Bretanha.
- C) As empresas multinacionais constituem potentados económico-financeiros e tendem a imprimir às relações monetárias e financeiras internacionais uma orientação favorável à sua acumulação de mais-valia.

O crédito é um dos canais de manifestação das relações de dominação, das contradições internacionais capitalistas, das pressões políticas sobre a vida de cada povo.

CONCLUSÕES POLÍTICAS

19. Os esboços teóricos trocados até agora permitirão interpretar a realidade monetária e financeira portuguesa, mas permitem-nos desde já tirar algumas conclusões políticas, o que faremos seguidamente de forma sintética.

A Mitologia do Estado Controlador

20. A burguesia, enquanto procura por todas as formas encobrir a natureza de classe do seu Estado, considera que este tem um total controlo sobre a realidade social, sobre a economia em particular: «controlo do poder económico pelo poder político (PPD p. 128). A moeda e o crédito aparecem-lhe como instrumento importantíssimo para concretizar esse controlo, o que pressupõe que o Estado controla o sistema monetário — «O poder de criação monetária do sistema de crédito deverá ser harmoniosamente regulado...» (PPD p. 129); «Disciplina do volume de emissão monetária do Banco de Portugal» (PPES p. 75); «O controle efectivo da base monetária por parte do Banco de Portugal» (PG p. 26) — e que através dos sistemas monetário e financeiro controlam o conjunto da economia — «...defesa dos grandes equilíbrios económicos essencialmente através de actuações monetárias e orçamentais...» (CDS p. 274).³²

Estas posições surgem articuladas ou com a defesa da propriedade privada dos meios de produção ou, na melhor das hipóteses, com uma série de estímulos à iniciativa privada que reforçam aquela.

Contudo todas estas afirmações caem por terra o que, aliás, corresponde, em muitos casos, aos próprios objectivos de quem os propõe:

Como poderia um Estado que defende a propriedade privada dos meios de produção controlar politicamente a iniciativa privada de forma alheia aos interesses desta?

Como pode o Estado controlar com a moeda e o crédito a economia se não aqueles que estão condicionados pela produção de mercadorias? Se as crises monetárias e financeiras mais não fazem do que reflectir no seu campo próprio as crises da economia como um todo?

Como encarar a influência da moeda e crédito como conjuntural e permanentemente ajustável se a moeda não é algo que se adicione à produção real, mas parte indissolúvel do processo capitalista?

Como encarar uma política monetária em termos meramente quantitativos (quantidade de moeda, taxa de juro, taxa de desconto...), se a moeda e o crédito são relações sociais com grande peso de questões qualitativas?

Como considerar possível esse controlo se as próprias «técnicas» disponíveis (taxa de desconto, open market, reservas bancárias, fiscalização dos câmbios, etc.) têm uma influência reduzida?

³² PPD — Programa do PPD aprovado em 1.º Congresso Nacional; PPRES — Programa de Política Económica e Social; PG — Programa do actual governo PS; CDS — programa do CDS, segunda edição «O Programa do MFA e dos Partidos Políticos».

Como encarar egocentricamente o problema se a economia nacional se insere no plano internacional de forma determinante, abrindo possibilidades às influências e pressões internacionais?

Como acreditar na possibilidade de controlo da moeda se as entidades privadas intervêm no crédito e na criação de moeda — reforçado com as políticas bancárias de «rentabilidade» mesmo quando aplicadas pela banca nacionalizada —, se as pressões internacionais se multiplicam, se o comportamento de acumulação de riqueza está dependente das entidades económicas inseridas numa dada conjuntura específica, se o entesouramento foge totalmente ao controlo estatal e só o pode influenciar muito parcialmente?

Como esquecer que mesmo actualmente o controlo do Estado na economia é apenas de 23,4% do valor acrescentado bruto, 44,6% da Formação Bruta de Capital Fixo e 19,3% do emprego?

Estas posições que se ligam à teoria quantitativa da moeda procuram mostrar uma evolução do processo económico exactamente inverso ao que se passa na realidade.

A teoria quantitativa da moeda, intimamente ligada a proposição de «políticas anti-inflacionistas» pela contenção dos salários, é base teórica para as posições políticas mais reaccionárias.

A Quimera do Equilíbrio Harmonioso

21. Enquanto alguns ideólogos da burguesia consideram as crises como fenómeno tendente a desaparecer — difícil de defender na situação actual de prolongada crise em todos os países capitalistas integrados no agravamento da crise geral do capitalismo — outros consideram-nas como fenómeno perfeitamente controlável — «...actuações monetárias e orçamentais e tendente a assegurar a expansão em clima de estabilidade». (CDS p. 274); «...volume de crédito bancário correspondente às necessidades de funcionamento equilibrado da economia» (PPES p 75) — utilizando para tal a política monetária e financeira.

Muitas das questões essenciais colocáveis, já constam da referência anterior, mas é de acrescentar:

A experiência histórica do capitalismo, nomeadamente desde os anos em que se começaram a praticar políticas «anti-crise», não é um desmentido cabal destas pretensões? Como pretender resolver as crises com o investimento se aquelas se caracterizam como sobreprodução? Como considerar o juro determinado sobre o investimento se este está inserido no próprio processo de produção? Como regular o juro pela moeda se ele é condicionado, de facto, pelo capital-dinheiro, em que as empresas privadas, os capitalistas, são os agentes determinantes?

Como esquecer que desde 1973/74 o mundo capitalista está em crise e os próprios técnicos americanos são obrigados a reconhecer a falência das medidas tomadas?

Enquanto o desprezo pelas crises é também sintomático na teoria quantitativa, o sonho do seu controlo é obra do pensamento keynesiano, substrato teórico da «sociedade de consumo» de exploração acelerada dos trabalhadores.

A Falsa Visão dos Caminhos Paralelos

22. As posições reformistas que apresentam como etape o socialismo, embora nunca conseguissem viver ou hibernar senão em sistema capitalista, propõem uma política de melhoria de situação das classes trabalhadoras e de concessão às exigências do capital que não se atrevem a destruir: por um lado apregoa-se no papel a prioridade do crédito aos sectores transformados progressivamente pelo processo revolucionário e, por outro, impõe-se nos bancos critérios de racionalidade capitalista aplicados por quem sempre os defendeu em regime fascista.

Independentemente de questões gerais que tal posição de crença num capitalismo de pequena e média burguesia³³ levanta, no campo monetário os erros são evidentes:

Como encarar uma política monetária acima das classes se, as relações de troca, embora não sendo instrumentos directos de uma política de classe, são reflexo das relações de exploração, ou não, que se verificam na produção?

Como esquecer a capacidade do crédito de se auto multiplicar, condicionadamente, e de estar nas mãos dos

³³. Ver «Portugal 1976: Os projectos políticos e as imposições económicas» de A. Castro em Ec. 1.

capitalistas tal processo de simultânea auto-reprodução de classe além do «previsto?»

A classe operária e os capitalistas são classes antagónicas. Os caminhos de defesa dos interesses dos trabalhadores dirigem-se num sentido contrário ao dos capitalistas. É impraticável uma política monetária e financeira que sirva ambas as classes em confronto.

Praticar uma tal política de «controlo da luta de classes» é servir a economicamente dominante³⁴. Recorde-se para Portugal o peso do sector estatal referido e a crescente inserção no sistema capitalista internacional. Fácil será ver a quem serve a actual política governamental.

As prioridades da rentabilidade das empresas sobre o direito ao trabalho e da propriedade privada sobre o direito à habitação, claramente afirmados no histórico discurso de recuperação capitalista do Primeiro-Ministro dito socialista, são o reconhecimento da própria impossibilidade de conciliação de classes.

Independência Nacional pelo Endividamento

23. Desde o IV Governo até hoje muito se tem falado de independência nacional mas simultaneamente aumentam-se os pedidos de crédito às metrópoles imperialistas, insere-se Portugal no Mercado Comum, etc.

Como falar, em tal situação, em controlo sobre o mercado de câmbios se este é particularmente decidido pelos outros países e instituições internacionais? Como desprezar que, pelo crédito, se manifestam todas as pressões internacionais sobre o nosso País, sobre a vida do nosso povo?

Como falar em estabilidade monetária e em controlo dos preços se a cotação da nossa moeda está particularmente nas mãos dos credores e fornecedores dado o desequilíbrio da balança de pagamentos?

Uma política de independência nacional nem se insere num crescente enfeudamento ao sistema capitalista nem na subordinação às suas experiências.

Voltaremos a analisar todas estas questões mais em pormenor.

O Anti-científico das posições burguesas

24. Todas as posições referidas, produtos do domínio da burguesia na economia – em alguns casos reflexos ideológicos do grande capital – revelam-se claramente como anti-científicos. Quando pretendem encobrir este facto e o seu conteúdo de classe, entram na total demagogia ou na fraseologia vã {ex. «A adopção de uma política mais flexível de adaptação das taxas de juro aos condicionalismos da inflação e dos movimentos internacionais de capitais» (PG p. 26).

«Política Monetária» tem algum efeito

25. «Não negamos pois a evidência, ou seja, a existência de uma prática monetária estatal que corresponde às contradições do financiamento capitalista e utilizada não para revelar essas contradições, mas para as deslocar indefinidamente. Criticamos a noção de política monetária em virtude do seu conteúdo. Mas o capitalismo actual tem necessidade tanto desta noção ideológica, como da noção de inflação, para exprimir a sua própria relação às suas condições de reprodução»³⁵.

Mas o controlo só em socialismo

26. Só será possível um controlo do Estado sobre a economia, subordinado ao científico conhecimento das leis objectivas, se aquele estiver nas mãos dos trabalhadores e se se caminhar para uma sociedade em que as próprias categorias moeda e crédito, como as caracterizamos, deixem de existir: o socialismo³⁶.

³⁴ Os recentes resultados eleitorais na Suécia, de vitória da direita, mostram a que conduz uma tal política da social-democracia.

³⁵ «Política Monetária» Brunhoff 125.

³⁶ As especificidades mercantis da moeda e capitalista do crédito tomam o programa do Partido Socialista, quanto à política monetária e financeira, um absurdo: pretende caracterizar os sistemas monetário e financeiro em sociedade socialista — «Na sociedade socialista em que os meios de produção são propriedade social...» (pág. 17) — com uma conceptualização capitalista — «...racionalidade óptima na captação de poupança ...na distribuição do crédito e dos capitais aos diferentes sectores produtivos...» (pág. 17). Absurdo teórico ou socialismo absurdo?

A MOEDA NO PORTUGAL FASCISTA

ENQUADRAMENTO DA ANÁLISE

Dados gerais

27. Os artigos precedentes visaram essencialmente fornecer uma base teórica de interpretação dos fenómenos monetários e do crédito e, nessa mesma base, desde logo rebater intenções de política monetária e financeira de certas forças políticas mais ou menos direitistas.

O que agora nos propomos é analisar de forma quantificada a realidade monetária portuguesa.

Como o objectivo fundamental é analisar, em toda a sua problemática, a situação monetário-financeira pós-25 de Abril 74, centralizamos a nossa atenção na década 1964/73, embora de quando em vez tenhamos que salientar dados anteriores, particularmente para medir o peso da guerra colonial.

Numa visão genérica podemos apresentar os seguintes fenómenos como característicos da passagem da economia «de paz» à de guerra³⁷:

- a) Aumento das despesas públicas destinadas ao sector militar.
- b) Reforma das estruturas fiscais e a criação de novos impostos, evitando a sobrecarga dos possuidores dos meios de produção.
- c) Acréscimo considerável dos empréstimos e, facto novo, o recurso ao crédito externo assume importância notável.
- d) No início surgiu uma saída de capitais mas, estabilizada a situação, tal saída de capitais atenuou-se e novas tendências se começaram a desenhar.
- e) A emigração, factor que sempre contou na nossa economia, sofreu um acréscimo muito considerável.
- f) A falta de mão-de-obra disponível veio provocar uma intensificação no ritmo de acréscimo dos salários.
- g) Nítidos e crescentes sintomas inflacionistas.
- h) Acréscimo dos meios de pagamento a um ritmo demasiado intenso: em 1960 representavam 74,3% do valor do Produto Nacional Bruto³⁸ e em 1964, 83,2%.

É inegável que a guerra colonial marcou de forma profunda a nossa economia, o que tem que estar subjacente ao estudo no período que consideramos.

Moeda, Crédito e Produção

28. Um dos aspectos em que mais se insistiu na abordagem teórica foi o da ligação (que é subordinação) do monetário ao produtivo o que não impede uma relativa autonomia daquele.

O que nos evidencia a realidade estrutural portuguesa a tal propósito?

Pois justamente que tal relação existe o que se constata comparando os meios totais de pagamento com a procura interna³⁹; efectivamente, os dois indicadores variam no mesmo sentido (ambos crescem) ao longo daquele período. Mas o seu crescimento não é paralelo conforme se pode ver na coluna 3 do quadro I:

³⁷ Extraído, no essencial, de «Evolução da Economia Portuguesa» de Eduardo Guerra.

³⁸ Designa-se por Produto Nacional ao total do valor produzido durante um ano pelos nacionais de um país. Se for Produto Nacional Bruto conforme se exclui ou não o desgaste do Capital Constante Fixo (ex.: máquinas e equipamento). Se for Produto Nacional Líquido a preços de mercado (e não PNL a custo dos factores) inclui os impostos indirectos líquidos (deduzidos os subsídios). Em qualquer dos casos, numa análise de diversos anos, tanto se pode registar a evolução real da produção — e considera-se a preços constantes — ou a evolução da produção aos preços que se verificam — a preços correntes.

³⁹ A Procura Interna representa a despesa global que é feita num país num dado ano pelas empresas, pelo Estado e pelo público consumidor. Obtém-se adicionando ao Produto Interno o valor das Importações e excluindo o valor das Exportações.

Quadro I (em milhões de escudos)

	Meios Totais de Pagamento (1)	Procura Interna (2)	(1) / (2)	Variações anuais de (1) / (2)
1964	81481	100300	0,81	-
1965	93506	112266	0,82	+ 0,01
1966	104053	122111	0,85	+ 0,03
1967	115588	134316	0,86	+ 0,01
1968	130980	149666	0,87	+ 0,01
1969	153670	168025	0,91	+ 0,04
1970	172262	190880	0,90	- 0,01
1971	203102	214415	0,94	+ 0,04
1972	245106	245450	0,99	+ 0,05
1973	302648	305442	0,99	-

Fonte. Relatórios do Banco de Portugal (coluna 1) Anual estatística (INE) (coluna 2)

Na verdade a quantidade dos meios totais de pagamento⁴⁰ cada vez se afasta mais do valor da procura e há particularmente 4 anos (1966-69-71-72) em que esse desfasamento se intensifica.

Porquê? Estaremos perante casos da tal autonomia do monetário em relação ao produtivo? Aqui teríamos de ver mais de perto o que se passou com o produtivo.

Analisando o crescimento do PNBpm a preços constantes (de 1963) constatamos surpreendentemente que aqueles anos são regra geral (com excepção apenas de 1972) dos de mais baixo desenvolvimento económico; na realidade, para uma taxa média de crescimento de 6,3% na década considerada encontramos para aqueles quatro anos os seguintes valores: 3,8%, 4,3%, 5,6% e 8,7%, respectivamente⁴¹.

Nestes anos, portanto, o monetário não acompanhou o produtivo. Para que se criaram então tantos meios de pagamento? A análise do volume e valor da transacção de títulos na Bolsa e noutros locais onde funciona esse mercado revela valores que fazem pensar.

QUADRO II (em milhões de escudos)

Ano	em milhões de escudos
1964	1220
1965	1502
1966	2116
1967	1579
1968	1879
1969	4114
1970	3339
1971	4258
1972	8516
1973	17446

Fonte: Estatísticas Monetário-Financeiras (INE).

Efectivamente 1966-69-71-72 foram anos de grande actividade especulativa particularmente em 1966, 69 e 72 o volume de transacções de títulos elevou-se muito em relação aos anos imediatamente anteriores.

⁴⁰ Inclui as notas e moedas, os depósitos à ordem e certos depósitos a prazo.

⁴¹ A comparação entre o PNBpm a preços constantes e o total dos meios de pagamento mostra a evolução estrondosa destes. Em 1964 (e até 1966) o PNBpm era superior ao total dos meios de pagamento: 94.643 milhões de escudos contra 81.481.... Em 1973 (e desde 1967) verificam exactamente o contrário: 176.786 contra 302.648 milhões de escudos.

Decerto que isto não é estranho ao aumento da quantidade global dos meios de pagamento. É do conhecimento geral aliás que nos últimos anos do fascismo grande parte do crédito da banca se orientava para essa actividade.

Os efeitos perniciosos da actividade especulativa são óbvios: desde logo estamos perante meios monetários que em vez de se constituírem em capital-social se transformam em capital fictício que, como tal, não é portanto gerador de produção, de riqueza, embora se tivesse verificado um certo aumento da emissão de acções pelas sociedades anónimas, particularmente para aumento do capital social, o que também pode não significar a variação do «capital produtivo»⁴²; por outro tem efeitos sobre os preços de mercado por pressão da procura⁴³ na medida em que nem todos os meios monetários criados pela actividade especulativa ficam eternamente aí — o indivíduo que ganhou uns escudos na especulação e os aplica na aquisição de bens de consumo...

O empolamento da actividade especulativa tem muito a ver com dificuldades ao nível do produtivo, fundamentalmente com a baixa da taxa de lucro, resultado da luta dos trabalhadores por maiores salários e da elevação da composição orgânica do capital. Digamos que para os capitalistas é mais remunerador «investir» na especulação do que investir na produção; é claro que na especulação nem todos podem ganhar — logicamente algumas empresas irão à falência e daí resultará uma intensificação da concentração do capital, reforço dos monopólios portanto. O papel determinante da banca na especulação bolsista e ligação daquela ao grande capital, o não interesse e possibilidade dos possuidores de acções em intervir nas respectivas empresas são outros fenómenos que revelam que o «jogo da bolsa», contrariamente à tese da «democratização do capital», facilita a centralizarão e a captação de poupanças para fins lucrativos pelos possuidores de capital.

O ESTADO E O SISTEMA MONETÁRIO

O Estado Repressivo não Controla

29. Este grande desenvolvimento dos meios de pagamento nos anos indicados e que relacionamos com o incremento das transacções bolsistas, tendo presente o aumento global resultante em grande parte da guerra colonial, serve bem para ilustrar um outro aspecto teórico que precedentemente houve o cuidado de referir: o não controlo por parte do Estado/Banco Central do sistema monetário. É que aqueles elevados montantes de meios de pagamento foram atingidos não obstante uma certa tentativa de contenção por parte das autoridades monetárias, quer ao nível da circulação monetária (notas e moedas) — com excepção apenas de 1972 os restantes foram anos de relativa fraca emissão monetária — quer ao nível do manejo da taxa de redesconto — que foi elevada em Setembro/65 (de 2 para 2,5%) e em Fevereiro/71 (de 2,5 para 2,75%). Mas o que é mais significativo quanto a quem efectivamente controla o sistema monetário é a análise das fontes e dos factores de emissão. Quanto às primeiras é sintomático que a participação do sistema bancário na criação dos meios de pagamento passou de 62,2% em 1965 a 70,1% em 1970 e, finalmente, 74,3% em 1973. No que concerne aos factores de emissão monetária assume grande relevância justamente o crédito bancário e, neste, particularmente o que resulta da carteira comercial dos bancos. É claro que há que ver a que fins é afectado todo este crédito o que a seu tempo faremos.

De qualquer forma, e é isso que nos interessa aqui realçar, é manifesto que a circulação monetária esteve

⁴² Eis os valores da emissão de acções pelas sociedades anónimas constituídas de novo e por transformação (coluna 1) e das que aumentaram o capital social (coluna 2):

1969:	8.542	1.232	milhões de escudos
1970:	853	3.067	milhões de escudos
1971:	1.195	4.005	milhões de escudos
1972:	3.636	8.451	milhões de escudos
1973:	4.600	9.112	milhões de escudos

Fonte: Estatísticas Monetário-Financeiras (INE)

⁴³ Não se procure nesta afirmação a explicação da inflação, já que a caracterização desta ultrapassa o conteúdo de «aumento dos preços» e tem causas muito mais profundas.

fundamentalmente concentrada na banca (privada); foi pois esta, segundo a óptica dos seus interesses de sector de grupo monopolista, e dos interesses das empresas que lhe solicitavam crédito, as forças determinantes do volume de meios de pagamento criados neste país.

E este não-controlo do Estado passava-se com um Estado capitalista que tudo pretendia centralizar e controlar, para tal recorrendo a métodos terroristas (não contra a sua classe, evidentemente)!

Falência do quantitativismo

30. Já se aludiu anteriormente à chamada teoria quantitativa da moeda, tese velha de quase dois séculos que ao longo da sua vida sofreu algumas reformulações de acordo com a evolução das formas monetárias, mas que basicamente defende que os preços das mercadorias transaccionadas varia em proporção directa dos meios de pagamento, isto é, se a quantidade de moeda em circulação aumenta em certa medida os preços variarão no mesmo sentido e na mesma proporção e em sentido contrário no caso de uma diminuição da mesma⁴⁴. É fundando-se nesta tese que muitos autores burgueses justificam a inflação pelos salários, isto é, dizem eles que os aumentos de preços resultam dos aumentos de meios monetários em circulação, consequência da subida dos salários. E assim se justificam políticas de contenção salarial.

Mas será mesmo assim? O que é que nos diz a realidade portuguesa? Aqui interessa-nos comparar as variações percentuais dos meios de pagamento e dos índices de preços:

QUADRO III

	Variações dos meios de pagamento (milhões esc.)		Evolução do índice de (Lisboa) (base 1948:100) preços	
	quantidade	var. anuais (em %)	índice	var. anuais (em %)
1964	+ 10 924	-	123,1	-
1965	+ 12 025	14,7	127,3	3,4
1966	+ 10 547	11,2	133,8	8,2
1967	+ 11 535	11,0	141,1	5,4
1968	+ 15,392	13,3	149,7	6,0
1969	+ 22 690	17,3	162,9	8,8
1970	+ 18 592	12,0	173,3	6,3
1971	+ 30 840	17,9	194,0	11,9
1972	+ 42 004	20,6	214,7	10,6
1973	+ 57 542	23,4	242,5	12,9
Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.				

A análise dos dados fornecidos no quadro III possibilita desferir rudes golpes na teoria quantitativa de uma forma dupla⁴⁵:

⁴⁴ Isto considerando, é claro, a velocidade de circulação da moeda (n.º médio de vezes que uma unidade monetária muda de possuidor ao longo de um ano) como constante, o que nós também admitimos na nossa análise, do que não resultarão grandes incorrecções pois que se trata de uns indicador que não varia a curto ou médio prazo.

⁴⁵ Outros aspectos bastante importantes de combate à teoria quantitativa resultarão claramente da análise do período pós-25 de Abril.

– por um lado, os preços nunca variam na mesma proporção dos acréscimos da quantidade da moeda; constata-se pois que não são os preços que absorvem os meios de pagamento criados e que, portanto, a teoria quantitativa não considera a função de entesouramento, a passagem do dinheiro a capital-dinheiro, deste ao capital real e ao capital fictício, etc.

– por outro lado, anos há mesmo em que os ritmos de subida dos preços variam em sentido contrário aos dos acréscimos da quantidade de moeda: é o caso de 1966 em que os meios de pagamento baixam de 14,7 % (em 1965) para 11,2 % enquanto que os preços sobem de 3,4 % (em 1965) para 8,2 % e de 1972 em que o aumento dos meios de pagamento passa de 17,9 % (em 1971) para 20,6 % enquanto que o ritmo de subida dos preços baixa de 11,9 % (em 1971) para 10,6%,

Estes desmentidos da teoria quantitativa são particularmente curiosos atendendo a que o fascismo sempre se baseou ideologicamente em teses daquela.

Mas duas outras conclusões se devem extrair do que atrás se analisou:

— desde logo, que a subida generalizada dos preços não tem a sua causalidade na quantidade da moeda em circulação, e muito menos na quantidade de moeda emitida, tendo portanto as suas determinantes fundamentais de ser detectadas noutra área;

— por outro lado, a tese keynesiana de que a subida dos preços só seria possível na hipótese de injeção de meios monetários numa economia de pleno emprego também não se confirma no estudo concreto que fizemos: os trabalhadores portugueses sabem bem que a nossa economia sempre conheceu, simultaneamente, o desemprego (de força de trabalho – para não falar na emigração – e de meios de produção) e a inflação.

Exploração, fragilidade e dependência na «moeda forte»

31. É evidentemente incorrecta a dicotomia entre a análise da moeda e do crédito num plano interno e num plano externo. Todavia, é facto que o que até agora temos feito, no presente artigo tem sido uma análise fundamentalmente baseada em aspectos internos.

Vamos agora abordar a inserção do escudo no plano internacional.

A esse propósito, a análise estatística das cotações médias das notas estrangeiras no mercado de câmbios de Lisboa ao longo do período considerado revela-nos uma apreciável «estabilidade» do escudo. Efectivamente as desvalorizações mais intensas não ultrapassam os 28 (caso do marco alemão que Passou de 7\$31,4 em 1964 para 9\$36,4 em 1973) enquanto que relativamente a divisas importantes como o dólar americano, a libra inglesa e o franco francês o escudo se valoriza; é claro que isto reflecte mais problemas monetários e consequentes desvalorizações por que aquelas moedas passaram do que propriamente um reforço do escudo consequência duma melhoria da nossa competitividade externa⁴⁶.

Mas enquanto isso, o índice de preços passou de 123,1 em 1964 para 242,5 em 1973 (aumento de cerca de 96%).

Temos portanto que o escudo sofreu uma desvalorização interna de 96% contra uma desvalorização externa de, no máximo, apenas 28 %⁴⁷ — em média até nem se terá desvalorizado.

Embora da leitura das cotações do ouro no mercado livre de Lisboa não possamos analisar especificidades da moeda portuguesa, até por se tratar de uma mercadoria objecto de um mercado mundial, atendendo às funções monetárias que o ouro ainda hoje desempenha vamos agora analisar a evolução do seu preço no período em estudo.

Começa por apresentar uma apreciável estabilidade nos primeiros anos (33\$20,4/grama de ouro fino em 1964 a 33\$97,8 em 1967) que é perturbada, pela primeira vez, em 1968 (37\$65,6); esta primeira subida do preço

⁴⁶ Entre outras, podemos referir as seguintes desvalorizações daquelas moedas:

— libra esterlina 14,3% em 1967;

— franco francês (12,5%) em Ag./69;

— dólar americano (8,57%) em Dez./71 e 10% em 1973.

⁴⁷ Normalmente distingue-se «descida da cotação» e «desvalorização» de uma moeda, porque enquanto a primeira se processa mantendo a definição legal do «valor» da moeda e ao arbítrio do mercado de câmbios a segunda é uma decisão política que altera a própria definição legal do «valor» da moeda

do ouro é reflexo da criação, em Março/68, do chamado «mercado duplo»: os Bancos Centrais, que até então se comprometiam a intervir no mercado (único) do ouro com vista a assegurar na prática a paridade oficial do dólar (\$35/onça de ouro) deixaram de o poder fazer mantendo aquela paridade no mercado oficial (entre Bancos Centrais) e deixando que, no mercado livre, o preço oscilasse livremente.

Assim, neste mercado o seu preço atinge 39\$69,1 em 1971, 82\$85,0 em 1973 e valores mais elevados ainda posteriormente.

Porquê uma subida tão acentuada do preço do ouro?

Tendo em consideração que o verdadeiro valor aquisitivo de uma moeda se constata obviamente neste mercado e não no oficial, podemos adiantar que ela é, fundamentalmente, o reflexo do processo inflacionista do mundo capitalista que se intensificou nestes últimos anos.

Regressando às cotações da nossa moeda podemos dizer que o escudo se reproduziu como equivalente geral praticamente sem sofrer qualquer sanção!

Porquê? Porquê esta tão apregoada estabilidade externa do escudo? À custa de quê e de quem? É o que veremos a seguir.

Em nosso entender a estabilidade do escudo assentou em três aspectos muito específicos da realidade portuguesa: as elevadas reservas de ouro, os saldos positivos da nossa Balança de Pagamentos⁴⁸ e a existência de Colónias.

Quanto às primeiras é sobejamente conhecido o elevado montante que, por motivos diversos, se foi acumulando nos cofres do Banco de Portugal ao longo dos anos⁴⁹. A título exemplificativo podemos referir que, em 30/Jan. /74, as reservas de ouro do Banco de Portugal eram de 22.323 milhares de contos; isto com base no preço «oficial» do ouro pois que, com base no seu preço «livre», aquele valor seria sensivelmente quadruplicado.

Relativamente aos superactivos da nossa Balança de Pagamentos uma análise da mesmo ao longo da década em causa revela-nos que eles são fundamentalmente o resultado da Balança de Invisíveis Correntes⁵⁰ onde assumem particular relevância as remessas dos emigrantes e as despesas dos turistas. A Balança Comercial (saldo das exportações e importações de mercadorias) é constantemente deficitária, défice que se eleva mesmo ao longo dos anos, passando de — 6.361 milhões: de escudos em 1965 a — 12.972 em 1970 e — 22.253 em 1973; esta evolução traduz a diminuição da competitividade externa da nossa economia, de reduzido mercado interno, e, simultaneamente, o aumento da nossa dependência externa já que muitos bens essenciais (matérias-primas, bens alimentares) integram as nossas importações. Para os superavites da Balança de Pagamentos contribuíram ainda os saldos positivos das transacções comerciais com as colónias na medida em que atenuaram os deficits da nossa Balança Comercial.

A ilustrar o que acabamos de descrever atente-se no

QUADRO IV (em milhões de escudos)

Ano	Bal. Comercial	Bal. Com. c/ Colónias	Turismo	Transf. Privadas (fundamentalmente remessas de emig.)
1965	-6 361	+ 2 165	+ 2 793	+ 4 346
1966	- 8 266	+ 1 519	+ 5 450	+ 5 722
1967	- 7 052	+ 2 512	+ 5 859	+ 7 753
1968	- 8 306	+ 2 699	+ 4 385	+ 9 036
1969	- 8 767	+ 2 424	+ 3 141	+ 11 977
1970	- 12 972	+ 1 859	+ 4 101	+ 14 567
1971	- 17 289	+ 448	+ 6 102	+ 19 103

⁴⁸. Por Balança Comercial entende-se, grosso modo, o saldo das exportações e importações de um determinado país enquanto que o conceito de Balança de Pagamentos é mais vasto: saldo de todas as transacções de natureza económica efectuadas entre os residentes e os não residentes num determinado país — engloba portanto, além da Balança Comercial, operações tais como exportação e importação de capitais, movimentos dos rendimentos correspondentes, pagamento e recebimentos de prémios de seguros e de fretes de transportes, remessas de emigrantes, etc....

⁴⁹ Teria importância fazer uma análise da evolução histórica das reservas de ouro, sua proveniência, mas não abordamos este aspecto.

⁵⁰ Englobam-se aqui todas aquelas transacções internacionais, de natureza corrente, que não são objecto de um controlo alfandegário; é o caso das despesas dos turistas (interna e externamente), remessas de emigrantes e imigrantes, pagamentos e recebimentos de prémios de seguros e de fretes de transportes, por exemplo. Basicamente podemos dizer que ficam excluídos desta Balança as exportações e importações de mercadorias e os movimentos de capitais.

1972	- 19 816	?	+ 7 123	+ 23 778
1973	- 22 258	?	+ 7 896	+ 27 056

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

Relativamente às colónias é de interesse referir que não obstante a sua Balança Comercial total com o Estrangeiro ser constantemente deficitária ao longo daqueles anos (apenas Angola, S. Tomé e Príncipe apresentam superávites) a Balança de Pagamentos é sempre positiva — o que se deve fundamentalmente à já referida Bal. Com. positiva de Angola e à rubrica «transportes» (caso de portos e caminhos de ferro servindo países do interior — Zâmbia, «Rodésia»), particularmente vultuosa no caso de Moçambique. Ora, estes superativos da Balança de Pagamentos das colónias beneficiavam fundamentalmente os stocks de divisas da Metrópole na medida em que, sendo a Balança de Pagamentos desta com aquelas positiva era com divisas estrangeiras que as colónias obtinham os escudos necessários para saldar o deficit à Metrópole. Quer dizer, era a Metrópole quem beneficiava dos superávites da Bal. de Pagamentos das colónias com o estrangeiro. Pelas vantagens resultantes desta situação sempre se manteve o sistema da moeda colonial dependente de bancos portugueses (especiais), das reservas da sua cobertura estarem nas mãos de Portugal, das moedas coloniais terem cotação inferior ao escudo e sem aceitação internacional⁵¹

Pois que pagávamos as nossas importações com as remessas dos emigrantes, as receitas do turismo e as vendas feitas às colónias.

Esta conclusão faz ressaltar dois aspectos bem sintomáticos da fragilidade da nossa economia:

— por um lado, a debilidade do nosso aparelho produtivo face às necessidades de consumo da nossa população e aos mercados externos em que sistematicamente nos inserimos (CEE, EFTA, EUA....)

— por outro, o carácter extremamente precário (exterior) das nossas fontes de obtenção de divisas: O TURISMO, actividade de certa instabilidade estreitamente dependente, mais do que qualquer outra, da conjuntura internacional e até de modas, particularmente o turismo elitista e explorador que se praticava; as remessas dos emigrantes que apresentam também um elevado grau de dependência, entre outros, dos seguintes factores: facilidades externas do envio das mesmas, oscilações cambiais, situação política dos países de origem e de fixação, radicação dos emigrantes nos países de destino..., para além do que traduz do regime político-social que paga os bens que importa (entre eles bens de luxo) com a mão-de-obra que exporta; o comércio com as colónias, assente em esquemas de mercados privilegiados que obviamente um dia acabariam, como sucedeu.

A cobertura internacional dos países capitalistas ao regime fascista português, que passava pelo não pôr em causa a mitologia do escudo forte e ir cobrindo as necessidades financeiras do regime, é outro poderoso factor a ter em conta⁵².

Esta situação era coadjuvada pela acção das multinacionais com as facilidades que o fascismo dava de exportar o resultado da exploração dos trabalhadores do nosso país.

Para além de tudo isto tínhamos ainda as reservas de ouro, muito tranquilas nos cofres do Banco de Portugal. Para que serviam? Elas não eram as reservas que todo o sistema monetário tem de ter; num regime de curso forçado não eram necessárias tantas barras! De certa forma pode dizer-se que elas constituíam como que um depósito de garantia que o regime fascista se via obrigado a efectuar para que os próprios países capitalistas não exercessem pressões sobre o escudo.

O ESTADO E O CRÉDITO

O Orçamento

⁵¹ O atrofamento económico a que esta situação conduziu era tão notória que a própria burguesia colonial desejava uma certa expansão autónoma da sua actividade, cujo fim teria sido certamente um dos objectivos das manobras da «independência» branca.

⁵² Em 1963/64 em que numerosas organizações internacionais decidiram boicotar Portugal pela sua política colonial, o Banco Mundial concedeu pela primeira vez dois empréstimos a Portugal.

32. Já vimos, tanto teoricamente como na prática, com o caso concreto da realidade portuguesa, que efectivamente o Estado/Banco Central não controla o sistema monetário. Mas a abordagem então efectuada foi fundamentalmente a nível da manipulação de certos instrumentos técnicos como sejam a taxa de redesconto, as reservas mínimas dos bancos, o próprio volume de emissão monetária, ... Aí estávamos perante uma acção directa do Estado sobre o monetário. Mas não é só a esse nível que o Estado intervém pois que ele também desenvolve uma acção que podemos designar de indirecta (sobre o sistema monetário) e que se concretiza na política orçamental seguida. É essa política que nós agora vamos analisar bem como um dos seus resultados: a dívida pública.

Acção indirecta porquê? Pois porque, embora não seja essa exactamente a finalidade – a não ser que expressamente indique técnicas (ex. *open market*⁵³) que tenham esse objectivo – que o Estado visa com a concretização do orçamento, o facto é que daí resultam incidências tanto no volume de emissão monetária como na própria afectação dos meios monetários existentes pois que com toda a certeza o Estado não vai dar à massa monetária que cobra através dos impostos o mesmo tipo de aplicação que os particulares e as empresas lhe dariam. É, pois, muito natural que em resultado da política orçamental do Estado certo volume de meios monetários cumpram funções diferentes (entesouramento num momento anterior, passagem à circulação para dar lugar a um novo entesouramento, por exemplo) ou que certo volume de dinheiro nunca chegue a ser capital-dinheiro (e inversamente).

É justamente por todo este tipo de incidências que se nos afigura de interesse analisar, ainda que com certa superficialidade, alguns aspectos da política orçamental do Estado Português nos últimos anos do fascismo.

Começemos por atentar nos seguintes elementos:

QUADRO V (em milhões de escudos)

	Despesas Ordinárias e Extraordinárias Autorizadas ⁵⁴ (34)	Defesa militar e de segurança (% do total)	Despesas de natureza económica (% do total)
1959	9.750,7	2.889,6 (29,6%)	2.460,7 (25,2%)
1960	11.337,9	3.258,4 (28,7%)	3.318,9 (29,2%)
1961	13.447,5	5.220,9 (38,8%)	3.333,5 (24,7%)
1962	14.832,9	6.116,6 (41,2%)	3.725,5 (25,1%)
1963	15.704,9	6.275,3 (39,9%)	4.012,2 (25,5%)
1964	17.172,3	6.983,2 (40,6%)	4.645,4 (27,0%)
1965	18.059,4	7.705,3 (42,6%)	3.861,8 (21,3%)
1966	19.625,6	8.441,6 (43,0%)	4.120,5 (20,9%)
1967	23.361,6	10.233,4 (43,8%)	4.353,8 (18,6%)
1968	25.200,8	11.162,9 (44,2%)	4.312,6 (17,1%)
1969	27.721,3	11.828,8 (42,6%)	5.006,9 (18,0%)
1970	31.742,8	13.697,9 (43,1%)	5.542,3 (17,4%)
1971	36.647,8	15.311,7 (41,7%)	7.081,5 (19,3%)

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

Que concluir?

De imediato o seguinte: que com os meios monetários arrecadados o Estado gastava muito com a guerra e pouco em fins de natureza económica. Estado belicista e pouco «económico» ou, se se preferir, o Estado, sobretudo com recursos extorquidos aos trabalhadores – peso grande dos impostos indirectos em sentido lato, taxas regressivas, isenções fiscais às grandes empresas – fazia a guerra enquanto os monopólios orientavam – com o compadrio de um Estado crescentemente interveniente⁵⁵ – a economia... Este quadro

⁵³ Designa-se por política de «open market» a compra ou venda de títulos do Estado para aumentar ou diminuir a quantidade de moeda em circulação, de acordo com as necessidades da conjuntura. É uma técnica tipicamente quantitativista, embora «recuperada» pelo keynesianismo

⁵⁴ Como um dos mitos do fascismo era o do «equilíbrio orçamental» dividiam as receitas e despesas de forma arbitrária: ordinárias (correspondem à actividade normal do Estado) e extraordinárias. É preferível classificar «de funcionamento» e «de capital» ou, de outra forma, «efectivas» e «não efectivas».

⁵⁵ Desde o início do fascismo que o Estado actuou ao serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros e dos latifúndios mas a análise de diversos índices — Formação Bruta de Capital Fixo da Administração Pública, Produto Nacional criado nas empresas públicas, etc.... — «apontam para a

sintetiza muito a situação do país e bem particularmente a partir do início da guerra colonial O Estado fascista, tendo como primeiro objectivo a defesa e esforço do capitalismo, orientou-se particularmente para a defesa do grande capital, não sem contradições internas.

Ora, as despesas de natureza económica efectuadas pelo Estado reduzem-se acentuadamente com a guerra colonial, particularmente a partir de 1965 (21,3 % das despesas autorizadas) e a partir de 1967 nunca mais atingiu os 20 % do total das despesas autorizadas quando em 1960, ano imediatamente anterior ao início da guerra, atingiam os 29,2%!

Não se pode com isto afirmar que o Estado tenha cedido terreno à iniciativa privada, tanto mais que, contraditoriamente, diversos índices revelam o contrário (a parte da Formação Bruta de Capital Fixo da Administração Pública no conjunto da FBCF passou de 13,97% em 1962 para 16,96% em 1963 e 20,46% em 1972; as receitas correntes da Administração no Rendimento Nacional passou de 21,23% em 1952 para 27,49% em 1972, os subsídios do Estado a empresas no PNBpin passou de 0,38% em 1938 para 1,5% em 1971; a parte do Produto Nacional criada nas empresas públicas passou de 1,57% em 1947 para 12,36% em 1972). Contudo é fora de dúvida que agudizou as contradições, agravou as dificuldades económicas, nomeadamente dos monopólios — por isso o período marcelista é marcado por agudização de divergências entre grupos monopolistas — reduzindo em muito as possibilidades do Estado intervir na economia por via orçamental.

Efeitos diversos teve a guerra colonial, como não podia deixar de ser, nas despesas com a «defesa nacional e segurança»; na verdade dos 28,7% em 1960 subiu-se para os 38,8% em 1961 e a partir de 1964 nunca mais se situaram abaixo dos 40% do total das despesas autorizadas, tendo mesmo atingido em 1968 os 44,2% (quase metade das despesas públicas!).

Independentemente de considerações sociais e políticas que a guerra colonial suscita, importa anotar aqui que os meios monetários que o Estado lhe consagrou o foram a um tipo de despesas que, ou são estritamente improdutivas (despesas com pessoal que não produz) ou quando muito dinamizadoras de actividades num sentido sem rumo, isto é, não enquadrado no desenvolvimento económico do país (é o caso de indústrias que produzem material de guerra – desde rações de combate a viaturas) a motivar, como tem sucedido, a necessidade de futuras reconversões – tenham-se presentes os casos da Berliet/ /Tramagal, da TAP e das empresas de navegação – com toda a problemática e riscos (de desemprego, por exemplo) que estas comportam.

Como vimos em 27 a guerra colonial está na base de um acréscimo dos meios de pagamento, que se processava essencialmente pela via orçamental.

Como afirma Armando Castro:

- a) «Ao procurar o tipo de factor susceptível de, pela sua própria índole, implicar necessariamente um acréscimo da massa de notas em circulação sem contrapartida com aumento de bens económicos movendo-se no sistema económico, sem contrapartida na criação de riqueza composta por bens produzidos, bens com a qualidade económica de, a partir da sua capacidade de satisfazerem necessidades, terem um valor de troca, constituindo mercadorias, podendo ser comprados e vendidos no mercado; ao procurarmos esse factor encontramos-lo com facilidade: são as chamadas despesas de tipo militar, que aparecem nos textos oficiais sob a designação de «despesas de defesa e segurança»⁵⁶
- b) essas despesas não têm uma correspondência importante em qualquer actividade económica produtiva e embora tenham repercussões sobre a produção de mercadorias, «nota-se todavia que se movem dentro dum sector segregado do conjunto do sistema produtor, ao passo que, os meios monetários com que foram pagos entram nesse conjunto»^{57 58}

existência de capitalismo monopolista de Estado durante o regime fascista» com dois períodos de impulso: 1961/63 e 1968/70. (Ver «Monopólios e Política Anti-Monopolista no Portugal de Hoje» — págs. 79/91).

⁵⁶. De «O que é a Inflação (1ª. Edição) de Armando Castro — págs. 63.

⁵⁷ Idem —pág. 64.

⁵⁸ A influência da guerra colonial sobre a moeda e o crédito, para além dos pontos dos itens seguintes, poderia descer a um maior pormenor e analisar a sua influência sobre o entesouramento, relações monetárias com as colónias, repartição entre depósitos à ordem e a prazo e evolução nos diversos tipos de instituições de crédito, etc.... mas seria uma pormenorização excessiva para o artigo.

A Dívida Pública

33. Um dos chavões mais utilizados pelo regime fascista era o do «equilíbrio orçamental» pretendendo com ele dar a imagem de que as finanças públicas se encontravam de boa saúde, o que era falso. É que, para além das imprecisões conceptuais, uma coisa são as previsões e outras as efectivações! De nada servia programar despesas totalmente cobertas pelas receitas se na prática acabava sempre por ser necessário recorrer ao crédito para cobrir aquela.

E se as pessoas não têm a memória curta hão-de de se recordar que o regime falava muito de equilíbrio orçamental e muito pouco ou nada de dívida pública, cobrindo «teoricamente» esta pela imbecilidade de que «por definição o problema da capacidade de pagamento da dívida externa estará equacionado sempre que for possível assegurar novas entradas de capital suficientes para pagar os encargos da dívida anterior»⁵⁹.

E que nos diz a dívida pública? Vejamos o seguinte quadro:

QUADRO VI (em Milhões de escudos)

	Dívida Total (Acumulada)		Dívida Externa	
	Importância	Taxa de Aumento Anual	Importância	Total
1959	15.887,8	—	1.951,8	12,2%
1960	17.250,4	8,5%	1.898,7	11,0%
1961	18.680,1	8,2%	1.838,6	9,8%
1962	22.600,5	20,9%	5.079,1	22,4%
1963	25.924,6	14,7%	6.322,6	24,3%
1965	31.762,4	8,1%	8.529,7	26,8%
1970	39.500,5	10,9%	9.887,8	25,0%
1971	43.464,1	10,0%	11.755,6	27,0%
1972	47.167,0	8,5%	11.416,0	24,2%
1973	54.258,0	15,0%	13.890,0	25,5%

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

Estes números são demonstrativos da não saúde das finanças públicas pois que, como se pode ver, a dívida pública, aumentou constantemente a uma taxa média anual de 9,4% (isto de 1959 a 1973).

E é evidente que a guerra colonial teve os seus efeitos já que aquela se elevou 20,9% e 14,7% em 1962 e 1963, respectivamente. O não aumento imediato da mesma em 1961 justifica-se não só pelo não recurso imediato ao crédito preferindo-se o sacrifício de outros objectivos orçamentais, como também por factores internos (resistência salazarista) e externos (avaliação da situação) de impedimento aos empréstimos exteriores.

É particularmente significativa a influência da guerra colonial na dívida externa que de uma média de 11% nos três anos imediatamente anteriores eleva-se a 22,4% do total da dívida pública em 1962. A necessidade do recurso ao crédito externo radica-se não só na limitação da capacidade interna de concessão de crédito – esgotada a sangria fiscal dos trabalhadores – mas muito particularmente no facto de a guerra nunca ter sido sentida como uma luta nacional e daí que o Estado não se pudesse sentir seguro para promover campanhas de angariação de fundos para aquele objectivo. O povo não lhe entregaria as suas poupanças para aquela finalidade (quando as tivesse) mas o Estado fascista, que tudo detinha em mãos, obrigava o povo a custear a guerra por outra via: através dos empréstimos que a Previdência, em regime de capitalização, lhe oferecia à custa da melhoria e alargamento dos benefícios aos trabalhadores que para ela faziam os

Um outro campo que fica em aberto é o da influência da política fiscal (peso dos diversos impostos, classes sobre que recai, proporcionalidade, distribuição regional e institucional, etc....) sobre a moeda e o crédito, quer numa análise estrutural ou conjuntural, quer mesmo sazonal.

⁵⁹ De um dos chamados planos de fomento.

seus descontos (em 1973, por exemplo, a dívida pública às Instituições de Previdência totalizava 12.624 milhões de escudos, isto é, 23,5% do total daquela).

Por outro lado, o Estado também não podia atingir as empresas por via tributária pois que lhes causava problemas, particularmente quanto ao investimento, e arriscava-se assim a perder uma certa base social de apoio.

A grande saída foi pois o recurso ao crédito externo e em termos tais que o regime nunca mais conseguiria recuperar até ao fim da guerra colonial (e mesmo depois...) já que a dívida externa passou a representar, em média e aproximadamente, 25% da dívida total acumulada. Pode-se dizer que a situação relativa não piorou⁶⁰ mas o que é facto é que também não melhorou de 1962 a 1973. Isto é, pode-se considerar a situação em que se passou a viver de estagnação da dependência financeira, particularmente externa.

O agravamento da dependência financeira

34. Vamos agora então analisar a problemática das repercussões monetárias e creditícias do crédito externo privado e do capital estrangeiro.

A já referida «viragem» de 1961 é bem ilustrada pelo facto de no período compreendido entre 1961 e 1967 as entradas em Portugal de capitais a longo prazo do sector privado terem decuplicado em relação às duas décadas anteriores; efectivamente, aquelas importações atingiram naquele período cerca de 20 milhões de contos enquanto que de 1943 a 1960 em pouco ultrapassaram os dois milhões⁶¹.

A questão que se põe de imediato é esta: que aplicações tiveram, a que fins se destinaram, tais capitais? Terão contribuído para o efectivo desenvolvimento económico do país sem afectar a nossa independência económica? Vejamos o que nos dizem os números

QUADRO VII (em Milhões de escudos)
Importações de Capitais (médio e longo prazo)

	Invest. Directos	Privados Op. s/ tit.	Créd. lig. op. c/ merc.	Empr. Fin.	Público	Total
1964	284	28	436	1.508	1.913	4.316
1965	673	130	929	901	1.132	3.959
1966	735	259	2.026	1.387	1.230	6.082
1967	616	226	2.234	1.948	1.758	7.015
1968	565	579	2.073	1.846	1.449	6.836
1969	615	284	1.682	1.246	1.064	5.181
1970	736	253	1.535	1.472	819	5.094
1971	1.247	186	1.569	2.747	1.020	6.849
1972	1.618	251	3.472	2.059	141	7.764
1973	2.460	212	2.230	1.491	1.657	8.263

Fonte: Relatório do Banco de Portugal

Constata-se que a maior parte do crédito que nos foi concedido se destinava à importação de mercadorias atingindo uma média anual de quase 30% do total do crédito externo, média que é superior à dos empréstimos financeiros.

Trata-se pois de crédito ao consumo, embora em parte produtivo, no imediato um tipo de crédito que mantém a dependência externa. É evidente que interessaria analisar que tipo de mercadorias beneficiava desse crédito. Bens de consumo ou bens de produção? E que tipo de bens de produção? Bens de indústrias que reforçariam a nossa especialização internacional ou de outras que conduzissem a uma efectiva independência económica? Embora não entremos aqui nessa, análise podemos ver o seu resultado que basicamente nos é dado pela Balança Comercial cujo saldo nos evidencia um constante agravamento da nossa dependência comercial externa: de um défice de 6.361 milhões de escudos em 1965 passa-se a um de

⁶⁰ Apesar do peso da dívida externa no Produto Nacional Líquido a preços de mercado (e preços constantes) ter passado de 7,57% em 1963 para 8,29% em 1973.

⁶¹ Referido por L. Salgado Matos em «Investimentos Estrangeiros em Portugal» (3.ª Edição) — pág. 111.

12.972 em 1970 e 22.258 em 1973. Este constante agravamento da nossa Balança Comercial aponta para a seguinte conclusão: é que o crédito que nos era concedido para a compra de mercadorias se enquadrava num esquema de desenvolvimento do país que reforçava a necessidade de novas importações e, conseqüentemente, de mais crédito ao consumo (à importação). Aliás é sintomático que a percentagem desse crédito no total do crédito externo passa da média anual de 25,78% no período 1964/68 para 31,4% em 1969/73.

Outra rubrica que importa destacar é a dos investimentos directos que acusa uma subida vertiginosa nos últimos anos do fascismo. A sua percentagem média no total dos capitais importados passa de 10,46% no período 1964/68 a 18,98% no período 1969/73, atingindo mesmo os 29,7% em 1973⁶². Este tipo de penetração do capital estrangeiro é dos mais comprometedores da independência económica do país não só pela natureza de muitas das indústrias por ele criadas ou para onde se orienta – trabalhando básica ou exclusivamente para a exportação e explorando mão-de-obra barata – como também pelos importantes sectores da nossa economia em que ele se instala – por exemplo, em 48% do capital social da indústria química existia capital estrangeiro, em 72% da de borracha, em 43% da indústria de papel e de pasta para papel, em 81% das de material e máquinas eléctricas, em 62% das de material de transporte.

Cada vez mais o nosso país reforçava a importação de capitais que nada contribuíam para a nossa independência económica e comercial; nos 2 últimos anos do fascismo aquelas duas rubricas absorveram uma média de 60% da importação de capitais.

Para concluir as nossas considerações sobre o crédito externo vamos analisar o documento onde se sintetizam todos estes movimentos de capitais: a Balança de Pagamentos.

Que é que esta nos diz quanto às operações de capitais? Vejamos os números:

QUADRO VIII (em Milhões de escudos)

Ano	Saldo das operações de capitais
1964	+ 2.980
1965	+ 2.811
1966	+ 3.057
1967	+ 1.296
1968	+ 2.347
1969	- 2.074
1970	- 391
1971	(valores provisórios) + 820
1972	- 4.904
1973	- 6.745

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

Constata-se portanto que de uma situação tradicionalmente superavitária a Balança de Capitais passou a acusar deficits a partir de 1969 (com a eventual excepção apenas de 1971, ano em que os empréstimos financeiros foram inusitadamente elevados) e com tendência mesmo para o seu agravamento.

Esta evolução é o resultado lógico de uma política de concessão de facilidades à penetração dos capitais externos sem simultaneamente se orientar a economia no sentido de prescindir dessa penetração. Assim, para além da consequência já analisada do agravamento do deficit da Balança Comercial acresce o surgir de deficits na Balança de Capitais, resultado fundamentalmente dos reembolsos e amortizações que o país passa a ter de efectuar e que, se desprezarmos as muito específicas relações monetárias com as colónias, atingiram 6.579 milhões de escudos em 1973 que representam 72,5% do total das nossas exportações de capitais naquele ano.

Os deficits da nossa Balança de Capitais não significam portanto que o país passasse a ser um banqueiro mas apenas um credor a pagar as suas elevadas dívidas.

⁶² Nestes, números não está incluída uma situação bastante generalizada nos últimos anos do fascismo que consistia em as empresas estrangeiras montarem-se em Portugal com o crédito dos bancos nacionais, a coberto de um aval de um grande banco internacional.

Limitações ao estudo

35. Resta-nos abordar o crédito interno em fascismo. Antes algumas observações. A abordagem do crédito interno não pode ser feita de uma forma exaustiva porque há vários dados que não existem apurados. Um, por exemplo, bastante significativo, é o do volume do crédito concedido entre capitalistas sem intervenção da banca o que permitir-nos-ia ver aspectos quantitativos e qualitativos de um tipo de relação social extremamente importante. Apenas se pode ter uma pálida ideia desse comportamento recorrendo ao desconto de efeitos comerciais. Outros dados não merecerão grande observação por serem demasiado especializados⁶³.

Reservas do Banco de Portugal e não-convertibilidade

36. A não convertibilidade da moeda-papel dispensa-nos também uma análise cuidada das relações entre as reservas do Banco de Portugal e a circulação fiduciária⁶⁴. O significado das reservas já foi referido. Acrescentemos apenas algumas informações.

A circulação fiduciária após manter-se sensivelmente ao mesmo nível entre 1946 e 1950 começa a crescer de forma sistemática, adquirindo ritmos de crescimento particularmente intensos desde 1960. Quanto às reservas do Banco de Portugal, embora tendo no conjunto uma evolução semelhante à anterior apresenta algumas especificidades: a guerra impôs-lhe algumas reduções sensíveis (de 1946 a 1949 e em 1961); atingindo valor semelhante à circulação fiduciária até 1959, ultrapassando-os durante um quinquénio (1952/58), passa a ter valores sistematicamente inferiores a partir de então embora sem grande desfasamento (sempre inferior a cinco milhões de contos).

Contudo, facto muito diferente se verifica entre as reservas do Banco de Portugal e as «Responsabilidades Escudos à Vista»⁶⁵ que aumentam bastante, criando uma diferença bastante sensível em relação às reservas, apesar do comportamento geral semelhante de umas e outras. Em 31/Dez./73 as reservas eram de 44.196 milhares de contos e as responsabilidades escudos à vista de 76.826.

Os equilíbrios, mesmo contabilísticos, também tendiam a desfazer-se.

Evolução dos créditos

37. Fizemos referência à importância que a moeda crédito apresenta na adequação da moeda ao objectivo capitalista de maximização do lucro mesmo que tal se processe individualmente à custa do atrofamento da criação social de novos valores.

Tal traduzia-se na crescente diferença entre os meios de pagamento e a circulação monetária.

Mas não menos significativo é a evolução relativa dos meios de pagamento e dos totais de depósito⁶⁶. Até 1961 tinham montantes bastante semelhantes, mas a partir dessa data os depósitos aumentaram vertiginosamente. Em 1973 os depósitos não obrigatórios atingiam 295.104 milhares de contos enquanto os meios de pagamento em poder do público eram 172.811 milhares de contos.

Resulta fundamentalmente da evolução dos depósitos a prazo de que os seguintes dados são significativos:

QUADRO IX
EVOLUÇÃO DOS DEPOSITOS (milhares de escudos)

	Acréscimo anual (% - base: 1966 (31/12))		Valor Total	
	Dep. à Ordem	Dep. a Prazo	Dep. Ordem	Dep. Prazo
1966	—	—	58.348	21.151

⁶³ E o caso, por exemplo, da evolução das disponibilidades em ouro e moeda estrangeira, pela banca comercial, que apresenta grande irregularidade.

⁶⁴ Se a moeda-papel fosse convertível a sua emissão representava um crédito do Banco Central para com os seus possuidores, o que significava um tipo diferente de relação social.

⁶⁵ As «responsabilidades escudos à vista» reflectem quer o volume de notas em circulação, quer as responsabilidades para com instituições estatais e financeiras nacionais e internacionais, em moeda nacional.

⁶⁶ Os totais de depósitos incluem os depósitos à ordem e a prazo, enquanto os meios de pagamento apenas incluem os depósitos à ordem, os depósitos noutras instituições de crédito e os depósitos obrigatórios do Tesouro e da Junta de Crédito Público.

1967	12,8	26,6		
1968	12,7	35,9		
1969	13,2	058		
1970	0,7	16,3		
1971	17,5	32,3		
1972	22,0	24,6		
1973	25,3	25,4	151,906	143.198

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal e Est. Monet. E Financiamento (INE)

Estes dados permitem concluir que tendencialmente se intensificou o ritmo de constituição de depósitos à ordem e se reduziu o de depósitos a prazo o que traduz consequentemente uma maior procura de entesouramento sob uma forma mais líquida.

A guerra colonial, por um lado, e o decréscimo do ritmo de evolução do Produto Nacional, coincidindo com a transição do «salazarismo» para o «marcelismo», são condicionalismos marcantes da evolução referida.

Reflectindo acima de tudo a incerteza sobre a situação económico-social portuguesa, deixa em 1973 a herança de uma grande possibilidade de deslocação de riqueza ao mínimo sinal de perturbação.

Representando para as pequenas poupanças a garantia de subsistência futura mesclada aqui e além pela quimera da «democratização do capital», característica do prelúdio da bancarrota, significa, no referente às classes capitalistas, uma abstenção do processo de produção, um reforço da actividade especulativa⁶⁷.

Aplicação dos depósitos

38. Dada a importância que assumem os depósitos no conjunto da economia, como se verificou⁶⁸, há que analisar, por um lado, quem os possui e por outro, quais as aplicações a que vão dar lugar.

Os bancos comerciais assumem destacadamente o lugar predominante na obtenção dos depósitos não obrigatórios, quer para os depósitos à ordem quer a prazo⁶⁹.

Em 1966 os bancos comerciais detinham 71,7 e 89,1% dos depósitos à ordem e a prazo, respectivamente, contra 25,4 e 3,1% da Caixa Geral de Depósitos. As Caixas Económicas, com uma influência mais regional, tinham uma reduzida importância: 2,9 e 4,7%. Contudo, os pesos dos bancos comerciais e da Caixa Geral de Depósitos evoluíram de forma contrária nos dois tipos de depósito e aquelas instituições detinham em 1973, respectivamente, 85,9 e 11,3% dos depósitos à ordem e 75,9 e 13,9% dos a prazo.

Seria arrojado atribuir estas diferenças à diversidade de taxas de juro dos depósitos, tanto mais que os comportamentos são assimétricos. Será antes de atribuir às diferentes concretizações predominantes das pequenas e média poupanças⁷⁰ e da grande⁷¹.

67

	SITUAÇÃO NO 4.º TRIMESTRE DE 1973 (%)		
	Dep. à Ordem.	Dep. c/ Pré-Aviso	Dep. a Prazo
Sector Público	10,1	1,4	1,2
S. Privado – empresas	44,6	33,7	7,5
S. Privado – particular	45,3	64,9	91,3
Até 50 contos	14,2	5,5	26,2
50/100 contos	8,4	2,3	16,4
100/500 contos	16,7	8,1	29,4
500/1.000 contos	7,4	5,4	8,0
mais 1.000 contos	53,2	78,7	20,0

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras (INE)

⁶⁸ Em 1973 o total dos depósitos representou 102,8% do PNBpm.

⁶⁹ Na análise que se segue por depósitos à ordem designam-se os depósitos à ordem propriamente ditos, os c/pré-aviso inferior a 30 dias e outras responsabilidades à vista. Nos depósitos a prazo incluem-se os restantes.

⁷⁰ Como já se mostrou a função meio de entesouramento da moeda tem por origem uma interrupção do processo de circulação. O certo porém é que tais meios monetários, que objectivamente não podem deixar de ser assim classificados, tanto se podem destinar à efectiva constituição de uma reserva de valor (hipótese prioritária dos assalariados);

Refira-se ainda que o Banco de Fomento, que apenas aceita depósitos a prazo, tem neste contexto uma relevância reduzida (3 e 6% em 1966 e 1973); tenha-se presente todavia ser um banco com finalidades muito específicas e de constituição relativamente recente.

Velocidade de circulação dos depósitos

39. Também a velocidade de circulação dos depósitos bancários aumenta, embora de forma menos acentuada. Tomando como base o 4.º Trimestre de 1965 (100) o índice de velocidade no 4.º Trimestre de 1973 era de 180,2. Isto é, em oito anos a velocidade aumentou de 80,2%, apesar de não ter sofrido uma evolução rectilínea, quer devido a factores sazonais quer devido a perturbações em 1969/70 devidas, eventualmente, a alterações da taxa de juro entre os diversos tipos de depósitos.

Mas o que é essencial anotar é que esta evolução reforça vincadamente as conclusões anteriormente assumidas, particularmente quanto à intensificação da necessidade (e desejo) de liquidez e quanto ao incremento da especulação bolsista e consequente movimentação de moeda escritural.

Multiplicador de crédito

40. É costume, quando se refere o papel da banca na emissão monetária, mostrar o papel do multiplicador de crédito⁷², isto é, da capacidade do sector bancário, verificadas determinadas hipóteses e realizados certos mecanismos, aumentar a sua capacidade de crédito muito para além dos depósitos, inicialmente realizados!

Não vamos aqui considerar esse aspecto por diversas razões:

— é apenas uma manifestação de uma questão mais geral, para a qual não temos informações suficientes, que é a quantificação da capacidade do sistema financeiro se auto-alimentar se empolar bem para além da evolução do processo produtivo;

— representa apenas um mecanismo tendencial cujo conhecimento exacto de aplicação escapa ao estudo.

Convém contudo frisar um aspecto: as razões que levaram ao empolamento dos depósitos já referidos (incerteza, especulação, pagamentos na bolsa.... eram susceptíveis de conduzir à verificação de algumas das condições de «funcionamento» do referido multiplicador. Este facto mostra o empolamento em relação ao produtivo que nesse período o sistema financeiro era susceptível de assumir e a fragilidade dos parâmetros da «estabilidade».

Importância da banca

41. O exposto até agora parece-nos mostrar a importância decisiva da banca no contexto económico do país, nomeadamente pelo volume de depósitos e derivada capacidade de criação de moeda com consequente empolamento financeiro, sobretudo resultante da actividade especulativa desencadeada pelos grupos monopolistas nos últimos anos do fascismo. Interessará relembrar aqui a articulação íntima que se estabeleceu entre o capital bancário e o capital industrial e que se concretizava no facto de cada um dos grandes grupos monopolistas que controlavam economicamente o país ter um banco como centro financeiro próprio.

Simultaneamente deu-se uma acentuada concentração bancária. Assim, em 1973, apenas 5 bancos, representando 22,3% do número total dos bancos e instituições de crédito do país, detinham 73% dos depósitos à ordem totais, 81% dos depósitos com pré-aviso e 70% dos depósitos a prazo, os seus lucros

— aqui temos o entesouramento propriamente dito; como a aguardar a constituição de um determinado montante para reentrar em circulação (hipótese prioritária dos capitalistas) — aqui temos a poupança.

⁷¹ Sendo de admitir a influência, para os resultados quantitativos, de jogos «inter bancos para empolar certos resultados, não parece relevante, qualitativamente, tanto mais que os empréstimos a outras instituições de crédito evoluíram em sentido inverso aos depósitos à ordem nos bancos comerciais

⁷² Segundo a fórmula habitual.

$$\Delta kr = \frac{\Delta Z}{r + c(1 - r)}$$

em que:

Δkr — limite para a expansão de crédito pelo sistema bancário;

ΔZ — reservas excedentes do sistema bancário;

r — taxa de reserva mínima;

c — parte de novos créditos retirados em espécie pelos beneficiários dos empréstimos.

representaram nesse ano 48,4% dos lucros totais da banca e o valor total das suas participações financeiras 75,9% do total da banca o que é bem sintomático das empresas que se encontravam na sua dependência⁷³.

O CRÉDITO PARA GRUPOS MONOPOLISTAS

Introdução

42. A actuação das instituições financeiras quanto a empréstimos é susceptível de se analisar por diversas formas. Vamos entrar particularmente em consideração com «empréstimos e contas correntes caucionadas», «desconto de efeitos comerciais» e «carteira de títulos».

Para termos em consideração os «fluxos» nos dois sentidos, isto é, para reflectir a globalidade das relações sociais que se processam no crédito, considerou-se, salvo caso excepcionalmente referido, os saldos no último dia do mês.

Quem empresta

43. Considerando os empréstimos no seu conjunto é clara a importância já antes assinalada da banca comercial, que em 1966 concedia 72,5% dos empréstimos, vendo o seu papel reforçado para em 1972 atingir 80,9%.

Os três últimos anos do regime fascista foram de forte aumento dos empréstimos pela banca comercial, tendo-se cifrado essa elevação em 1973 em 34%.

Evolução contrária verificou-se na actuação da Caixa Geral de Depósitos, enquanto o Banco de Portugal, com pequenas oscilações nos diversos sentidos, aumentou de forma lenta⁷⁴.

Entretanto o Banco de Fomento intensificava a sua actividade: enquanto em 1965 os empréstimos a mais de um ano eram de 4.919 milhares de contos, em 1973 os empréstimos a médio prazo e a longo prazo foram, respectivamente, 11.552 e 3.259 milhares de contos.

Estes aspectos apenas vêm reforçar as conclusões anteriormente assumidas quanto à importância da banca comercial. Vêm, simultaneamente, diluir a importância económica da Caixa Geral de Depósitos no conjunto da economia, tanto mais que a uma melhoria da situação da parte passiva (depósitos) não corresponde igual situação na parte activa (empréstimos).

Carteira Comercial

44. A carteira comercial – desconto de efeitos comerciais – reflexo simultaneamente da expansão do crédito comercial e das dificuldades da sua circulação adquire uma grande importância no conjunto dos empréstimos. Quer, por exemplo, em 1962 como em 1973 o seu peso no conjunto dos saldos de empréstimos representa cerca de 81,5%.

Aquisição de títulos de dívida pública

45. O tipo de relações sociais específicas a que o crédito dá lugar, a influência que exerce sobre o conjunto da economia depende das suas finalidades.

Os empréstimos ao sector público já foram objecto de análise no último artigo, pelo que não vamos insistir, nomeadamente quanto a conclusões a extrair. Referimos apenas que assume fundamentalmente a forma de aquisição de títulos da dívida pública. Em 1956 assumiam o valor de 9.337 milhares contos na carteira de títulos das instituições de crédito, o que representava quinze vezes mais que o valor correspondente para a dívida das instituições privadas. Entre 1966 e 1973 aquele valor duplicou.

Crédito às entidades privadas

46. O crédito bancário, incluindo a monetização do crédito comercial, das instituições privadas tem aumentado significativamente, como se pode ver pelo quadro seguinte:

⁷³ Referido em «Monopólios e Política Anti-Monopolista no Portugal de Hoje» de Carlos Pimenta — pg. 99.

⁷⁴ Eram de 1.126 milhares de contos em 1962 e dez anos depois atingiam 1.990. Registaram-se ligeiras diminuições em 1966/67 e 1971.

QUADRO X
SALDOS DOS CRÉDITOS A ENTIDADES PRIVADAS EM 31/12 (milhares de contos)

	Valores absolutos		Índices móveis ⁷⁵	
	Cart.comerc.	Empr.e outros créditos	Cart. Com.	Empr.e outros créditos
1966	40.454	26.368	—	—
1967			152	115
1968			85	108
1969			128	110
1970			119	132
1971			115	124
1972			132	126
1973	166.224	88.309	137	119

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras

Deste quadro se conclui que ambos os tipos de crédito, embora de forma não regular, se têm elevado ao longo dos anos, embora em ritmo mais acentuado o crédito de natureza comercial (note-se que o facto de alguns índices dos «empréstimos...» serem superiores deve ser conjugado com o facto de se tratar de índices móveis e de em 1967 o saldo destes se elevar apenas 15% enquanto que o da carteira comercial se eleva 52%).

É de referir ainda a inversão do índice da carteira comercial a partir de 1972 (sobe de 115 para 132) e a descida tendencial do outro a partir de 1970.

Esta constatação evidencia que nos últimos anos do fascismo aumentava o crédito de curto prazo, o que essencialmente traduz dificuldades na colocação dos produtos, e se reduzia o crédito de longo prazo que na sua maior parte é um crédito à produção.

A contratação do crédito em 1968 terá por certo a ver com a alteração governamental então ocorrida (tomada de posse de Marcelo Caetano).

Crédito por finalidades sectoriais

47. Vejamos como se reparte o crédito durante os anos atrás referidos por grandes sectores de actividades:

QUADRO XI
IMPORTÂNCIA DAS FINALIDADES PARA OS DOIS TIPOS DE CRÉDITO
(% em 31/12)

Ano	Consumo		Importação		Exportação		Produção		As Inst. Crédito	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
1966	12,1	9,9	4,0	1,7	1,1	2,3	73,1	74,6	9,7	11,6
1967	9,3	10,4	2,5	0,8	1,1	2,4	81,2	76,0	5,9	10,4
1968	14,2	10,4	4,2	0,6	1,2	2,5	73,1	76,5	7,3	10,0
1969	15,2	10,8	4,6	0,9	1,7	2,3	69,9	75,4	8,6	10,7
1970	12,5	9,2	3,9	0,6	2,2	1,4	71,4	79,6	10,0	9,2
1971	13,1	9,5	4,4	1,0	1,8	1,5	072	80,3	8,6	7,8
1972	12,8	9,2	4,4	0,9	1,5	0,7	74,7	83,4	6,7	5,7
1973	10,1	8,1	3,6	0,7	1,8	0,7	78,7	85,1	5,9	5,5

(1) – carteira comercial

(2) – empréstimos e c/correntes caucionadas

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras (INE)

⁷⁵ Os índices móveis revelam a variação registada em relação ao ano imediatamente anterior. Por exemplo, o índice 115 para 1971 significa que do fim de 1970 para o fim de 1971 houve um crescimento de 15%.

Como seria lógico a produção absorve o maior volume de crédito tanto sob a forma de desconto comercial como sob a de empréstimo.

Mas a importância que o chamado crédito à produção assume não significa que corresponda efectivamente a uma aplicação ao processo produtivo, por duas razões:

a) No período em análise verificam-se dificuldades no desenvolvimento do processo produtivo e acentuadas tendências a actividades especulativas, à obtenção de «lucros» na esfera da circulação do capital, considerado individualmente. O pedido de empréstimos ou monetizações de crédito por entidades designadas de produtivas não significa que tal capital-dinheiro não seja desviado para outras finalidades.

b) Nem todas as entidades designadas por «produtivas» se encontram fundamental e predominantemente na esfera da produção⁷⁶.

É de referir também o elevado volume de crédito ao consumo, crédito portanto à realização e não à produção, assim como o que as instituições de crédito se concediam mutuamente e de que resultavam aplicações não reprodutivas de meios monetários.

Mas o dado talvez mais contraditório do quadro é o que se refere ao crédito à exportação, particularmente sob a forma de empréstimos que, para além de ter sempre um volume extremamente reduzido se reduz ainda ao longo dos anos; ora este manifesto não apoio à exportação é contraditório num país de economia acentuadamente extrovertida e com vultuosos e crescentes défices da sua Balança Comercial.

Comparemos agora a importância de alguns sectores no conjunto do crédito à «produção» (em %):

QUADRO XII

	Agricultura		Ind. Transformadoras		Diversos	
	Cart. Com.	Emp.	Cart. Com.	Emp.	Cart. Com.	Emp.
1966	5,9	5,9	37,9	34,7	54,3	58,4
1967	27,4 ⁷⁷	5,5	24,8	37,1	46,3	56,2
1968	6,7	5,7	33,2	34,7	58,4	52,9
1969	6,4	5,2	31,4	34,7	60,8	57,0
1970	4,4	3,4	32,1	35,6	61,5	58,1
1971	4,9	3,0	32,8	36,9	60,5	57,0
1972	4,5	2,7	31,8	31,4	61,8	63,4
1973	4,5	3,1	34,1	29,9	60,0	64,7

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras (INE)

Desde logo ressalta o reduzido volume de crédito concedido à agricultura num país como o nosso em que aquela actividade tem ainda grande peso e graves problemas, muitos dos quais passam pelo crédito.

A rubrica «diversos» engloba sempre o maior volume de crédito. Que sectores se integram aí?

Incluem-se por exemplo as indústrias de construção e obras públicas que ocupam o 3.º lugar e o comércio por grosso e retalho que ocupa o 2.º lugar; é de notar que, para além da natureza improdutiva da actividade comercial, é sempre no seu seio que qualquer crise e consequente urgência de crédito são prioritariamente sentidas. Se conjugarmos a elevação da rubrica «diversos» em 1972/73 (de 57% em 1972 passa a 63,4 e 64,7% naqueles dois anos!) com a evolução da, carteira comercial em 1972/73 que já referimos a propósito do quadro X podemos concluir da existência de sintomas de falta de liquidez nas empresas nos últimos anos do fascismo.

É de referir finalmente que é ainda nesta rubrica «diversos» que se incluem as empresas de serviços, cuja actividade é de natureza improdutiva.

⁷⁶ «Duma maneira geral podemos considerar como actividades produtivas aquelas em que a maioria dos trabalhadores (os capitalistas no sentido exacto do termo nunca o poderão ser) estabelecendo, em sentido lato, uma relação activa e consciente com a natureza criam, transformam, conservam e distribuem objectos exteriores com valor de uso. Num sistema capitalista são todas aquelas em que há criação de mais-valia ou em que, nos sectores remanescentes da sociedade feudal, há criação de valores de uso, tais como no campeonato e artesanato (extraído de «como fazer o Controlo da Produção» de C. Pimenta, pg. 11)

⁷⁷ Estranhámos este valor tão elevado mas não encontramos explicação para o mesmo.

Acção da Caixa da Crédito Agrícola Mútuo

48. Se analisarmos os empréstimos concedidos aos sócios pelas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo continua a verificar-se, por um lado, um reduzido volume de empréstimo, (1.645 milhares de contos em 1972) e uma distribuição assimétrica! Vila Real e Viana do Castelo, em conjunto, obtiveram em 1965 e 1973, respectivamente, 4,5 e 4,1% dos referidos empréstimos enquanto que Évora e Beja, em conjunto e respectivamente, 26,7 e 19,1%⁷⁸.

Convém apenas referir quando se aborda o problema do crédito à agricultura ter presente que são múltiplas as entidades que o concedem, o que aliás implica significativas relações específicas de dominação.

O quadro seguinte (para 1963/68) é bastante eloquente:

QUADRO XIII
PERCENTAGEM DO Nº DE EXPLORAÇÕES QUE RECORREM AO CRÉDITO SEGUNDO O CREDOR

	Menos de 20 ha. (crédito a desp. cor.)	Mais de 20 ha. (crédito a desp. inv.)
A particulares	31,5	15,0
A fornecedores	49,3	19,7
A organizações da lavoura	9,2	11,2
A cooperativas de cré. agr mútuo	3,8	16,6
A entidades bancárias particulares	5,4	24,9
A insta. crédito público e a Fundos do Estado	0,8	12,6

Fonte: Inquérito Agrícola 1968

Este quadro ilustra bem o «mundo» do crédito agrícola.

Repare-se desde logo que à estrutura bancária, aquela que prioritariamente deveria apoiar a agricultura, apenas recorrem 5,4% dos pequenos agricultores. A quem recorrem estes? Na sua esmagadora maioria a particulares (31,5%) e aos seus fornecedores (49,3%) o que é sintomático dos problemas de caciquismo e de dependência comercial que enformam o quadro da pequena agricultura.

O crédito bancário orienta-se apenas para as grandes explorações – a ele recorrem 24,9% destas.

⁷⁸ Esta assimetria poderia ser mais rigorosamente analisada relacionando o volume total de crédito com a superfície explorada e (ou) com o número de explorações agrícolas. Vejamos o que se passava em 1973:

	V. CASTELO E V. REAL	ÉVORA E BEJA
Crédito concedido	— 67.000 mil. de escudos	314.000 mil. de escudos
Sup. explorada	—231.988/ha.	1.325.986 ha.
N.º de expl. Agr.	— 87.528	32.619
Crédito/Sup. Expl.	— 288\$/ha.	236\$/ha.
Crédito/N. de Exp.	— 765\$/ha.	9.626\$/há

Pensamos que estes valores não invalidam o afirmado, particularmente se tivermos em conta que há muitas despesas únicas numa exploração.

	Taxas	montante descontado	Índices
1968 -	4,5 - 4,999	65.997	100
69 -	4,5 - 4,999	70.885	107
70 -	5,0 - 5,499	114.528	174
71 -	5,5 - 5,999	144.723	220
72 -	5,5 - 5,999	204.679	310
73 -	5,5 - 5,999	281.806	427

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras (INE)

Por «meios quase imediatos de pagamento» entende-se grosso modo os depósitos com pré-aviso de mais de 30 dias e depósitos a prazo.

Mas para além do não apoio da banca privada é também de atentar no que os números nos dizem quanto ao que as organizações estaduais ou incentivadas pelo Estado faziam neste campo: conjuntamente, ao crédito conjuntamente, ao crédito concedido por esta via apenas recorriam 10% das pequenas explorações.

Monetização do crédito

49. Analise-se mais em pormenor a monetização do crédito.

Uma visão desde 1946 do volume total de efeitos comerciais descontados mostra um permanente crescimento com ritmo particularmente acelerado após 1965, com os objectivos que já analisamos.

Tomando como base 1965 temos os seguintes índices de evolução:

1966: 112
1967: 120
1968: 130
1969: 141
1970: 171
1971: 215
1972: 249
1973: 335

o que mostra, em 7 anos, um aumento de 3,4 vezes (só nos três últimos duplicou).

É o anunciar da crise: dificuldades de realização do capital-mercadoria. É o potencializar-se de uma crise que além de cíclica insere-se na crise do capitalismo em geral e do regime fascista em particular. É o esforço de, contraditoriamente, aproveitar a crise para a especulação.

Estas considerações são confirmadas pelo facto do crescimento do volume do desconto se fazer sentir especialmente para os curto e longo prazos.

QUADRO XIV
VOLUME DE DESCONTOS PARA ALGUNS PRAZOS (Milhares de contos)

	Até 15 dias		Até 30 dias		Até 180 dias	
	Val. Abs.	Índice	Val. Abs.	Índice	Vai. Abs.	Índice
1965	6.116	100				
1966		112			12.148	100
1967		122				108
1968		133				141
1969		147				161
1970	12.450	204				191
1971			21.556	100		259
1972				112		346
1973			35.276	164	59.249	488

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras (INE)

O aumento das taxas de monetização mais comuns não produziu qualquer diminuição significativa dos descontos, o que revela a relativa ineficácia dessa actuação.⁷⁹

Atente-se particularmente na evolução dos índices de desconto das letras de prazo superior a 180 dias nos 3 últimos anos do fascismo o que corrobora afirmações nossas anteriores relativas a uma acentuação de falta de liquidez nesse período.

⁷⁹. Por «meios quase imediatos de pagamento» entende-se grosso modo os depósitos com pré-aviso de mais de 30 dias e depósitos a prazo

OUTROS ASPECTOS DO CRÉDITO

Negação do crédito

50. O empolamento do crédito foi negando o crédito. A relação social que inicialmente pressupunha o carácter circular do movimento do capital-dinheiro (condição para ser crédito) via-o de forma crescente dificultada.

Os montantes monetários dos efeitos comerciais protestados que apresentam um carácter cíclico (pontos altos em 1949, 1958, 1962, atinge, embora de forma irregular, montantes bastante elevados entre 1967 e 1971.

Contra 337 milhares de contos em 1960 tem-se 727 em 1973, passando por 1.142 em 1971.

Apesar da relativa diminuição entre 1972/73 uma visão de conjunto, como a que temos tentado fazer, aponta claramente para um agravamento futuro desta ruptura do crédito.

A necessidade crescente da obtenção de novos créditos, garantia da manutenção dos anteriores, impunha a crescente garantia real. Não é pois de espantar que o montante de prédios hipotecados passe de 1.409 milhares de contos em 1950, 2.902 em 1962, 7.960 em 1970 e 30.376 em 1973.

O empolamento do crédito, o seu antagonismo em relação ao processo de produção, o aproximar da sobreprodução de mercadorias tendiam a criar a sua própria negação: a não circularidade do capital-dinheiro, as dificuldades de pagamento, o desmoronar do capital-fictício e do falso capital.

A Bolsa dos Monopólios semeador de ilusões

51. Vejamos agora como evoluiu ao longo dos últimos 14 anos do fascismo (1960/73) o índice da cotação de títulos na Bolsa de Lisboa (os valores reportam-se sempre a Dezembro):

QUADRO XV

	Títulos da Div. Pública	Obrigações	Acções
1960	101,4	103,3	172,3
1961	92,6	99,3	154,3
1962	88,5	100,5	135,3
1963	87,4	98,7	150,7
1964	93,1	97,5	179,0
1965	100,2	103,6	108,2
1966	89,9	97,8	117,3
1967	82,5	97,1	109,0
1968	78,3	95,8	113,5
1969	77,3	93,4	151,0
1970	75,4	86,7	156,2
1971	72,0	91,3	182,6
1972	73,8	88,7	272,4
1973	81,2	77,6	503,6
. Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras (INE)			

Do presente quadro podem-se extrair dois aspectos que consideramos relevantes.

Por um lado a manifesta influência que o desencadear da guerra colonial teve no mercado de títulos. Repare-se que em 1961 todas as cotações baixam e a recuperação não é imediata: as obrigações sobem logo em 1962 mas as acções apenas em 1963 e os títulos da dívida pública só em 1964.

Por outro lado, a diferente variação ao longo daqueles anos dos três tipos de títulos: enquanto que os títulos da dívida pública e as obrigações baixam passando de um índice médio na primeira metade daquele período de 93,3 e 100,1, respectivamente, para 77,2 e 90,0 na segunda metade, as acções sobem de 45,5 para 212,6. Pensamos que isto tem a ver com a diferente rentabilidade daqueles títulos (mais elevada, em princípio a das acções) mas sobretudo com o carácter mais especulativo destas.

E estas variações são particularmente intensas nos dois últimos anos do fascismo: enquanto que entre 1960 e 1971 o índice varia 5,9% e se considerarmos os anos de índice mais baixo (1965) e mais elevado (1971) a variação não ultrapassa os 68,7%, nos dois últimos anos eleva-se 175% (só de 1972 para 1973 sobe 84,8%!).

Estes números dizem bem do desenvolvimento que a especulação bolsista teve neste período, e vem corroborar afirmações nossas anteriores quanto aos sintomas de crise que se manifestam nas estatísticas referentes a este período.

A subida vertiginosa das acções, na medida em que não reflecte de forma alguma a verdadeira situação das empresas e da economia, na medida em que é puramente especulativa, tem consequências ao nível da produção, já que meios monetários não são afectos a esta, e ao nível dos preços que atingem um máximo de subida em 1973: 12,9%.

A MOEDA E O CRÉDITO DURANTE A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

ASPECTOS DA EMISSÃO MONETÁRIA

52. A evolução da emissão monetária será o ponto de partida para um conjunto de análises importantes. Começemos, pois, por abordá-la.

O seguinte registo de variações sintetiza a situação:

QUADRO XVI (milhares de contos)

	Meios totais de pagamento		Circulação monetária	
	Quantidade	%	Quantidade	%
1973	+ 57 542	23,4	+ 2 162	6,0
1974	+ 32 020	10,6	+ 31 438	82,2
1975	+ 22 561	6,7	+ 40 078	57,5
Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras.				
Observações: chama-se atenção para nota (40). Circulação monetária inclui notas e moedas.				

Como se verifica houve um decréscimo do ritmo de crescimento dos «meios, totais de pagamento», embora continuando a aumentar.

Se recordarmos que nos últimos anos de fascismo — o que ainda se reflectiu em 1974 — houve um empolamento de meios de pagamento devido particularmente à especulação bolsista, com intervenção determinante da banca dos grupos monopolistas, a evolução nos dois últimos anos não é de espantar. O encerramento da bolsa de títulos e as restrições à especulação, as rupturas entre os poderes económico e político, a preocupação dos banqueiros do grande capital, concomitantemente com a sabotagem, de regularizar situações fraudulentas do tempo do fascismo, e, posteriormente, a nacionalização da banca, são alguns aspectos marcantes desse período.

Em 1975 verificou-se também uma acentuada redução dos meios quase imediatos de pagamento⁸⁰ (22,7%). Contudo muito diferente foi a evolução da «circulação monetária» que sofreu um vertiginoso aumento. Aumentou mais em 1974 que nos dez anos anteriores.

Procurando as informações disponíveis para 1976 verifica-se que os «meios de pagamento em poder do público» diminuíram de 6 101 milhares de contos (-2,5%) no 1.º trimestre e aumentaram de 8 131 (+3,4%) no segundo, o que corresponde, para o primeiro período, a um comportamento contrário ao verificado no ano anterior. Simultaneamente, as «notas e moeda metálica subsidiária» tiveram uma evolução semelhante: - 10.975 milhares de contos (-9,4%) no 1.º trimestre e +3.508 (+3,3%) no segundo. Esta evolução é exclusivamente típica deste ano.

Estes dados permitem-nos concluir que nos últimos três anos houve uma importância da moeda nacional, em detrimento da moeda bancária. Contudo em 1976 começa-se a desenhar tendências contrárias, embora incapazes de alterar a evolução principal.

As causas desta situação já apontadas convém destacar a própria crise do sistema capitalista, sua manifestação na economia portuguesa. Se o empolamento do capital fictício em 1972/73 era já uma das suas manifestações também o é a crescente pressão da moeda bancária sobre a moeda nacional, (expressão das crescentes dificuldades do capital industrial e dos interesses visados pelo capital financeiro: A sabotagem económica, nomeadamente a fuga de capital-dinheiro, tornaram-na mais premente. A depuração das situações artificiosas – eliminação do falso capital e dos pseudo-créditos –, o agravamento das contradições entre as funções da moeda nos planos nacional e internacional, surgem como algumas das consequências imediatas.

⁸⁰ Designa-se por PI o Produto criado em território nacional.

Crédito e moeda nacional

53. Contrariamente ao que pode aparentar, a maior importância da moeda nacional e do Banco de Portugal na emissão não significa a possibilidade de um controlo por parte do Estado/Banco Central do sistema monetário. Como veremos, é exactamente o contrário, particularmente após as nacionalizações.

Os dados referentes aos factores monetários são uma prova concludente do afirmado: o destaque que o «crédito bancário» possuía foi reforçado, passando de 82,4% 1973 para 94,1% em 1975; simultaneamente a importância das «disponibilidades líquidas em ouro e moeda estrangeira» passou de 24,6% para 10,7% nos mesmos anos. Significa isto que a emissão monetária nacional processou-se, mesmo com bases precárias de disponibilidade do Banco de Portugal face ao mercado monetário internacional, para responder às necessidades do restante sistema económico, manifestadas através do crédito, quer resultantes da crise, quer das novas condições político-económicas que permitam a manutenção de pequenas e médias empresas e a luta dos trabalhadores pela manutenção dos postos de trabalho. A sabotagem económica, como referimos, agravou este panorama.

O redesconto foi uma manifestação significativa da pressão sobre a moeda nacional, como veremos.

Correspondência com a produção

54. As reduzidas disponibilidades do Banco de Portugal para a emissão monetária não encontraram substituto na evolução da produção nacional. A autonomia da emissão monetária em relação ao produtivo, apesar dos aspectos anteriormente referidos, aumentou nos dois últimos anos, como comprovam os seguintes dados:

QUADRO XVIII

	Varição do PIBcf ⁸¹ (preços constantes) (1)	Varição meios totais pagamento (2)	(1)/(2)
1968/73	+ 7,0%	+ 21,0%	+ 0,333
1974	+ 5,3%	+ 10,6%	+ 0,5000
1975	- 2,7%	+ 6,7%	- 0,4030

Fontes: Contas Nacionais. Estatísticas Monetárias-Financeiras.

Ver observação de quadro anterior

Estas evoluções contraditórias também se verificaram em 1976 pelo que se pode detectar pelos dados disponíveis: no primeiro trimestre, enquanto os «meios de pagamento em poder do público» diminuíram de 2,5% (-9,5% para as notas e moedas), na indústria transformadora houve um aumento de produção de 17,0%; no segundo trimestre aqueles aumentaram 3,4% e neste houve uma diminuição de 9,2%.

Esta situação significa que a emissão monetária orientada através do crédito dirigiu-se fundamentalmente para sectores não produtivos?

Seria uma conclusão demasiado apressada.

O quadro seguinte pode ser elucidativo:

QUADRO XVIII

	1973		1974		1975	
	Emprest.	Cor. C.	Emprest.	Cor. C.	Emprest.	Cor. C.
"Ao sector público"						
"Ao sector privado"	0,0649	0,0039	0,0934	0,0042	0,1108	0,0108
Índice móvel do crédito ao sector privado	119	137	125	120	113	111
% em relação ao total de crédito concedido ao sector privado:						
- para consumo	8,1	10,1	7,3	6,0	4,1	5,8

⁸¹ Índice móvel significa que para um dado período é calculado com base no período anterior.

- para importação	0,7	3,6	0,3	2,7	0,3	2,4
- para exportação	0,7	1,8	0,6	1,6	0,4	1,5
- para produção	85,1	78,7	84,7	67,5	90,7	50,1
* ind.transformadora	29,9	34,1	31,1	23,4	33,6	17,3
* diversos	64,7	60,0	49,7	40,7	51,0	30,0
- para instituições de crédito	5,5	5,9	7,0	21,3	4,6	40,2

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras.

Observações: Na classificação «público» «privado» englobam-se os mesmas instituições que antes das nacionalizações.

O primeiro aspecto que ressalta é o grande acréscimo do crédito por «carteira comercial» às instituições de crédito. Reflete fundamentalmente a crescente importância do redesconto no Banco de Portugal – resultado da pressão político-económica sobre o Estado nos primeiros tempos, e da falta de «liquidez» da banca.

Esse aumento teve como consequência, na «carteira comercial», uma diminuição das percentagens nas outras verbas. É preciso tomar em conjunto os dados dos empréstimos e da carteira comercial, que revelam tendências diversas: por um lado aumenta a importância do sector público mas, por outro, intensificam-se os empréstimos à produção de forma significativa e diminui a importância dos créditos aos «diversos» da produção (que engloba sectores improdutivos).

É significativo que a percentagem do total dos empréstimos tenha baixado de 8,1% em 1973 para 4,1% em 1975 no tocante ao consumo e crescido de 85,1% para 90,7% no tocante à produção e ainda nesta que o crédito a «diversos» tenha decrescido de 64,7% do total da produção para 51,0%.

No conjunto pode-se dizer que houve um maior esforço de orientar a emissão monetária para a produção.

Se a este esforço não correspondeu uma evolução semelhante da produção deve-se fundamentalmente a dois factores:

- a economia portuguesa foi afectada – embora cada vez menos à medida que se afastava da dinâmica capitalista – pela crise e esta tem origens profundas que se radicam na dinâmica do capital industrial impossíveis de superar pela política monetária. Nas novas condições políticas tornou-se imperioso um grande esforço financeiro não orientado para o aumento da produção mas a manutenção dos postos de trabalho (anteriormente seria orientado para a sobrevivência dos monopólios e aumento da concentração).
- a sabotagem económica (impossível de contabilizar mas incluída nos dados anteriores) desviou grandes volumes de capital-dinheiro para finalidades diferentes das pedidas, nomeadamente para o estrangeiro.

Novas possibilidades de influenciar a emissão monetária. Teoria quantitativa da moeda

55. Embora enquanto houver um sector capitalista existam pressões sobre a moeda, a que de alguma forma há que dar resposta; apesar de, sendo a moeda uma relação de troca, encontrar-se sempre determinada pelo processo de produção, a criação de um sector não-capitalista⁸² e a nacionalização da banca permitem ir alterando a própria natureza da moeda, dando ao Estado/Banco Central uma influência mais marcante.

Contudo em tal processo cabe um papel fundamental à moeda bancária, à «moeda escritural».

A nacionalização da banca criou condições para que esta moeda se transforme num instrumento de relações sociais de novo tipo, particularmente quando aplicada ao restante sector não-capitalista (em particular ao sector nacionalizado), para que a contabilidade bancária reflectisse a contabilidade social de um importante sector da economia.

Mas, se as nacionalizações foram um importante passo, não bastam. Seria, por exemplo, necessário:

⁸² Quando se fala em sector não capitalista engloba-se: o sub-sector do Estado nas empresas nacionalizadas e nas empresas sob intervenção do Estado; o das cooperativas e Unidades Colectivas de Produção na zona da Reforma Agrária e o das cooperativas constituídas pelos trabalhadores em empresas abandonadas pelo patronato.

- A) Reconversão da Banca que «deve acompanhar a par e passo a evolução dos restantes sectores da economia rumo ao socialismo» obedecendo a alguns parâmetros: governação do sistema assumida eficazmente pelo Banco de Portugal, coordenação das Instituições de crédito, fusão progressiva de serviços até uma nova especialização integral⁸³.
- B) Existência de um planeamento democrático (pelos métodos e objectivos) imperativo para o sector não-capitalista e condicionador do sector capitalista e simultânea adequação da Banca às necessidades do planeamento central nas suas diferentes fases»⁸⁴. Encaminhar a transformação da moeda em instrumento de controlo do cumprimento dos objectivos fixados no plano.
- C) Utilização da Banca nacionalizada para o «reforço da vigilância de actos de sabotagem» e preveni-la:
- «Utilização generalizada e obrigatória do cheque como forma de pagamento (mesmo do cheque cruzado para grande parte dos casos); justificação e responsabilização pessoal para os levantamentos por caixa a partir de certo montante. O montante a fixar deverá sê-lo para cada operação e para um determinado período. Pesadíssimas penalidades para as fraudes.
 - Fixação de montantes máximos de saldos de caixa nas empresas com depósito obrigatório do excedente.
 - Controlo da aplicação de financiamento nas empresas beneficiárias.
 - Fiscalização das facturações de e para o estrangeiro, segundo esquemas a estudar e a implantar rapidamente.
 - Centralização da informação sobre movimentações irregulares ou duvidosas de fundos»⁸⁵.
 - Permanente articulação da actividade da Banca com o controlo operário das empresas com quem estabelece relações.

Tais medidas poderiam, eventualmente, ser acompanhadas da mudança da moeda nacional (só com significado positivo numa perspectiva socialista e não de recuperação capitalista).

É evidente que este conjunto de medidas não pode ser vista no exclusivo campo económico, pois só podem ter lugar se inseridas numa determinada conjuntura política.

Há que lutar para que esta exista!

Os primeiros dados

56. Quando analisámos a moeda durante o regime fascista verificámos a falência da teoria quantitativa. Vejamos agora o que se passa com a moeda e os preços no período de democracia, começando por ter presente que o carácter não-autónomo da moeda nacional, como verificamos no último artigo é uma primeira negação dos pressupostos quantitativistas.

Um estudo desse género apresenta à partida a dificuldade da validade dos dados estatísticos quanto à evolução dos preços. Os índices de preços do INE não dão uma cobertura de todo o país, baseiam-se numa repartição dos rendimentos familiares segundo um «padrão médio» fixo e grandemente desactualizado, numa estrutura fixa de artigos insuficiente e com disparidade de umas cidades para as outras. Além disso pode-se dizer existir «índices de facto» e «índices para consumo do público», como o mostra a disparidade de informação que têm a mesma origem.

Alguns dados estão em flagrante contradição com a experiência quotidiana como, por exemplo, a diminuição de preços no segundo trimestre deste ano. Contudo só é possível estudar o fenómeno tomando os próprios índices fornecidos pelo INE que, embora com lacunas graves, reflecte o movimento real.

Façamos uma primeira abordagem com os seguintes dados:

QUADRO XIX MEIOS DE PAGAMENTO E PREÇOS (ÍNDICES MÓVEIS BASE 100)

	Meios totais pagamento em poder do público	Notas e moeda subsidiária	Preços no consumidor em (total) em Lisboa
1973	126,9	119,2	112,9

⁸³ Ver «A Banca ao Serviço do Povo» Ed. Avante.

⁸⁴ De «nacionalizações e Controlo da Produção». ed. Opinião, pág. 37.

⁸⁵ Idem, págs. 41.42.

1974	106,0	150,1	125,1
I, II, III Trim.	96,9	124,2	124,0
IV Trim.	109,4	120,8	100,9
1975			
I Trim.	103,1	105,9	105,1
II Trim.	103,1	110,4	103,1
III Trim.	111,9	115,0	103,3
IV Trim.	113,2	114,0	104,0
1976	97,5	90,6	105,1
I Trim.			
II Trim.	103,4	103,3	97,6
III Trim.	103,8(a)	97,4(a)	110,7

Fontes: Estatísticas Monetárias e Financeiras, Boletins Trimestrais das Estatísticas Monetárias e Financeiras, Boletim Mensal de Estatística.

Observações: (a) dados provisórios

As teorias quantitativas tradicionais diziam que as variações globais de preços resultavam das variações no mesmo sentido da moeda nacional. Começamos, pois, por comparar os preços ao consumidor com as notas e moedas subsidiárias. Alguns dados surgem de imediato a combater a referida teoria:

- os ritmos de variação são bastante diferentes para cada uma das variáveis, particularmente a partir de 1974;
- verificam-se variações em sentido contrário. Embora impossibilitados de decompor os três primeiros trimestres de 1974 tudo aponta para que o maior ritmo de aumento de preços – verificado nos quatro primeiros meses com uma taxa média de 4,3% ao mês – coincidissem com o período de menor criação monetária. Em 1976, enquanto no primeiro e terceiro trimestres; a moeda diminui os preços aumentam e no segundo trimestre verifica-se exactamente o contrário.

Se quiséssemos tentar a veracidade da teoria quantitativa na sua mais moderna versão e entrássemos em conta com a moeda bancária – o que nos levaria a comparar os meios totais de pagamento com os preços – chegaríamos a conclusões de desfasamento semelhantes. Basta comparar os primeiros dados de 1974 os meios de pagamento diminuem e os preços aumentam bastante) e os dois primeiros trimestres de 1976.

Duma maneira geral pode-se concluir que no período histórico em que foi maior o aumento de moeda nacional os preços evoluíram a um ritmo menor.

Estas conclusões são tanto mais importantes quanto se trata de uma análise para períodos curtos, campo privilegiado pelos quantitativistas.

Algumas precisões

57. Para desfazer quaisquer equívocos de atribuição destes fenómenos à especificidade lisboeta, ou a razões da evolução do preço da habitação que pode ser atribuído a outros mecanismos, considerem-se os seguintes dados globais de desfasamento de uma evolução proporcional entre moeda e preços (apenas valores iguais a zero confirmaram a teoria quantitativa):

QUADRO XX
DESFAZAMENTO DE EVOLUÇÃO⁸⁶ ENTRE

	Preços c/hab. e meios totais pagamento	Preços c/hab. e notas e moedas	Preços s/hab. e meios totais pagamento	Preços s/hab. e notas e moedas
1973	-10,4	-4,62	-10,83	-7,99
1974	+19,45	-15,64	+ 19,59	-15,54
I, II, III Trim.	+25,08	-2,41	...	...
IV Trim.	-4,42	-13,44	...	...

⁸⁶ Descrição do método seguido para o cálculo dos dados do quadro: a) apuramento dos índices móveis de evolução dos «meios totais de pagamento em poder do público», «notas e moeda subsidiária» e dos preços para as seis cidades (Lisboa, Porto, Viseu, Coimbra, Faro e Évora) com e sem habitação; b) Elaboração de rácios entre evolução de preços e evolução de moeda; c) elaboração de média para cada tipo de rácio; d) cálculo da diferença entre os valores dos rácios e 1

1975					
I Trim.	-0,27	-2,85	+ 13,37	+ 10,39	
II Trim.	+1,97	- 4,77	-0,31	-6,9	
III Trim.	-8,13	-10,61	-7,49	-9,98	
IV Trim.	-8,23	- 8,87	-7,93	-8,58	
1976					
I Trim.	+12,85	+ 21,45	+ 10,53	+ 18,95	
II Trim.	-1,77	-1,68	-5,66	-5,57	
III Trim. (a)	+ 1,33	+ 8,61	+ 2,70	+ 9,56	

Fontes: Estatísticas Monetárias e Financeiras, Boletins Trimestrais das Estatísticas Monetárias e Financeiras, Boletim Mensal de Estatística.

Observações: (a) dados provisórios

Seria igualmente difícil atribuir a não verificação da teoria quantitativa à não inclusão de desfasamento temporal entre causa e efeito (modelo dinâmico), o que, aliás, não é feito pela própria teoria⁸⁷. Atendendo às informações empíricas disponíveis da velocidade de circulação monetária⁸⁸ e ao que tradicionalmente se verifica nos períodos de crise, a introdução da velocidade de circulação monetária não desmentiria o afirmado.

Existe uma relação entre quantidade de moeda e preços

58. Os dados anteriores não negam a existência de uma relação entre preços e moeda, ou não fossem aqueles a expressão monetária do valor. O que negam é a existência de uma relação de causalidade entre quantidade de moeda (como instrumento de relações sociais de troca) e preços, é o estabelecimento de uma relação mecanicista entre essas grandezas:

“Esta lei, de que a quantidade de meios de circulação é determinada pela soma dos preços das mercadorias em circulação e pela velocidade média da circulação do dinheiro, pode também exprimir-se do seguinte modo: sendo dada a soma dos valores das mercadorias e a velocidade média das suas metamorfoses, a quantidade de metal precioso em circulação depende do seu próprio valor. A ilusão contra a qual, de que os preços das mercadorias são determinados pela massa dos meios de circulação, e esta, por sua vez, pela abundância de metais preciosos, num país, essa ilusão assenta originariamente na hipótese absurda de que as mercadorias entram em circulação sem preço, e o dinheiro sem valor, e que em seguida uma parte aliquota da massa das mercadorias se troca pela mesma parte aliquota da montanha de metal» (C 129/30, 198/9)⁸⁹.

A relação entre preços e moeda tem que ter em conta que ambos se encontram determinados pelo valor, que o grau de determinação é variável conforme o tipo de moeda, que a moeda é uma relação social de troca em que os aspectos qualitativos são muito significativos e que essa relação social de troca obedece a um conjunto de funções que formam um todo influenciado pela estrutura e conjuntura económicas globais.

A «política monetária» não controla os preços

59. Os dados estatísticos não permitem um estudo exaustivo das causas do comportamento verificado, mas há dois tipos de razões que se podem destacar:

a) As que influenciam o entesouramento: o processo de crise que também tem afectado a economia portuguesa tende a atribuir ao dinheiro a qualificação de única riqueza válida, reduzindo aquele à sua base metálica; a sabotagem económica. O carácter negativo de grande parte dos índices do segundo quadro confirma esta afirmação.

⁸⁷ Poder-se-ia atribuir a diminuição de preços no II Trim. 76 à diminuição de moeda no I Trim., mas maior dificuldade se teria em compreender entre os três primeiros trimestres de 1974 (com evoluções diferentes nos «meios totais de pagamento» e nas «notas e moedas») e os preços no IV Trim. e nos restantes períodos como se verifica no último quadro.

⁸⁸ Não existem dados estatísticos.

⁸⁹ A passagem da moeda-valor para a moeda-símbolo-de-valor coloca um novo problema: o das relações entre o símbolo de valor e o valor.

b) As que alteram a natureza das próprias relações sociais: os acontecimentos políticos de 1974 e os processos de nacionalizações, reforma agrária e controlo operário alteraram as relações sociais de produção e circulação, isto é, alteraram as formas de manifestação da lei do valor e das funções da moeda. Alteraram o próprio conteúdo social da moeda. O facto dos valores absolutos mais elevados se verificarem em 1974, I trimestre de 1976 (de intensificação da recuperação capitalista) e III Trimestre de 1975 (de concretização das medidas socializantes) comprova o afirmado.

De todos estes aspectos se pode concluir que é errado pretender-se controlar a evolução dos preços pela política monetária. Tal não significa que não exista alguma influência.

O essencial do controlo dos preços tem que se basear no aproveitamento consciente do funcionamento da lei do valor.

O CRÉDITO INTERNO. OS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os Depósitos no conjunto dos meios de pagamento

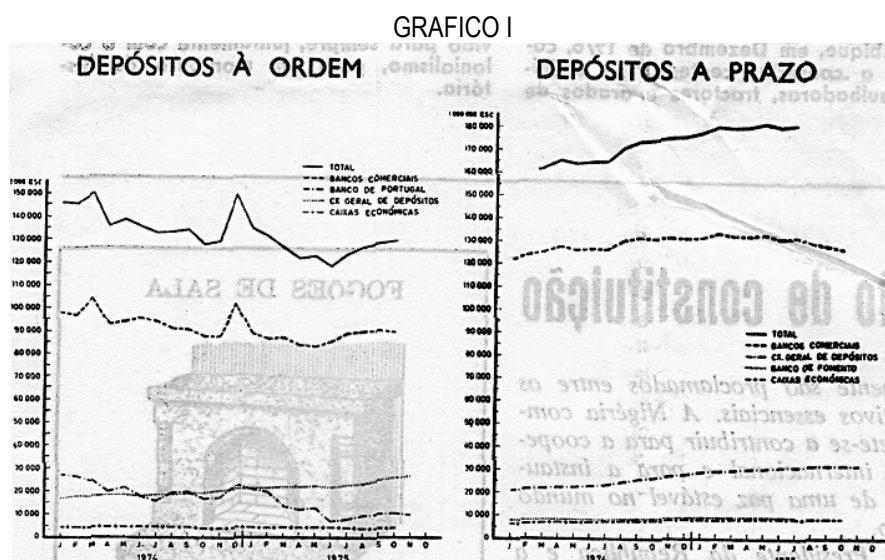
60. A moeda bancária sofreu com o 25 de Abril um acentuado decréscimo de importância. Efectivamente, dos 74,3% que representava do total dos 90 dos meios de pagamento existentes em 1973 passou a 70,2% em 1974 e 68,9% em 1975.

A que se deve tal baixa? As causas têm a ver, por um lado, com o que podemos considerar a «matéria-prima de fabrico» dessa forma de moeda (os depósitos) e, por outro, com o seu «mercado» (nível de actividade económica, especulação bolsista, inserção da banca em grupos económicos, etc.). Vamos, por agora, ocuparmo-nos da «matéria-prima».

Depósitos a prazo e à ordem

61. Centralizemos a nossa análise nos dois grandes tipos de depósitos realizados pelas instituições financeiras: à ordem e a prazo.

Começemos por atentar nos gráficos que se seguem:



Relativamente aos depósitos à ordem constata-se que o seu volume baixou em 1974/75, embora haja indícios de recuperação a partir de meados de 1975. Para esse decréscimo contribuíram fundamentalmente as diminuições no Banco de Portugal e na banca comercial; os depósitos nas Caixas Económicas mantiveram-se estacionários e elevaram-se a ritmo constante na Caixa Geral de Depósitos.

Em relação aos depósitos a prazo constata-se uma subida constante, resultado essencialmente da sua elevação na Caixa Geral de Depósitos.

Ora, sabendo-se serem a CGD e as Caixas Económicas as instituições para onde tradicionalmente se canaliza a pequena poupança, parece poder-se concluir não ter este diminuído, pelo contrário, na sequência do 25 de Abril.⁹⁰

Proveniência dos depósitos

62. Mas procuremos aprofundar esta ideia...

Interessa-nos agora analisar os depósitos quanto à sua proveniência (empresas/particulares) e quanto ao seu volume⁹¹.

No tocante ao primeiro aspecto constata-se nos depósitos à ordem uma diminuição, tanto no que respeito às empresas como aos particulares a partir do 3º. trimestre de 1974 e só se voltam a verificar subidas no 3º. Trimestre de 1975 – particulares – e no 4º. trimestre – empresas.

Nos depósitos a prazo regista-se diminuição das empresas a partir do 4º. trimestre de 74, o que não é recuperado pelo menos até final de 1975; quanto aos particulares registam-se constantes aumentos apenas interrompidos no 4º. Trimestre de 75.

No tocante ao segundo aspecto (volume dos depósitos) é bastante elucidativo o seguinte quadro:

QUADRO XXI
EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS POR QUANTITATIVOS BASE 100: I TRIM 74

	Total de Depósitos		
	Até 100 c	De 100 a 500 c	Mais 500 c
1974			
I Trim.	100	100	100
II Trim.	101,9	99,9	91,2
III Trim.	107,4	103,6	87,3
IV Trim.	114,3	123,6	95,7
1975			
I Trim.	113,4	109,1	83,6
II Trim.	112,7	107,0	82,4
III Trim.	112,6	112,8	80,3
IV Trim.	114,9	120,3	93,5

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras.

De uma forma geral constata-se para o conjunto dos depósitos, o que corresponde à evolução particular de cada tipo de depósito, que, por um lado, a pequena e média «poupanças» se elevam constantemente (com excepção dos depósitos a prazo que baixaram no 4º. trimestre de 75) enquanto que, por outro lado, a grande «poupança» diminui a partir do início de 74 para não mais recuperar⁹².

Estas considerações vão, portanto, no sentido do que já tínhamos referido a propósito dos gráficos apresentados, isto é, que na sequência do 25 de Abril os pequenos e médios depósitos elevaram-se enquanto que os grandes se retraíram.

Justificação das informações estatísticas

63. Teoricamente poder-se-ia encontrar uma grande quantidade de possíveis causas para esta evolução: nova distribuição dos rendimentos, crise económica, fim da especulação bolsista, etc. Não negando a

⁹⁰ Esta diminuição da importância da moeda bancária não significa diminuição da moeda-crédito pois, como vimos, aumenta a importância do crédito como forma de emissão monetária, apesar do tipo de crédito mais importante ser específico: monetização do crédito.

⁹¹ As considerações que se seguem são baseadas em elementos constantes das Estatísticas Monetárias e Financeiras que, por serem demasiado extensos, não se inserem aqui.

⁹² Os aumentos do IV trimestre têm um carácter sazonal, de desprezar na análise.

influência desses factores, eles não são contudo determinantes. O facto da quebra dos grandes depósitos se verificar imediatamente a seguir ao 25 de Abril, o facto daquela não ser acompanhada pelos médios depósitos, revela que é na fuga de capitais, na sabotagem, que tem que ser encontrada verdadeira justificação.

Tomando o III trimestre de 1975 e admitindo para os grandes depósitos uma possível evolução semelhante à dos pequenos (aumento de 12,6% em relação ao 1º trimestre de 1974) consta-se um afastamento de 45 454 contos.

É também bastante curioso verificar a evolução dos depósitos médios — com uma acentuada quebra nos dois primeiros trimestres de 1975 e imediata recuperação no período do «verão quente» de 75 — pois reflectem, embora indirectamente, a evolução da base de apoio do processo revolucionário. Permitem tirar algumas conclusões não caras à reacção!

Multiplicador de crédito

64. Quanto ao «multiplicador de crédito»⁹³ pode-se tirar uma conclusão contrária àquela que foi assumida na análise ao último período do fascismo: tudo indica uma diminuição sensível da capacidade de auto-reprodução financeira.

O facto de se atravessar um período de crise é razão bastante — tomando em conta o que historicamente se tem verificado — para fundamentar a referida evolução. Contudo não é única: também a fuga de capitais tem a sua parte de responsabilização.

A diminuição da velocidade de movimentação dos depósitos bancários é a comprovação estatística possível do afirmado.

As alterações processadas no conteúdo social da moeda não tiveram influência na referida evolução do «multiplicador de crédito» embora tal se pudesse ter verificado se tivesse havido uma centralização de serviços e da contabilidade da banca nacionalizada, uma regulamentação dos depósitos e do movimento de cheques. Teria permitido que a auto-reprodução das relações sociais de carácter financeiro não apresentasse um carácter espontâneo e surgisse conscientemente orientada para o cumprimento de determinados objectivos. A clara definição e quantificação destes exigiam que todo este esforço fosse integrado no planeamento democrático, pelos métodos e pelo conteúdo.

Ruptura da banca com os grupos monopolistas

65. É igualmente preciso ter presente que, apesar da ausência, de conveniente reestruturação do sector bancário, a nacionalização significou a quebra vital entre a banca e os grupos monopolistas e o primeiro passo da liquidação destes.

Em todas as análises anteriores é indispensável ter presente, até para melhor compreender os dados quantitativos, que após as nacionalizações (fim do I trimestre 75) os depósitos assumem um carácter social diferente.

O CRÉDITO INTERNO. OS CRÉDITOS ACTIVOS DA BANCA

A monetização dos créditos

66. A monetização do crédito consiste na permuta de «moeda-crédito», de aceitação condicionada à aceitação social do devedor, por moeda-crédito bancária automaticamente permutável por moeda nacional.

A monetização do crédito é analisada com base na evolução da «carteira comercial» da banca, resultante do «desconto» e «redesconto».

No § 54 analisamos sumariamente a aplicação do crédito, mas convém retomar a análise. Para o efeito agregamos trimestralmente aqueles valores, em termos percentuais, desde o início de 1973 até finais de 1975, considerando três períodos: A — até ao 25/4/74: corresponde aos I, II, III, IV trimestre; de 1973 e o I de 1974; B — até à nacionalização da banca: corresponde aos II, III e IV trimestres de 1975.

⁹³ Ver sobre o assunto § 40.

Vejamos a evolução percentual média dos trimestres compreendidos nesses períodos:

QUADRO XXII
EVOLUÇÃO DOS SALDOS DA MONETARIZAÇÃO DOS CRÉDITOS

	A	B	C
Crédito ao consumo	8,48	6,5	4,9
Crédito à importação	4,2	3,5	3,3
Crédito à exportação	2,4	2,4	1,6
Crédito à produção	73,9	62,8	53,7
Crédito entre instituições bancárias	10,2	23,9	34,8

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras (INE)

A nota mais saliente é a espectacular subida do volume da rubrica «entre instituições bancárias», subida que é efectuada à custa de todas as restantes.

A razão de ser desta evolução tem ligações directas com a Revolução, tanto mais que a análise dos trimestres que o precederam revela que a orientação não era aquela, antes havendo uma certa estabilidade em torno das médias referidas.

A Revolução Portuguesa, como qualquer evento revolucionário que ponha em causa a dinâmica capitalista, provocou uma redução da liquidez na banca consequência da diminuição (absoluta ou de ritmo de crescimento) de depósitos (particularmente da grande poupança, como já vimos) e da fuga de capitais.

A situação de crise — parte integrante da revolução, embora não-consequência — agravou esta situação, pela necessidade generalizada de crédito a que conduziu:

«Na crise vê-se manifestar esta reivindicação: a totalidade das letras de câmbio, dos títulos, das mercadorias, deve poder ser dum só golpe e simultaneamente convertível em moeda bancária e toda esta moeda, por sua vez, em ouro» (C, L3, T2, pág. 234).

Entretanto, outros factores se vieram intercalar: generalizada preocupação dos capitalistas (banqueiros e não só) em elevar ou impedir a redução do grau de liquidez do seu capital e em corrigir situações irregulares criadas; saneamento financeiro pós-nacionalização, concessão de créditos, segundo princípios diferentes que garantam menos a sua liquidação. As suas repercussões são sensíveis:

«A sensibilidade particular das economias capitalistas desenvolvidas a fenómenos duplamente marginais, quer dizer, por um lado pouco importantes e por outro não especificamente capitalistas é devida ao próprio modo como o capitalismo soube incorporar estes fenómenos tornando-os elementos do seu próprio desenvolvimento»⁹⁴.

A banca comercial, situada no centro de todas estas movimentações contraditórias vai aumentar o redesconto junto do Banco de Portugal, o que determina a evolução atrás delineada.

Se na análise dos saldos de fim de ano não entrarmos em consideração com o redesconto verificamos uma ligeira diminuição percentual da monetarização do crédito ao consumo nos anos de 73, 74 e 75 (10,5; 8,8 e 9,7 %), uma relativa estabilidade no crédito à importação (3,9; 3,5 e 4,1 %) e à produção (83,5; 85,7 e 83,8 %) e um aumento para a exportação 1,9; 2,0 e 2,4 %).

Os empréstimos

67. Analisemos o quadro seguinte, elaborado de forma idêntica ao apresentado no ponto anterior, mas respeitante aos empréstimos da banca e incluindo algumas grandes rubricas do crédito à produção:

QUADRO XXIII
EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO

	A	B	C
--	---	---	---

⁹⁴ De «A Moeda de Marx» — S. Brunhoff, pág. 176, ed. fr.

Crédito ao consumo	10,0	10,4	12,2
Crédito à importação	1,5	0,9	1,0
Crédito à exportação	0,9	0,6	0,6
Crédito à produção	78,5	74,7	74,7
Crédito à agricultura	3,2	2,3	2,0
Crédito à indústria transformadora	33,1	43,6	47,2
Crédito no comércio	14,2	15,5	11,7
Crédito a diversos	31,1	24,1	22,1
Crédito entre instituições de crédito	5,9	7,9	6,0

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras (INE)

A nível global não se detectam alterações nos empréstimos resultantes do 25 de Abril ou mesmo da nacionalização da banca.

Já no tocante à análise sectorial do crédito à produção constata-se um acentuado aumento dos empréstimos à indústria transformadora a par de uma igualmente acentuada redução da rubrica «diversos» (onde se engloba, além da construção civil, grande número de actividades terciárias, predominantemente ou exclusivamente improdutivas, portanto). Não se pode todavia afirmar que tais evoluções sejam consequências dos eventos que demarcam os períodos em análise pois que a orientação já era essa antes do 25 de Abril; efectivamente, a indústria transformadora passa de 30,9 % no I trimestre de 1973 a 35,1 % no I de 1974, enquanto que «diversos» passa de 40,9 % a 27,8 % nos mesmos trimestres⁹⁵.

Significa isto que não houve alterações? De forma alguma. Apenas com uma análise da orientação do crédito por empresas capitalistas e não-capitalistas, tamanho das empresas, objectivos imediatos visados, seria possível tirar conclusões.

Além disso as alterações havidas incidiram com força na aplicação efectiva de que foi alvo (basta pensar no desaparecimento da especulação bolsista)⁹⁶.

Critérios da aplicação do crédito

68. Com as nacionalizações e o controlo de gestão os critérios tradicionais de concessão do crédito sofreram alterações importantes.

Para além das especificidades do caso português que levavam a que o crédito concedido pela banca tivesse, entre outras determinantes, as resultantes de certas relações de compadrio, a totalidade daquela estava inserida em grandes grupos económicos monopolistas e subsistia sempre como critério de maior validade aquele que é o eleito de toda a dinâmica capitalista: o da rentabilidade.

Ora o que sucede com o 25 de Abril e muito particularmente com as nacionalizações é um conjunto de golpes nessa lógica de orientação do crédito, o qual passa a estar mais subordinado ao critério do interesse social. A salvaguarda do direito ao emprego em empresas com problemas financeiros foi uma das direcções fundamentais. Dizemos mais e não totalmente porque tal critério nunca chegou a ser definido superiormente pelo que a sua aplicação foi muito casuística e dependente da constituição das Comissões de crédito e dos conselhos de crédito.

«Na verdade, se na perspectiva privada e monopolista era dada a 1ª. prioridade à rentabilidade da operação e/ou do cliente, este mesmo critério passou a ter, até pelas exigências de equilíbrio financeiro empresarial que se pretende salvaguardar, função complementar dos critérios seguintes:

- fim a que se destinam os fundos, possibilitando portanto o financiamento dos sectores, empresas e/ou aplicações selectivas;
- segurança, contemplando aqui, para além da riqueza patrimonial apresentada, a capacidade de gestão e idoneidade do cliente como a viabilidade dos projectos apresentados;

⁹⁵ Uma análise mais detalhada exigiria um conhecimento das repercussões da crise sobre os diversos sectores económicos e seus desfasamentos temporais

⁹⁶ Não existem dados estatísticos sobre estes aspectos.

- liquidez, assegurando que os capitais envolvidos pelas operações apreciadas serão recuperados em prazos não exagerados a fim de não agravar a situação de liquidez precária que a Banca apresenta⁹⁷.

Com o VI Governo Provisório e muito particularmente com o actual governo minoritário PS volta-se a falar insistentemente na aplicação exclusiva do critério da rentabilidade⁹⁸. É um sinal de retorno à lógica capitalista, o que passou por monstruosos saneamentos à esquerda, que pode levar a situações paradoxais tais como o financiamento de uma empresa que com 5 trabalhadores produz livros de conteúdo pornográfico e ao encerramento de uma padaria onde labutam 20 homens. É tudo uma questão de rentabilidade!

Crédito agrícola

69. O crédito ao sector agrícola exige uma análise mais detalhada. Começemos por resumir alguns dados relativos à actividade das «instituições de crédito»:

QUADRO XXIV
Crédito à produção agrícola pelas instituições de crédito (milhões escudos) (%)

	Valores absolutos			Índices variação		
	1973	1974	1975	1973	1974	1975
Carteira comercial – «Fluxos»	16 300	17 889	19 845	100	109,7	121,7
Saldos	5 901	5 248	4 645	100	88,9	78,9
Empréstimos – «Fluxos»	3 089	3 059	2 642	100	99,0	85,5
Saldos	2 309	2 387	5 283	100	103,4	228,8

Observações: O I Trimestre de 1974 representa 33% do valor anual.

Como se pode verificar houve um aumento do crédito concedido por carteira comercial acompanhado de uma diminuição, a ritmo menor, dos empréstimos e contas correntes caucionadas. Simultaneamente, os saldos têm variações inversas, com aumento muito sensível para os empréstimos, que atinge um valor absoluto sem paralelo nos últimos dez anos⁹⁹.

Em termos percentuais verifica-se para os saldos uma estabilidade nos créditos por carteira comercial (deduzido o concedido a outras instituições de crédito) e um aumento sensível para os empréstimos (3,1% em 1973 e 4,2% em 1975). Quanto aos fluxos já vimos anteriormente.

Entretanto também as situações de balanço dos empréstimos concedidos aos sócios pelas Caixas de Crédito Agrícola Mutuo denotam um sensível aumento, particularmente nos distritos alentejanos.

Esta situação carece tanto mais de explicação quanto o sector agrícola foi dos que melhor reagiu à crise económica, particularmente na zona alentejana que tradicionalmente tinha um peso muito importante no crédito ao sector agrícola. Também é inegável ter havido um esforço legislativo para incrementar o crédito agrícola como é o caso do DL 251/75 de 23 de Maio sobre o Crédito Agrícola de emergência^{100 101}.

⁹⁷. De «A Banca ao Serviço do Povo», pág. 28/29.

⁹⁸ Para não falar dos critérios políticos de discriminação à esquerda conforme a composição dos órgãos de gestão das empresas.

⁹⁹. O facto de para os saldos da carteira comercial só termos uma série de dez anos não nos permite qualquer conclusão porque os seus valores oscilam muito, havendo a registar 13 722 milhares de contos em 1967 e 2 474 em 1969.

¹⁰⁰ Note-se que entretanto também houve a supressão do crédito de origem estatal devido às alterações políticas processadas e aos objectivos latifundiários de certas estruturas como, por exemplo, a Junta de Colonização Interna.

¹⁰¹ Nos empréstimos à agricultura verifica-se um aumento do período de concessão em grande medida resultado de uma dura luta dos trabalhadores alentejanos pela equipagem adequada das UCP contra o boicote da CGD e do Estado.

	1973	1975
Menos de um ano ou igual	41,92%	24,32%
Superior a 1 ano e menor ou igual a dois	46,75%	31,30%
Superior a 2 anos e menor ou igual a cinco	8,57%	20,99%
Superior a 5	2,77%	23,37%

Não existem dados detalhados para uma explicação cabal, mas será de crer que ela se encontra dentro dos seguintes parâmetros:

1. O crédito ao sector agrícola orientava-se antes do 25 de Abril para o reforço e conservação do sector latifundiário e da grande exploração agrícola e não houve uma reconversão adequada dessa situação – apesar de alguns esforços legislativos dos IV e V Governos Provisórios –, em que muito pesa a deficientíssima reestruturação da banca (incluindo CGD) que em muitos dos seus sectores (em que as agências rurais são um caso flagrante) passou a ter uma actuação contra-revolucionária. A diminuição dos empréstimos acompanha a diminuição da importância económica das grandes propriedades agrícolas e do seu «aproveitamento» para múltiplos fins (em muitos casos alheios à agricultura). O aumento do saldo reflecte o reverso da medalha, a sabotagem latifundista.

- Crédito Agrícola concedido aos agrários, em 1974, pelos Bancos Comerciais e outras instituições financeiras: 7 milhões e 52 mil contos; em 1975: 6.967.000 contos. Isto significa que, durante 1974, 7 milhões de contos giravam por fora da banca ao serviço dos agrários. Por outro lado, o VOLUME MÉDIO ANUAL dos créditos agrícolas, subsídios, avales, etc., concedidos aos agrários no triénio de 1972 a 1974, sem incluir os empréstimos da banca, foi de 18.920.000 contos. Vejamos agora que o Crédito Agrícola de Emergência concedido às Unidades Colectivas e Cooperativas do Reforma Agrária foi de 2.454.722 contos, isto é, 30% aproximadamente das verbas concedidas aos agrários. Já depois de saída a lei da Reforma Agrária, no 4º. Trimestres de 1975, os empréstimos da banca aos agrários atingiam 6 milhões 772 mil contos ¹⁰²
- Exemplos semelhantes se poderiam obter para o resto do país.

2. As relações de crédito existentes nas regiões rurais à margem das instituições bancárias, a incerteza e terror aí existente em resultado da acção caciqueira e terrorista da direita, tornavam extremamente difícil uma maior atenção dos pequenos e médios agricultores em relação às possibilidades de crédito.

Esta situação só podia ser rompida a muito custo com o apoio do próprio aparelho bancário (para não falar na acção imprescindível do Estado), o que não se verificou.

3. As taxas de juro exigidas não eram compatíveis com a rentabilidade das explorações agrícolas, particularmente das pequenas e médias. A partir de certa altura, particularmente para 1976, podemos dizer que quase deixou de ser uma taxa preferencial.

A actual orientação governamental, que vem a tomar corpo desde o VI Governo Provisório, de utilizar o crédito agrícola contra as Unidades Colectivas de Produção e peia imposição da sua anti-Reforma Agrária é a confirmação das tendências referidas.

Conteúdo social do crédito agrícola

70. A evolução do crédito agrícola reflecte fenómenos muito profundos. Com efeito o crédito à agricultura na zona talistas dos dois sectores;

- orienta-se para fins capitalistas ou de usufruto dos capitalistas;
- antes do 25 de Abril o Estado apoiava e coadjuvava esta acção.

Enquanto na segunda fase:

- é uma relação social entre o Estado (em ruptura com o capital monopolista agonizante) por intermédio das suas instituições financeiras e empresas não-capitalistas geridas pelos trabalhadores;
- como o Estado não é dos trabalhadores existe uma ruptura nítida entre quem concede o crédito e quem o recebe;
- orienta-se para o fim do capitalismo e contra os capitalistas. A Reforma Agrária é uma realidade social totalmente diferente conforme a consideremos antes da nacionalização da banca (que coincide com o essencial do impulso para o arranque da Reforma Agrária) ou depois.

Assim, na primeira fase:

- é uma relação social entre capitalistas do sector bancário e do sector agrícola;
- existe em muitas situações completa identidade pessoal entre os capitalistas [falta continuidade da frase]

¹⁰² Da intervenção de Diniz Miranda no VIII Congresso do PCP.

Por outras palavras, o desenvolvimento da Reforma Agrária e a nacionalização da banca alteraram radicalmente o conteúdo do crédito, transformaram-no numa categoria económica diferente. Esta interpretação é, em certa medida extensível a todo o crédito à agricultura.

A alteração de significado social é mais nítida no crédito que na moeda e, portanto, surgem maiores resistências.

A imposição do que podemos designar por CRÉDITO NÃO-CAPITALISTA¹⁰³ terá que ser obra dos próprios trabalhadores, da Banca reestruturada e saneada inserida na defesa e alargamento das conquistas da Revolução, do Estado.

O crédito agrícola é um barómetro do desenvolvimento não capitalista.

O desconto

71. Relativamente ao valor total dos «efeitos comerciais descontados» é de atender nos seguintes dados:

QUADRO XXV
MONTANTE DE DESCONTO

	Montante (milhões escudos)	Variações Anuais (%)
1973	377 820	34,65
1974	494 981	31,00
1975	534 500	8,08
1976 (I e II Trim.)	294 748	—

Fonte: Boletim Trimestral das Estatísticas Monetárias e, Financeiras.

Constata-se um acentuado decréscimo no ritmo de evolução do desconto embora se tenha verificado ritmos semelhantes noutros anos, como por exemplo em 1967 (6,2%) e 1968 (8,9%).

Uma primeira justificação desta evolução deve ser encontrada no empolamento que o capital fictício – a utilização do «crédito a curto prazo» para o seu impulso – antes do 25 de Abril.

Contudo, não basta. Quanto aos factores recentes são de destacar:

- Empolamento do crédito comercial, ruptura generalizada da circularidade do crédito particularmente resultante da crise, falta de liquidez da banca e restrição ao desconto grandemente dependente do redesconto¹⁰⁴
- Encarecimento do crédito, primeiramente junto do Banco de Portugal com duas elevações da taxa de redesconto na segunda metade de 1974 (de 5%, para 6,5% em 31/7 e para 7,5% em 31-12, taxa que se manteve no ano seguinte) e depois, consequentemente, na banca comercial cuja taxa média de desconto para os diferentes tipos de efeitos teve a seguinte evolução:

1973	6,45%
1974	7,11%
1975	8,99%

A primeira razão é a determinante até porque é causa da segunda. A taxa de juro condiciona o crédito a partir da sua fixação (oficial) mas ela fixa-se pela acção conjunta da oferta e da procura de capital-dinheiro, intimamente ligado ao desenvolvimento económico e aos ciclos capitalistas: a taxa de juro condiciona o crédito porque as pressões sobre o crédito fixa aquela.

A taxa de monetização do crédito fixa aquela.

A taxa de monetização do crédito é condicionada pela taxa de juro.

¹⁰³ Não falamos em crédito socialista porque para tal era necessário:

- um Estado dos trabalhadores;
- uma maior importância da propriedade colectiva;
- inserção do crédito nos planeamentos global e monetário-creditício.
- gestão bancária diferente e centralizadora da circulação monetária e financeira.

¹⁰⁴ Não existem dados estatísticos para conhecer o volume de «efeitos comerciais em circulação».

Evolução dos saldos dos empréstimos

72. Os aumentos dos saldos dos empréstimos revelam já a dificuldade de pagamento das dívidas. Esse facto é vivamente demonstrado pelos «protestos de efeitos comerciais»:

QUADRO XXVI
MONTANTE DOS PROTESTOS

	Valor (milhões escudos)	Variação Anual (%)	Peso em relação aos descontos %
1973	727	- 26,34	0,19
1974	2 364	225,00	0,48
1975	12 600	432,00	2,35
1976 (I e II Trim.)	3 616	—	1,23

Fonte: Boletim Trimestral das Estatísticas Monetárias e Financeiras

Os dados são concludentes.

São justificáveis pela falta de liquidez, por se viver um período de crise mas reflecte igualmente a actuação gravoso dos capitalistas e sua actuação inevitavelmente contra-revolucionária.

Ruptura do crédito

73. A pressão sobre o crédito, as dificuldades da sua realização apontam necessariamente para uma grande importância dos créditos a curto prazo que tendem a aumentar o seu peso.

Os dados comprovam esta situação:

- Continua a verificar-se que os créditos a menos de um ano originários da carteira comercial constituem sempre mais de 90% do total.
- Nos empréstimos do sector público enquanto em 1973 a menos de um ano representavam 28,03%, em 1975 são 45,56%.
- Verificou-se um grande aumento relativo nos empréstimos ao consumo a menos de um ano que passaram de 58,53% em 1973 e 1974 para 80,95% em 1975.

Não cremos necessário explorar mais o tema.

Conclusões

74. A análise do crédito durante a Revolução Portuguesa é o estudo da mutação (com continuidades funcionais e rupturas político-sociais) do próprio conteúdo do crédito, da sua passagem incompleta e contraditória do crédito capitalista para o crédito não-capitalista enquadrado nos seguintes parâmetros específicos:

- a) Nacionalizações da banca e sua não reestruturação adequada. Viragem nos objectivos de actuação grandemente recuperados no interesse capitalista a partir do VI Governo.
- b) Carácter determinante para o conjunto da economia do sector nacionalizado, da Reforma Agrária, das empresas intervencionadas e geridas pelos trabalhadores, sem que se tivesse processado uma reconversão global da «racionalidade» económica.
- c) Grande atenção do controlo operário sobre as questões financeiras que constituíram um dos primeiros objectivos parcelares da sua montagem.

Todos estes índices apontados são simultaneamente o reflexo da situação conjuntural económica (ciclos) e política (processo revolucionário) e um barómetro da alteração do crédito como realidade social.

Verifica-se a existência de grandes entraves a essa revolução do crédito.

A sua superação depende da luta dos trabalhadores, da consolidação do processo revolucionário em geral e das alterações da política governamental-bancária.

O ESTADO E O SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO: ORÇAMENTO

Características dos recentes orçamentos

75. O Orçamento Geral do Estado reflecte sinteticamente a política daquele, quer geral quer fiscal, monetária e financeira.

Seria falacioso analisar os aspectos mais estritamente monetários e financeiros, nem sempre explícitos, sem referir alguns parâmetros gerais em que devem ser compreendidos.

Começemos por algumas apreciações gerais:

- a) Os mais recentes orçamentos continuam a apresentar uma estrutura interna semelhante aos do tempo do fascismo, mesmo após as nacionalizações: incluem rubricas exclusivamente referentes ao aparelho de Estado (e agora Previdência). É uma opção restritiva do papel do Estado na economia que reflecte as dúvidas que as classes no poder¹⁰⁵ possuem sobre a existência e importância do sector estatal. Corresponde a um desperdício de potencialidades de efectivo desenvolvimento económico, capitalizado numa recuperação capitalista que se pratica e se insinua. Apesar da importância do Estado na economia, no próprio aparelho produtivo e financeiro, a sua acção continua a ser entendida como supletiva.
- b) Consequentemente é ténue a inserção da acção económica estatal no conjunto da economia. Aceitando um impacto das receitas e despesas sobre a economia, aquele surge como consequência da estrita gestão interna do aparelho de Estado. É talvez por isso que ridiculamente se insistia em fundamentar a gestão financeira passada do Estado com estudo de conjuntura inserto no Relatório do OGE e não se fazia o mesmo para alicerçar o que é a razão de ser do Orçamento: propostas para o futuro¹⁰⁶. Os métodos de elaboração continuam os mesmos, partindo do tradicional: a passagem falaciosa do micro para o macro por justaposição. As classificações e rubricas pouco se alteraram.
- c) A inserção do Orçamento no Plano (que durante certo período nem houve) – como se pretendeu apresentar este ano – é puramente normal e fictício, assim como o é o próprio plano: «continuará a ser um Plano e um Orçamento em que a característica mais marcante é o pendor tecnocrático e burocratizante, divorciado, no fundamental, de uma grande participação dos agentes económicos, nomeadamente dos trabalhadores»¹⁰⁷

Dados orçamentais

76. Vejamos então alguns dados gerais do Orçamento que começam a entroncar com o conteúdo da nossa análise: peso no conjunto da economia; aspectos quantitativos e qualitativos das receitas, despesas e deficit.

(A) O impacto do OGE no conjunto da economia tem muito que ver com os montantes que assume e pelos princípios que o orientam.

QUADRO XXVII
ALGUNS DADOS ORÇAMENTAIS
milhões de contos (preços correntes)

	1974	1975	1976	1977
Produto Interno Bruto a custo de factores	308	344	430	519
Despesa Interna	338	374	473	580
Receita Orçamental	53	60	71	93
Despesa Orçamental	53	75	106	146
Deficit Orçamental	—	16	35	53

¹⁰⁵ À inexistência em qualquer momento de um Estado dos trabalhadores (o que não quer dizer que em momento passado não tivessem assumido algumas posições) deve-se acrescentar o cuidado com que os assuntos económicos eram específica e cuidadosamente entregues aos não-defensores maiores dos trabalhadores (com algumas excepções pontuais no V Governo Provisório).

¹⁰⁶ Aparentemente há uma excepção no OGE de 1977 mas é formal, pois o enquadramento no futuro é esparso, moralizante e sem agarrar as questões mais imediatamente importantes para o Orçamento.

¹⁰⁷ De artigo de «O Diário» «O Orçamento e o Plano correm risco de o não serem», de José Maria Testa.

donde se pode concluir:

- Aumentou o peso do OGE no conjunto da economia, reforçando-se percentualmente a tendência anterior, embora com diferenças qualitativas: continuando num e noutro período a pesar o aparelho de Estado burocratizado e delapidador, a situação verificada até 1974 devia-se à guerra colonial, o que deixou de existir.
Em 1960 o montante das despesas do OGE no Rendimento Nacional foi de 14,44 % e em 1972 de 20,88 %¹⁰⁸ (108); em 1977 o seu montante representa 25,2 % do Produto Interno.
É particularmente notório o crescendo das despesas, embora também seja preocupante o aumento de receitas propostas para 1977.
- Aparentemente a diferença essencial entre o Orçamento elaborado no período fascista (1974) e os restantes seria a inexistência ou existência de um deficit orçamental. Contudo é uma distinção fictícia pois também então havia um deficit mas camuflado sob a capa de «receita extraordinária». Para o orçamento de 1974 o seu montante era de cerca de 10 milhões contos.
Esta situação do Estado ter «despesas» superiores às «receitas» assume proporções alarmantes: de 3 % do PIBcf para 1977 passou para 10 % para o próximo ano.

Qualquer defesa desta política de deficit orçamental com recurso a esquemas explicativos keynesianos¹⁰⁹ não consegue encobrir que a actual situação é a incapacidade de resolução dos grandes problemas económicos nacionais. As políticas de «austeridade» para as classes trabalhadoras são mais reflexo de uma política quantitativista¹¹⁰

(B) Vejamos as receitas e formas de cobertura do deficit.

— Os impostos assumem nos Estados capitalistas uma relevância particular. É costume distingui-los em directos e indirectos.

Os impostos directos incidem sobre rendimentos inseridos numa determinada situação de propriedade e, portanto, podem ser orientados classistamente. Pode-se evitar qualquer repercussão sobre os preços. Por sua vez os impostos indirectos, incidindo sobre determinados actos, têm um carácter classista mais fluido. Repercutem-se sobre os preços. É certo que é possível aplicá-los de forma diferenciada mas isso é esvaziar o outro lado da política fiscal, como comumente e justificado: estímulo de orientação da actividade económica¹¹¹.

Os impostos indirectos incidem com particular força sobre as classes trabalhadoras.

Ora o que se verifica, para o período de análise, é um aumento de 166 % nos impostos indirectos (20.179 milhares de contos em 1974 e 53.668 em 1977, contra 83 % nos directos (passando de 12.193 milhares de contos para 22.313). Para o conjunto dos impostos é inegável um elevado aumento, mesmo em termos «reais»¹¹².

À custa de quem se faz esse aumento?

Há um recurso sistemático ao crédito como forma de cobertura do desequilíbrio orçamental.

No orçamento para 1974 inscreveu-se 9 677 milhares de contos de crédito enquanto para 1977 é necessário 52933.

Enquanto que os primeiros representam 24 % das receitas ordinárias, as últimas correspondem a 57 %. Cada vez mais as despesas do Estado português são cobertas pelo crédito.

Esta evolução tornou-se particularmente preocupante a partir do orçamento para 1976. De facto atingindo então 34 778 milhares de contos mais que duplicaram em relação ao ano anterior, passando de 28 % das receitas ordinárias para 51 %.

¹⁰⁸ Sobre assunto ver «Monopólios e Política Anti monopolista no Portugal de Hoje».

¹⁰⁹ A teoria keynesiana, defensora intransigente da propriedade privada, advoga uma intervenção económica do Estado, mesmo no investimento, com carácter supletivo corrector das deficiências da iniciativa privada. Defende uma expansão do consumo.

¹¹⁰ Já analisamos em §§ anteriores. Conduz à restrição do consumo das classes trabalhadoras.

¹¹¹ O Consideremos, por exemplo, a aplicação recente de impostos aduaneiros mais elevados para produtos considerados secundários ou de luxo. Que se ganhava com esse aumento? Restringir as importações. Mas se assim é não pode contar como acréscimo significativo de receita fiscal. Se se considera como tal é porque à partida se subestima a capacidade correctora.

¹¹² Ultrapassa em cerca de 50 % o aumento de preços.

Por esta forma se transfere a resolução das questões essenciais e se transfere para o futuro uma responsabilidade financeira enorme que se traduzirá em pressões políticas capitalistas de todo o teor. Mistificam-se os problemas actuais à custa dos próximos anos, das gerações seguintes.

Simultaneamente os créditos externos, os mais gravosos, aumentam ainda com maior intensidade. Sendo de 250 milhares de contos em 1974 e pouco tendo aumentado no ano seguinte atingem um montante 11 vezes mais elevado (3000 milhares de contos) no Orçamento elaborado para 1976 (sob a direcção de Zenha). O seu montante para 1977 é uma incógnita preocupante. Anunciando-se um montante semelhante ao do ano anterior, não se explicita a origem dum crédito de 41 milhões de contos, que tudo indica poder vir a ser em significativa parte obtida no estrangeiro.

Entretanto o total de encargos com a dívida pública em vindo a aumentar:

1974: 4 405 milhares de contos

1975: 4 656 milhares de contos

1976: 6 004 milhares de contos

1977: 14 869 milhares de contos

Em 1977 cerca de 11 milhões de contos foram para juros¹¹³.

(C) No referente às despesas são os seguintes os aspectos mais significativos:

- Seu aumento muito grande, passando de 53 058 para 158 308 milhares de contos no curto espaço de quatro anos, com um ritmo percentual quase uniforme ao longo dos anos, superior ao aumento de preços (cerca do dobro).
- Redução sensível das despesas militares, particularmente após o processo de descolonização.
- Aumento de atribuições a alguns ministérios com função social¹¹⁴.
- As despesas com «fomento nacional» também aumentaram, tendo passado de 12 399 milhares de contos em 1974 para 34.986 em 1977 com um aumento percentual anual crescente ao longo dos anos.

Contudo é preciso atender às orientações de destino:

- Para 1974 inseriam-se no IV Plano de Fomento, isto é, no processo de reforço do poder dos grupos monopolistas e de repressão dos trabalhadores. As obras públicas representavam 38 %.
- O orçamento para 1975 tem um carácter impreciso quanto aos objectivos de classe. As obras públicas continuam a ser uma forma privilegiada de actuação (58 % das despesas de «fomento»). Contudo, revela um conteúdo mais social: 60 % daquela rubrica refere-se à saúde (no anterior a saúde representava 11%).
- Para 1976 a acção económica do Estado aparece como a «necessidade evidente de compensar, tanto quanto possível, a acentuada quebra de ritmo do investimento privado que tem vindo a registar-se». As obras-públicas assumem novamente grande relevo, atingindo, só para «Habitação e Urbanismo» 7 900 milhares de contos. O maior aumento percentual foi na «Agricultura, Pesca e Silvicultura».
- Para 1977 o Orçamento tem em conta o conjunto de investimentos constantes do «Plano». As «Obras Públicas» e «Habitação, Urbanismo e Construção» representam 53 % e a «Agricultura e Pesca» 12 %.

Embora se afirme da construção de [falta a continuação da frase]

«O Plano... (tende no) prosseguimento da construção de um projecto de sociedade em transição para o socialismo» e as alterações de última hora tivessem em parte contribuído para seu reforço, na prática a política económica orienta-se para a contenção dos «parceiros sociais» que inevitavelmente resvala para a recuperação capitalista.

No seu conjunto pode-se concluir uma deficientíssima adequação do Orçamento à realidade económico-social criada pelo processo revolucionário, uma subestimação e deturpação do papel económico do Estado na actual fase do desenvolvimento económico português (sem negar a validade limitada de uma ou outra medida).

¹¹³ O que dá mais de 1 conto por português e mais de 3 contos por português activo.

¹¹⁴ Por exemplo os Ministérios da Educação passaram de 6 815 milhões de contos para 22 529. Houve um aumento de 52 % de 1974 para 1975, de 70% de 1975 para 1976 e em 1977 verificou-se um aumento de apenas 28 %.

Em todos os orçamentos do período democrático verifica-se, como dissemos, um «pendor tecnocrático e burocratizado» que se agudiza quando havia razões económicas (não políticas) para tal: os dois últimos.

Repercussões sobre a Moeda e o Crédito

77. Como é claro todos estes aspectos têm sérias repercussões sobre a moeda e o crédito no nosso país (veja-se o financiamento dos déficits) mas atente-se que se propõe de específico nesses campos.

Duma maneira geral ressalta um muito reduzido tratamento, o que não pode deixar de espantar. Apenas para 1977 é possível encontrar no «Plano» que acompanha o Orçamento alguns pontos sobre o assunto, donde ressalta:

- Apoio à recuperação capitalista (ex. insuficiente reestruturação do sistema bancário, bolsa...).
- Um conjunto de propostas tecnocratas formuladas de uma forma vaga cujo tom geral permite extrair uma eventual inserção na política de recuperação capitalista.

Erros grosseiros, como os que resultam da aceitação sem promover uma política geral orientada para o socialismo, da possibilidade do Estado controlar rigorosamente a moeda: «a massa monetária cresça de forma controlada».

A inflação é mais tratada nos sucessivos Orçamentos, mas de uma forma:

- Demagógica pelo fascismo (1974) em que se faz depender do estrangeiro, aponta como contributo à sua solução o falso «equilíbrio orçamental», confunde e mistura explicações para salientar a guerra colonial.
- Empirista e superficial nos dois anos seguintes: recurso à explicação monetarista – quantitativista (1975) e a «novos» conceitos não explicativos como o de «inflação reprimida» (1976).
- Autoritaristas no de 1977: a inflação controla-se não por medidas económicas profundas, que podem pôr em causa o sistema capitalista, mas por medidas administrativas (o que não se nega algum efeito temporal e limitado): fiscalização.

Resumo

78. Resumindo, em todo o período democrático temos orçamentos de Estados que não sofreram um processo de destruição e construção, nem de transformações profundas em muitos sectores. Com o seu «pendor gestor-tecnocrata» desinsere-se dos grandes problemas económicos nacionais (mesmo dos especificamente monetário-financeiros) e dos objectivos fixados pela Constituição.

A tendência é de agravamento dos encargos suportados pelos trabalhadores e crescente endividamento do Estado, incluindo no estrangeiro¹¹⁵.

Quem deseje um desenvolvimento independente do nosso povo e a resolução das grandes questões da vida nacional, quem considere vital a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, não pode ficar indiferente!

CRÉDITO PÚBLICO E CRÉDITO EXTERNO

Síntese de dados sobre a dívida externa

79. É do conhecimento público o recurso do Estado ao crédito quer interno quer externo, agravando-se a situação herdada do fascismo. Alguns aspectos foram tratados quando se viu o Orçamento.

Como as consequências da dívida externa são as mais gravosas e o Estado, responsável pela moeda nacional, assume em todas elas uma responsabilidade muito particular, comecemos por ver alguns dos seus aspectos:

- a) Não existem dados sobre o montante de créditos estrangeiros concedidos e não pagos. «É duvidoso que as próprias autoridades monetárias portuguesas conheçam o seu valor efectivo pois praticamente não existe controlo oficial sobre este tipo de operações externas. Pode-se dizer que se

¹¹⁵ A recente declaração do Mercado Comum de impor fim da Reforma Agrária como condição de entrada para o Mercado Comum é uma demonstração cabal das ingerências imperialistas a que conduz esta situação.

trata de um assunto privado entre importadores e exportadores»¹¹⁶. Revela a falta de intervenção do Estado num campo vital.

- b) Em fim de 1975 havia uma dívida pública efectiva externa de 18 423 milhares de contos e para os seguintes anos recorde-se o que foi visto nos Orçamentos. Entre tanto as responsabilidades para com o exterior têm aumentado imensamente.

QUADRO XXVIII
RESPONSABILIDADES PARA COM O EXTERIOR

	milhares de contos				
	IV/74	XII/74	VIII/75	III/76	VI/76
Banco de Portugal (incluindo FMI)	69	18	1930	–	29991
Bancos Comerciais	2431	2808	2811	4059	–

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras, incluindo Boletim trimestral

Segundo afirmação do Primeiro-ministro em Setembro 76 a «dívida externa atinge 95,4 milhões de contos». Segundo Carlos Carvalhas no VIII Congresso do PCP ultrapassa já 112 milhões de contos. Nos últimos tempos há a registar os seguintes novos empréstimos financeiros:

Jul 76: 4000 milhares contos¹¹⁷
Ago/Set 76: 1260 milhares contos¹¹⁸
Nov. 76: 1920 milhares contos
Dez. 76: 960 milhares contos

a que há que acrescentar o recente pedido de autorização à Assembleia da República para novo crédito e o anunciado «tratamento de choque» (entenda-se «tentativa de assassinato da Revolução») americano de 15 milhões de contos (para o que surgem entraves políticos).

Estes dados demonstram cabalmente a responsabilidade do VI Governo Provisório e da política de recuperação capitalista de que o actual governo tem sido continuador.

c) «35% do total do ouro do Banco de Portugal está afecto à garantia de empréstimos estrangeiros (...): a preços de mercado o seu valor é de cerca de 76 milhões de contos enquanto ao preço oficial é de 20 milhões de contos»¹¹⁹. Do ponto de vista dos empréstimos apenas importa o último valor.

d) Na generalidade dos casos os prazos são curtos. Por exemplo Janeiro era uma data estratégica para o pagamento de muitos empréstimos (por isso a urgência de novos créditos). Entra-se num processo de contrair créditos para pagar créditos.

e) Os fundos de financiamento de projectos «não se traduzem, automaticamente, em entradas. Com efeito para além da fixação de quotas a despende anualmente, os condicionalismos de apreciação dos pedidos de crédito e o calendário de execução dos respectivos projectos marcam o ritmo das correspondentes entradas de divisas»¹²⁰.

Além disso alguns desses créditos estão adjudicados a fins muito precisos como sejam os de aquisição de mercadorias no próprio país que concede o crédito (especialidade dos EUA).

f) Grande parte dos créditos externos são utilizados na aquisição de bens de consumo, não operando, pois, quaisquer possibilidades de desenvolvimento económico.

g) As taxas de juro nominais¹²¹, pelos dados que se conhecem, oscilam entre 5% (ex. Empréstimo da Áustria em Dez. 76) e 8,5% (ex. empréstimo do BIRD em Ag/Set 76).

¹¹⁶ De «A dívida externa portuguesa e a estratégia do imperialismo» de Jorge de Figueiredo no Diário dia 28 de Dezembro.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Do Boletim mensal do Banco de Fomento Nacional 9/76. Refere-se ao auxílio do BIRD à realização de um projecto no domínio da energia eléctrica.

¹¹⁹ Do Jornal Notícias 15-1-77.

¹²⁰ De «Economia e Socialismo» n.º 4, pág. 13

¹²¹ As taxas de juro são aumentadas pela descida de cotação.

«Os pagamentos (amortizações e juros) ascenderam em 1976 a cerca de 15% das exportações»¹²². «Só os encargos financeiros suportados em 1976 por estes empréstimos (910 milhões de dólares da «Europa connosco») atingem os 557 800 contos»¹²³.

h) Os objectivos políticos são muito claros e aparecem como aspecto fundamental. Caducci é categórico quanto aos objectivos: «o primeiro consiste em ajudar o povo português no seu esforço para reforçar as instituições no sentido de preservar os seus ideais de liberdade; (...) o segundo objectivo são os problemas sociais, no sentido de fazer progredir as instituições sociais; (...) o terceiro objectivo (...) é apoiar o actual governo na recuperação económica do país»¹²⁴.

Isto dito da boca de um representante do capital monopolista americano e internacional, especialista em contra-revolução, sanguinárias se necessário, tem um sabor muito especial.

Também o Fundo Monetário Internacional se propõe administrar directamente o empréstimo: «o imperialismo, assim, passaria a controlar a economia portuguesa por via interposta»¹²⁵.

Síntese de dados sobre a dívida pública interna

80. Sinteticamente alguns dados referentes à dívida pública (entendendo o Estado em sentido estrito) interna:

i) A dívida pública interna que tinha passado de 21 586 milhões de escudos em 1964 para 40 368 em 1973 (o que significa em média uma taxa anual de 7%) atingiu 77 352 milhões de escudos em 1975 o que dá uma taxa média anual de crescimento de 45%.

Entretanto no 1.º Trimestre de 1976 o crédito de instituições bancárias ao Estado já orçava em 81.410 milhões de escudos. É de registar em 1976 a nova emissão de Obrigações do Estado.

j) Dos 81 410 milhões de escudos referidos 57,1% eram assegurados pelo Banco de Portugal, 15,3% pelos designados Bancos Comerciais e o restante, 27,6% pela CGD. 21,3% assumiu a forma de empréstimo e 75% de aquisição de títulos de dívida pública. Nos empréstimos a CGD tem um papel destacado, garantido nessa data 97,7%. Em fins de 1975 as obrigações do Tesouro representavam 76,7% do total da dívida pública efectiva.

k) As taxas de juro oscilam entre 5% e 10% sendo os créditos mais recentes a taxas mais elevadas.

l) É difícil especificar as utilizações desses créditos, mas não se pode deixar de referir as gravosas intenções de com tal indemnizar grandes capitalistas (que representará cerca de 20 milhões de contos).

Alguns aspectos sócio-políticos da dívida pública interna

81. Dum ponto de vista estrito podemos classificar as dívidas públicas internas como relações sociais entre:

- Instituições de crédito nacionalizadas/Estado
- Capitalistas/Estado
- Trabalhadores/Estado.

Para a compreensão do seu significado social é vital saber de que Estado se trata e qual o grau de socialização das nacionalizações. Não vamos entrar nesse problema, mas é inegável que no momento presente se pode caracterizar Estado e Banca nacionalizada como inseridos numa política de recuperação capitalista e que, se não é total, é porque conduziria à liquidação total das liberdades.

Entendendo-se aqui Estado como aparelho de Estado, aparelho político, é evidente que o pagamento das dívidas e dos juros só pode ser feito à custa de cargas fiscais presentes ou futuramente, que representarão uma diminuição do nível de vida geral do povo português, a não ser parcialmente que os créditos sejam orientados para actividades criadoras de um excedente económico que poderia, à partida, ser considerado consignado ao reembolso. Mas não é isso que ressalta da análise orçamental.

Os créditos internos constituem uma pressão sobre o consumo do povo português (sem qualquer compensação significativa no desenvolvimento económico futuro). Os juros são absorvidos pelo aumento de preços.

¹²² Intervenção de Carlos Carvalhas no VIII Congresso PCP

¹²³ Do artigo referido em 116.

¹²⁴ Dos jornais diários.

¹²⁵ Do artigo referido em 116

Pelo seu conteúdo as dívidas do Estado aos capitalistas têm um significado particularmente gravoso. Constituem um instrumento de pressão económico-política imediata e futura sobre o Estado, constitui efectivamente uma acumulação de riqueza que, na pior das hipóteses, pode transformar-se imediatamente em capital-dinheiro pela sua monetarização, e, na melhor, tem (?) que futuramente se transformar em capital-dinheiro. A indemnização aos capitalistas mesmo em títulos de tesouro tem um iniludível significado de alinhamento pelos interesses capitalistas.

Alguns aspectos sócio-políticos da dívida pública interna

82. Quanto à dívida externa ela assume diversas formas sociais:

- capitalista estrangeiro/capitalista português¹²⁶
- capitalista estrangeiro/sector nacionalizado português
- capitalista estrangeiro/Estado
- instituições internacionais capitalistas/sector nacionalizado
- instituições internacionais capitalistas/Estado

Contudo em todas elas é a moeda nacional no plano internacional que está em jogo e o Estado assume uma particular responsabilidade.

O crédito externo é mais gravoso que o crédito interno porque, além de reproduzir todos os graves inconvenientes deste, temos que:

- a) quem empresta o capital-dinheiro é sempre uma instituição ligada ao capital;
- b) os juros representam uma saída definitiva de excedente económico da nossa economia e as amortizações saída de uma parte do valor da produção nacional. Não apresenta possibilidades de mecanismos compensatórios;
- c) os centros de decisão principais são exteriores e incontroláveis;
- d) constitui um canal de pressão política: «a política de «porta aberta» abre efectivamente o caminho à ingerência total»¹²⁷

Tudo isto é tanto mais grave quanto os créditos não sejam utilizados no desenvolvimento da produção nacional¹²⁸.

A que conduzirá esta política de crédito

83. Os créditos são apresentados como a salvação nacional, como a única via para se conseguir tal. Os créditos externos servem para a apologia da «Europa connosco» e, juntamente, com os internos, no essencial, para resolver a política de recuperação capitalista, com um mínimo de custos imediatos.

O recurso ao crédito, nomeadamente externo, é uma peça importante do Programa de Governo. É certo que a curto prazo é necessário a «obtenção de linhas de crédito a termo, especialmente dirigidas à aquisição de equipamentos com taxas e prazos favoráveis e sem aceitação de quaisquer condições de ordem política»¹²⁹ mas tais medidas têm que ser parte de um conjunto mais vasto e articulado de políticas económicas que visem um progresso em grande parte baseado nas nossas próprias capacidades e numa ruptura, pelo menos significativa, com a dependência integral do capitalismo que tanto tem sabotado a nossa economia.

A política de créditos como tem sido conduzida pelo PS/PPD tem o claro objectivo de conduzir a economia portuguesa à bancarrota de que as forças do capital (interno e externo) se aproveitariam para tentar mostrar a falência do 25 de Abril e aparecerem como os salvadores económicos, esperando nessa altura ter as portas mais abertas para a sua acção — o que inclui a possibilidade de uma repressão contra os trabalhadores; transformar novamente Portugal no jardim de exploração dos trabalhadores.

A actual política de créditos é suicida mas ainda existem forças para a impedir. Os próprios socialistas têm uma acção importante a desenvolver.

¹²⁶ No sentido de residente em Portugal.

¹²⁷ De «Economia e Socialismo» n.º 4

¹²⁸ Para o que não basta pôr os trabalhadores a fazer seja o que for o multiplicador de emprego e de rendimento a funcionar. Há que definir prioridades e actuar de forma a desenvolver os sectores-chave da economia, a resolver os estrangulamentos, a substituir importações. O sector nacionalizado tem uma função determinante insubstituível pelo capital privado.

¹²⁹ Da Resolução Política do VIII Congresso do PCP

O ESCUDO NO PLANO INTERNACIONAL

A moeda universal

84. Uma «moeda» só o é efectivamente se preencher cabalmente a função de equivalente geral nas relações sociais de troca. Esta função tem uma amplitude internacional que na actual fase histórica das relações monetárias internacionais¹³⁰ exige a possibilidade de cada moeda nacional se poder trocar pelas outras moedas nacionais.

Cada moeda nacional encontra-se simultaneamente pressionada e condicionada pela evolução das situações económico-sociais interna e externa, em que os fenómenos políticos se adicionam aos económicos.

Se por um lado as relações entre as diversas moedas nacionais reflectem as alterações relativas das situações conjunturais de cada uma, alguns dados referentes ao ouro reflectem também a alteração global das diversas moedas no plano internacional. O ouro continua a ser uma reserva de valor com aceitação internacional, o que se torna particularmente notado nos períodos de crise monetária¹³¹.

Mercado do ouro

85. A análise das variações dos «preços»¹³² do ouro é bastante significativa:

QUANDO XXIX
VENDA AO PÚBLICO DO OURO EM BARRA (esc. /gr.) NO MERCADO LIVRE DE LISBOA

Ano	Mês	«Preço»	Variação média mensal (%)
1974	Janeiro	117,45	–
	Abril	155,00	+ 10,66
	Junho	137,50	- 5,65
	Setembro	154,52	+ 4,13
	Dezembro	196,25	+ 9,00
1975	Março	180,00	- 2,76
	Junho	175,00	- 0,93
	Setembro	185,00	+ 1,90
	Dezembro	185,00	0,00
1976	Março	165,86	- 3,44
	Junho	131,49	- 6,91
	Setembro	124,00	- 1,90

Fonte: Estatística Monetárias e Financeiras (INE)

Estes dados assumem particular significado se recordarmos que em 1971 o seu preço era de 39,69 e em 1973 de 82,85. Desde então verificou-se um vertiginoso aumento a ritmos particularmente intensos em 1974, entrando a partir de então numa fase de declínio, particularmente sensível em 1976.

Atendendo a que um aumento do preço do ouro significa uma diminuição do poder aquisitivo verifica-se um comportamento desigual quanto ao poder aquisitivo da moeda em relação ao ouro e às outras mercadorias:

¹³⁰ Ao referir-se a actual fase histórica tem-se presente a não aceitação generalizada do ouro para pagamentos internacionais, o decréscimo de aceitação de algumas moedas nacionais até recentemente dominantes, a acrescentar ao facto de uma moeda nacional não servir para pagamento a outro país de moeda diferente.

¹³¹ Até 1968 havia um acordo internacional entre os países capitalistas para os Estados/Bancos Centrais interferirem no mercado do ouro procurando manter o preço deste ao nível da cotação internacional do dólar. A partir de 15 de Março desse ano passa a haver dois mercados do ouro: o «oficial» para as operações inter estatais e o «livre» em que se admitia a flutuação livre do preço por acção da oferta e da procura. O mercado «livre» veio a assumir importância cada vez maior.

É a partir de fins de 1971, com a não convertibilidade do dólar e sua futura desvalorização que o ouro passa a assumir maiores variações de preços, com oscilações bruscas.

Jogar nas variações de preços do ouro faz hoje parte da própria gestão financeira do Capital e do Estado nos países capitalistas.

¹³² Enquanto mercadoria pode-se falar no preço do ouro mas enquanto moeda não tem preço. O ouro, mesmo enquanto mercadoria, tem sempre alguns aspectos de moeda.

em 1974 os preços do ouro aumentaram 2,67 vezes mais do que os preços no consumidor¹³³, em 1975 tiveram comportamento em sentido inverso (o ouro diminuiu 5,7 % enquanto os preços aumentaram 16,1 %) o mesmo se verificando no período de 1976 para que se têm dados (a variação do ouro em sentido negativo foi 3,1 vezes mais forte que o aumento dos preços internos então verificado).

Estas diferenças justificam-se muito claramente pelo seguinte facto: o ouro é uma mercadoria inserida no mercado mundial e face à qual se mede o efectivo valor de cada e de todas as moedas nacionais¹³⁴.

Significa isto que existem determinantes fundamentais que são definidas internacionalmente, com grande hegemonia, no mundo capitalista, das moedas que são aceites internacionalmente (com particular relevância do dólar).

As relações sociais de troca que caracterizam a moeda de cada país reflectem as relações sociais de produção e de circulação internacionais do sistema económico-social em que se inserem e, consequentemente, as relações de dependência e hegemonia.

Evolução das taxas de câmbio

86. Sem dúvida que existem desfasamentos temporais e variações diferenciadas entre os diversos mercados do ouro que reflectem aspectos particulares das relações sociais em cada país, mas são um aspecto complementar.

Tal aspecto reflecte-se mais claramente nas cotações das diversas moedas¹³⁵ e aí encontramos uma tendência generalizada de descida de cotação do escudo¹³⁶, apesar de isso não se verificar em relação a duas moedas com peso internacional: o dólar apenas subiu de cotação entre Junho 75 /Junho 76¹³⁷ e a libra desde inícios de 1974 até Agosto de 1976 desceu sempre de cotação.

Se as tendências detectadas no período de análise se podem extrapolar é de concluir que há uma tendência generalizada para a descida de cotação do escudo que se não deve apenas à evolução das outras moedas mas também a um comportamento específico global das moedas dos países capitalistas em relação ao escudo¹³⁸.

Essa tendência começa a desenhar-se mais claramente a partir de Setembro de 1974, com impulsos entre Junho/Setembro de 1975 e no início do ano de 1976.

Não nos basta a constatação. É necessário explicar esta evolução¹³⁹.

Desequilíbrio da Balança de Pagamentos

87. Um primeiro tipo de explicação radica-se no desequilíbrio da Balança de Pagamentos¹⁴⁰, que como se sabe assumiu défices muito elevados nos últimos tempos:

¹³³ Tomou-se o índice de Lisboa.

¹³⁴ Se verificássemos, por exemplo, para 1976 as cotações do mercado livre de Londres, teríamos para os três primeiros meses um decréscimo mensal médio de 1,65 % para os três seguintes de 1,71 % e para os dois últimos considerados de 4,38 % que, como se vê, são variações do mesmo sentido das detectadas no caso português, ainda que de intensidade diferente o que resulta das especificidades do caso português: concretamente, das alterações o nível do poder político e consequentes perspectivas que se oferecem ao capital.

¹³⁵ Antes de analisarmos a evolução da cotação do escudo em relação às diferentes moedas, vejamos a evolução relativa das diversas moedas dos países capitalistas: tomando como base a cotação de cada moeda no início de 1973 verifica-se até Junho/76: Uma grande subida das moedas da Suíça e Alemanha, ligeira subida nas moedas da Áustria, Noruega, Dinamarca, Canadá, uma estabilidade nas moedas da Finlândia, Austrália, Bélgica, Suécia, França, Estados Unidos, Japão e Holanda (estes dois últimos com bruscas variações intermédias), um decréscimo forte nos da Irlanda, Nova-Zelândia, Turquia, Grécia e Grã-Bretanha e uma quebra muito forte nas da Islândia e Itália. Houve uma subida de algumas no início de 1974 e uma quebra vertiginosa nos quatro primeiros meses de 1976. Recorde-se ainda a revalorização do marco (Alem. Ocid.) em Outubro do passado ano.

¹³⁶ Na nossa amostra considerados o marco (R.F.A.), dólar (E.U.A.), schilling (Áustria), libra (Grã-Bretanha), lira (Itália), franco suíço e markki (Finlândia).

¹³⁷ Os dados de que se dispõe terminam em Agosto/76.

¹³⁸ Só assim se explica que o escudo se desvaloriza, por exemplo em relação à lira quando o facto de esta se ter desvalorizado fortemente em relação a todas as outras moedas apontaria para uma situação radicalmente diferente. Recente publicação da OCDE aponta entre Jan./Jun. uma descida de 10 % para o escudo e de 20 % para a lira

¹³⁹ A análise das cotações com os países socialistas exigia introduzirmos um novo conjunto de parâmetros de análise, específicos de uma projecção da economia socialista na economia internacional por isso, assim COMO DOÍ não ser essencial para a compreensão da situação actual, não o faremos aqui. Recorde-se apenas a recente cotação do escudo em Moscovo: 2,98 rublos/100 escudos (teria interesse comparar relativamente com outras cotações...)

¹⁴⁰ Estes métodos explicativos surgem tanto para a descida de cotações como para a desvalorização. Existe tendência para identificar estes dois fenómenos. Veremos futuramente que são diferentes.

- parte de um saldo bastante negativo nas transacções de mercadorias quer em 1974 (-50.530 milhares de contos) como em 1975 (-41.070 milhares de contos); constitui em primeiro lugar a continuidade de uma situação que vem do fascismo (deficiente produção interna, estruturação produtiva partindo de um deficiente mercado interno e virada para o exterior, inserção num conjunto de acordos com os parceiros capitalistas) facilitada por uma inadequada política económica imposta pelas forças reaccionárias e oportunistas de direita e agravada com a mutação comercial relacionada com a inevitável descolonização.

A crise, com correspondente dificuldade de realização do capital-mercadoria em capital-dinheiro, veio mostrar o falacioso de um desenvolvimento para exportação e agravar a dificuldade, a que se deve acrescentar o boicote realizado por muitos países capitalistas;

- a inevitável instabilidade social que acompanha qualquer alteração social com um mínimo de profundidade, acrescido da referida crise que tem grassado pelo capitalismo, levou a uma diminuição dos saldos de turismo (descida de 17 % em 1974) para o que também não são alheias as formas de boicote ao nosso país (nova descida em 1975 de 42 %)¹⁴¹; todos estes factores influenciaram e condicionaram igualmente as remessas dos emigrantes, mas de uma forma menos desvantajosa para o processo revolucionário (em 1974 aumentaram em 4,3% as Transferências Privadas e em 1975 diminuíram apenas 14 %)¹⁴²;
- os saldos da Balança de Pagamentos assumem proporções muito elevadas: respectivamente 16 e 27 milhões de contos em 1974 e 1975 cobertos com saídas de ouro e divisas (16 e 19 milhões de contos) e em 1975 com compromissos assumidos com bancos estrangeiros (8 milhões de contos)¹⁴³.

Os dados parciais que se conhecem para 1976 confirmam as tendências que já se vinham a manifestar. Em alguns aspectos com agravamento: — «Durante o VI Governo consumiram-se 33,8 milhões de contos de reservas, três vezes mais que durante o IV e V Governos Provisórios (...). Com o Governo Constitucional PS a situação não só se modificou como se agravou. Com efeito na sua vigência já se consumiram 7,5 milhões de contos de reservas»^{144 145}. E tudo isto com base nos valores oficiais do ouro, muito aquém dos do mercado livre onde é boicotada a acção de Portugal! Esta descida de disponibilidades face ao estrangeiro é particularmente preocupante quando comparada com a dívida; — «aquele ritmo de desequilíbrio sofreu uma aceleração em 1976, nomeadamente a partir do 2º. Trimestre, demonstrado pelos saldos negativos da Balança Comercial (...). Consultados os dados publicados pelo INE em Novembro findo, sobre o Comércio Externo verifica-se que no 1.º trimestre de 1976 o saldo negativo manteve-se quase idêntico ao de 1975, tendo-se verificado um aumento de 2 %, de 15.162.000 para 15.479.000 contos. No 2º. Trimestre o saldo negativo aumentaria 13 % em relação a igual período de 1975, passando de 38.548.000 para 43.536.000 contos»¹⁴⁶.

Ora justificar a descida de cotação do escudo pela balança de pagamentos passa normalmente por argumentos como:

- desequilíbrio negativo na BP particularmente quando interligado com o mesmo fenómeno na balança comercial reflecte a debilidade económica do país, a base pouco sólida da respectiva moeda;
- conduz a uma diminuição de reservas de pagamento ao estrangeiro criando fragilidade às relações internacionais; conseqüentemente surge uma reacção de desconfiança para com essa moeda o que pode agravar os fenómenos da sua oferta e procura;

¹⁴¹ Só um estudo muito mais exaustivo nos permitiria estabelecer a hierarquia destas diversas causas.

¹⁴² Não analisamos aqui as «operações de capital» porque se desconhecem os dados para 1975 das de curto prazo. Para os médio e longo prazos passaram de -3.490 em 1973 para + 6.918 em 1974 e -4.172 em 1975 devendo-se os valores de 1974 em 62% a créditos ligados a operações de mercadorias. O valor de 1974 não pode ser explicado como evolução normal da situação anterior. No Relatório do Banco de Portugal de 1975 afirma-se que esse dado devia ser tomado com reserva, que devia resultar de desfazamentos temporais e que deveria ser posteriormente corrigido, mas tal não aconteceu. Não reflectirá créditos e transferências fictícias para futuras saídas?

¹⁴³ Devem-se também ter presentes as consequências da descolonização e o fim do aproveitamento do facto do escudo ser a moeda intermediária das colónias em relação ao estrangeiro

¹⁴⁴. De «Por uma dinâmica não capitalista», intervenção de Carlos Carvalhas no VIII Congresso do, PCP. (143).

¹⁴⁵ Aparentemente as disponibilidades em ouro e divisas aumentaram (em Dez./75 havia 39.660, em Jan./76 44.074 milhares de contos e em Junho atingem 39.000) mas entretanto muitos empréstimos são garantidos por ouro (em 19-4-76 ascendiam a 17 milhões de contos): as responsabilidades em moeda estrangeira passam de 4 milhões de contos em Out./75 para 25 milhões de contos em Jun./76.

¹⁴⁶ De «Economia», n.º 6, pág. 88.

- devido à forma assumida pelos pagamentos internacionais, um saldo negativo da BP significa um aumento da oferta de moeda nacional e uma diminuição da procura pressionando assim uma descida do seu «preço»¹⁴⁷.

A sabotagem económica também joga em tais processos de influência. É ela que, por exemplo, é «responsável pela paralisação dos investimentos, pela descapitalização das empresas, pela transferência ilegal de capitais para o estrangeiro (sob este último aspecto refira-se, por exemplo, que a importação de notas do Banco de Portugal atingiu 612.000 contos em 1973, 1.291.000 contos em 1974 e 625.000 contos em Abril de 1975)»¹⁴⁸.

Mas não fica por aí: o mercado negro do escudo, fomentado tão intensamente por todo o lado, reforçado pelo processo de descolonização, com os volumes de escudos oferecidos e as cotações praticadas – elevadíssimo pagamento das moedas estrangeiras – tem constituído um mecanismo de muito grande pressão sobre a moeda nacional.

Outros elementos explicativos

88. Contudo estas explicações quantitativas, se necessárias para a análise, são manifestamente insuficientes. Por um lado existem fenómenos que lhe passam à margem e, por outro, a própria explicação do quantitativo exige o recurso a outros elementos. Simultaneamente há que atender quando é que certas variações quantitativas se traduzem em variações qualitativas e tal só é possível tendo presente que o estatuto das moedas no plano internacional está intrinsecamente ligado ao modo de funcionamento do imperialismo e à inserção do país.

Uma explicação baseada na BP exigiria uma análise de todas as BPs simultaneamente.

Também não é possível explicar por uma comparação relativa dos preços internos de cada país, pois a explicação encontra-se no plano internacional. O caso português é bastante concludente: durante o fascismo, apesar de mais elevada a taxa de inflação portuguesa a descida de cotação foi muito reduzida. Agora desce em relação à moeda de países que tiveram taxas de inflação mais elevadas (ex. Itália).

As pressões exercidas pelo mundo capitalista sobre o processo revolucionário português também encontram a sua expressão monetária. Os créditos são um canal privilegiado para todo o tipo de coacções económicas e políticas e estas serão tanto maiores quanto menores forem as capacidades próprias de financiamento e as relações económicas exteriores à dominação imperialista (países socialistas ou países inseridos na luta anti-imperialista).

Assim, por exemplo, «o auxílio económico americano..., assume formas diversas, desde empréstimos a garantias, doações e subsídios, instrumentos normalmente utilizados para:

- assegurar que as orientações fundamentais da política económica não põem em causa a livre iniciativa capitalista;
- propiciar oportunidades de negócio para as empresas americanas, novas oportunidades de investimento ou de comércio e garantias suficientes para os interesses americanos estabelecidos;
- tornar os beneficiários do auxílio cada vez mais dependentes do mercado de capitais norte-americano ou de outros centros capitalistas, daí a prioridade atribuída a programas de assistência técnica incluindo formação, aos estudos sectoriais e de mercado ou a zonas sensíveis da estrutura social» (de «Economia e Socialismo», nº 4 – pág. 18).

Um instrumento particularmente importante para as pressões do imperialismo sobre a moeda dos países numa situação de dependência é o Fundo Monetário Internacional¹⁴⁹ (149), que actua em defesa das moedas «fortes» e para facilitar a penetração do capital americano, exige reformas monetárias, impõe desvalorizações:

«As desvalorizações são características da actividade do FMI e das suas missões de inquérito enviadas aos países em vias de desenvolvimento; constituem a condição necessária à concessão de empréstimos» (de «Le Neocolonialisme e sa Méthode» de Vakhrouchev —pág. 291).

¹⁴⁷ Seria de entrar em conta com o tipo de sistema de câmbio (paridade fixa, flutuante, flutuação entre limites) mas a raiz da explicação seria a mesma.

¹⁴⁸ De «Economia», n.º 4, 63 — artigo: «assegurar a estabilização financeira indispensável à recuperação económica

¹⁴⁹. É uma instituição especializada das Nações Unidas, dominada pelos EUA que possui cerca de 37% das quotas (seguida pela Grã-Bretanha com 18%). Dela apenas fazem parte os países capitalistas.

Os exemplos multiplicam-se: «a bandeira do FMI é designada pelos habitantes da América Latina por a bandeira negra da desvalorização».

Resumindo. A descida da cotação do escudo é um fenómeno importante cujas consequências analisaremos. É o reflexo simultâneo de uma situação económica grave, dum desequilíbrio financeiro particularmente preocupante, das pressões políticas imperialistas sobre o processo revolucionário, da crescente subordinação do Estado Português aos ditames dos «amigos» do mundo capitalista e da crescente asfixia de iniciativa a que tal conduz.

A descida de cotação e a desvalorização são problemas económicos e políticos. Contra eles uma luta económica e política.

OBSERVAÇÕES SOBRE A DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO

O que é a desvalorização

89. Verificamos que tem havido ao longo dos últimos meses uma descida de cotação do escudo no mercado internacional que se tem feito sentir, de uma forma geral, em relação a todas as outras moedas.

Poder-se-ia considerar essa situação anterior a 25 de Fevereiro como uma desvalorização?

Para respondermos a essa questão sem cairmos em lugares comuns (ex. «De notar que há meses que o escudo está sujeito a uma desvalorização sistemática e suave em relação às moedas dos principais parceiros comerciais de Portugal»)¹⁵⁰ convém precisar alguns aspectos a saber:

1) Duma maneira simplista pode-se dizer: «Teoricamente, desvalorizar uma moeda consiste em decidir que ela passará a valer uma menor quantidade de ouro. Na prática, esta operação consiste em decidir que ela passará a ser trocada por uma menor quantidade de moeda estrangeira»¹⁵¹. É o que segundo outros exprime uma «redução oficial estabelecida pelo Governo»¹⁵².

É, pois, possível distinguir dois planos de análise: a) uma actuação de gestão da moeda pelo Estado como continuador (com rupturas parciais) dos interesses económicos que visa; b) a actuação política sobre a moeda surgida como reconhecimento da imperiosidade de uma actuação de sanção para a resolução das contradições¹⁵³ surgidas e que podem impedir que a moeda de um país mantenha a sua possibilidade de obter toda e qualquer mercadoria.

Existe permanentemente uma:

«— oscilação entre a necessidade de administrar a moeda o mais favoravelmente possível aos interesses capitalistas e a impossibilidade de o fazer sem se arriscar a ultrapassar as pressões objectivas que asseguram a validade da moeda;

— oscilação entre o aparelho estatal de gestão, que reflecte a contradição precedente, e por outro lado as decisões políticas referentes ao valor relativo da moeda nacional»¹⁵⁴.

2) A gestão da moeda que se reflecte nas taxas de câmbio é multilateral. Não cabe apenas a cada país decidir da sua moeda no plano internacional mas a todo e cada país influenciar a sua e restantes moedas.

A situação de cada moeda no plano internacional é o resultado do confronto monetário dos diversos países que «jogam» o mesmo processo internacional, reflectindo as contradições político-económicas entre os diversos países¹⁵⁵. A capacidade de influência dos outros países sobre a moeda, mesmo em resultado da sua acção de gestão, é tanto maior quanto as formas de relacionamento produtivo, monetário e financeiro forem mais intensas.

Partindo destes parâmetros podemos considerar que se agravaram as relações de influência dos restantes países capitalistas sobre a situação da nossa moeda (créditos externos, tentativas de inserção no Mercado Comum, boicote às relações económicas com os países socialistas, política interna de recuperação

¹⁵⁰ De «Economia e Socialismo» nº 8 — «A desvalorização do escudo».

¹⁵¹ «Para Compreender as Crises Monetárias», Kahn — pág. 21.

¹⁵² «Dicionário de Economia Política» de Borisov

¹⁵³ Mais precisamente uma «política monetária» de teor capitalista não resolve as contradições mas apenas as desvia.

¹⁵⁴ De «Política Monetária» de Suz. Brunhoff, pág. 12.

¹⁵⁵ Apesar de se tratar de uma contradição secundária do imperialismo assume em muitas situações monetárias uma grande importância.

capitalista,...) e que é esse factor, conjuntamente com o da gestão capitalista da economia nacional (incluindo da moeda) que levou a uma descida de cotação internacional do escudo. Até à data referida não houve desvalorização.

É difícil determinar se até essa data não houve desvalorização porque as contradições da gestão ainda não tinham amadurecido ou se resultava de uma resistência política determinada. Provavelmente há que considerar os dois aspectos, o que inclui um receio de demonstração pública da incapacidade gestonária do Estado.

De facto com a decisão governamental de desvalorização de 15% (as primeiras informações oficiais são pouco claras se essa desvalorização se refere à cotação oficial ouro ou aos câmbios praticados à data, mas tudo parece indicar esta situação) altera significativamente a situação:

- consubstancia um reconhecimento político das pressões capitalistas nacionais e internacionais;
- tornou irreversível a situação de oscilação;
- agravou ainda mais, quantitativa e qualitativamente, a situação da nossa moeda.

O bálsamo embalador é afirmar que esta medida será acompanhada da possibilidade de uma maior estabilidade das cotações. Esta estabilidade das cotações internacionais pode corresponder a interesses de sectores capitalistas mas é uma mera utopia porque o Estado não tem controlo sobre a moeda, porque a cotação do escudo depende também dos outros países, porque os nossos instrumentos de intervenção no mercado cambial são cada vez mais reduzidos.

A desvalorização significou a abertura de uma brecha (no aproveitamento político da «moeda forte», nas pretensões de independência nacional...), de penetração imperialista que vai ser profundamente explorada.

A desvalorização está realizada mas erguer uma barreira às suas consequências, a novas desvalorizações, é um imperativo imediato.

Consequências da desvalorização (I)

90. Quais as consequências da desvalorização?

Como normalmente relaciona-se, às vezes em exclusividade, a desvalorização com os efeitos sobre a balança comercial, comecemos por ver as suas consequências sobre as importações e as exportações:

A) Aumenta o preço das mercadorias importadas. Este facto, em geral, pode ter repercussões diferentes conforme o tipo de mercadorias que são e sua importância relativa e absoluta. Depende do que se costuma designar por «elasticidade preços-procura», isto é, da forma como a procura reagirá a essa variação de preços. Tanto pode conduzir a uma diminuição de importações e menor desequilíbrio da balança comercial, como a um aumento de preços e agravamento da referida balança.

Para concretizarmos para o nosso país é preciso atendermos à estrutura das nossas importações: «verificamos... que em todos os anos considerados o maior peso das nossas compras se situam nas rubricas «Matérias-primas e produtos intermédios» e «Bens de equipamento» com 80% em 1960 e 73,8% em 74. Por outro lado, é saliente também a evolução experimentada pela subrubrica «Produtos alimentares», que em 1960 representava 9,5% das nossas compras (1.486 milhares de contos), 10% em 1970 e 12,1 em 1973 já com um valor de 9.044 milhares de contos»¹⁵⁶.

É de acrescentar uma grande dependência em relação a um reduzido número de países: «o grau de dependência de Portugal era bastante elevado com o Reino Unido e os Estados Unidos da América, a deter 32,9% das nossas importações»¹⁵⁷.

Esta situação¹⁵⁸ leva a concluir que a esmagadora maioria das mercadorias continuarão a ser importadas a um preço mais elevado: são vitais para o próprio funcionamento da economia portuguesa.

Se é eventualmente possível admitir certas zonas de efeito benéfico, as consequências nefastas de conjunto são muito maiores e havia outras formas de atingir os mesmos objectivos parciais positivos. Contudo mesmo a existência dessas zonas não é certo.

¹⁵⁶ De «Economia» n.º 2 — pág. 29.

¹⁵⁷ De «Economia» n.º 2—pág. 26.

¹⁵⁸ Seria também de referir a tendência histórica para não haver grandes alterações no comércio externo desde o 5 de Abril. Aquele aponta um crescer simultâneo da dependência do estrangeiro e dos preços da tonelada importada (entre 1929 e 1964 aumentou 288% contra 173% das exportações).

B) Sem dúvida que este aumento de preços externos repercutir-se-á na produção interna. Muitas das mercadorias importa: das são capital constante enquanto capital produtivo e, portanto, vão transferir o seu «valor» para as novas mercadorias produzidas. Além disso, face aos novos preços das mercadorias importadas os das nacionais também subirão.

Pode-se pois afirmar correctamente que «a perda de valor cambial por parte do escudo, ao provocar a elevação directa do preço dos produtos importados e de modo indirecto a subida do preço dos produtos susceptíveis de servir como seus sucedâneos, vai desencadear um impacto no nível geral de preços de amplitude dependente da grandeza da manipulação cambial. Dado o peso dos produtos importados que se destinam ao consumo no abastecimento do mercado interno (23 milhões de contos em 1975 só de bens essenciais como a carne, o peixe, a batata, os cereais, as oleaginosas e o açúcar), a desvalorização terá como resultado uma diminuição violenta na capacidade de consumo de todos os que vivem de rendimentos fixos, com particular relevo para os baixos rendimentos nominais auferidos pela grande massa de trabalhadores»¹⁵⁹.

C) Considerando isoladamente as exportações poder-se-ia afirmar que os seus preços diminuiriam e, portanto, adquiririam uma nova capacidade de concorrência no estrangeiro.

Não negamos que eventualmente num primeiro impacto poderá surgir essa situação mas de forma pouco duradoira. A curto prazo o aumento geral de preços como foi analisado anteriormente tenderá a absorver em elevada percentagem o diferencial entre os preços portugueses e estrangeiros.

Consideremos, por exemplo, o caso dos têxteis e calçado que representam quase 14% das nossas exportações. O facto de 20% dos inputs¹⁶⁰ do sector serem importados e 79% dos investimentos também o serem reflecte de forma vinculada como o aumento de preços das importações, e não só, se pode repercutir sobre as exportações. Mais, tal incidência pode fazer-se de forma duradoira, isto é, repercutir-se ao longo de muitos anos por intermédio do capital fixo.

D) Os elementos anteriormente referidos não apontam, pois, para um desenvolvimento industrial mais acelerado.

O encarecimento das matérias-primas e das máquinas e equipamentos funcionam imediatamente como dificuldades.

Promover o desenvolvimento industrial para a exportação com grande desprezo pelo mercado interno é uma das tristes heranças do fascismo.

Promover uma produção interna capaz de substituir grande parte das importações é algo historicamente inevitável, mas que só será conseguido pelo reforço dos sectores não-capitalistas.

Consequências da desvalorização (II)

91. Analisar as consequências apenas sobre a balança comercial é insuficiente. Vejamos alguns aspectos relacionados com o movimento de capitais.

E) De imediato pode-se afirmar que conduzirá a uma revalorização das remessas dos emigrantes em 15%. Transformará as remessas de emigrantes em algo mais atraente.

Contudo a experiência mostra que bastante frequentemente a uma desvalorização se seguem outras. Nem o «poderoso» dólar escapou a essa situação (desvalorização em 1971 e 1973). Poder-se-á, pois, verificar um fenómeno de desconfiança em relação à moeda portuguesa que limite a amplitude do fenómeno referido.

Do ponto de vista da economia portuguesa seria ainda necessário saber qual o montante de entesouramento dos emigrantes susceptível de transferência como resposta a esse estímulo.

As medidas complementares tomadas pelo Governo face aos emigrantes não alteram sensivelmente esta situação.

F) Esta revalorização das riquezas no estrangeiro expressas em escudos aplica-se igualmente para a daqueles que colocaram no estrangeiro dinheiro num processo de sabotagem económica e asfixia financeira do processo revolucionário português.

¹⁵⁹ De «Economia e Socialismo», n.º 8, pág. 15.

¹⁶⁰ Compras a outros sectores.

Por outras palavras, anti-revolucionários, criminosos da nossa economia, sabotadores de toda a estirpe, que extorquiram capital-dinheiro à nossa economia receberão um prémio, no montante da desvalorização, pelo seu comportamento¹⁶¹.

G) Simultaneamente aumentará a atracção de Portugal por parte das multinacionais, do capital estrangeiro, o que, não se processando da forma «brilhante»; que os defensores do imperialismo desejariam¹⁶², constitui um novo passo da subordinação de Portugal ao imperialismo.

H) Vejamos finalmente as consequências sobre a dívida externa que resumidamente podemos considerar catastrófica.

Alguns exemplos podem ser elucidativos:

- sendo a dívida externa de 112 milhões de contos¹⁶³ a pagar em moeda estrangeira, a desvalorização de 15% transforma aquela dívida em 128,8 milhões de contos, aumentando a responsabilidade de cada português para com o estrangeiro em 1.680\$00. Simultaneamente os juros serão aumentados;
- o Banco Mundial concedeu no 3.º Trimestre de 1976 um empréstimo para financiar a realização de um projecto no domínio da energia eléctrica a uma taxa de juro de 8,5%; com a desvalorização de 15% a taxa de juro passará para 9,77%.

Consequências da desvalorização (III)

92. Todos estes factos são elucidativos das consequências globais que tem a desvalorização e que podemos sintetizar nos dois pontos seguintes:

A) redistribuição da riqueza nacional com uma crescente saída para as metrópoles imperialistas, benefício em particular para sabotadores e exportadores e em geral para a classe capitalista.

Agravamento das condições de vida da classe trabalhadora em resultado de:

- aumento geral dos preços ainda em maior proporção do que se tem verificado, atingindo muitos produtos essenciais (ex. carne);
- tendência ao congelamento de aumentos nominais de salários, ou mesmo à sua redução, em nome do «aproveitamento da oportunidade no seio da comunidade internacional» com total desprezo pelo aumento da capacidade aquisitiva interna¹⁶⁴
- no futuro, aumento da carga fiscal como única via possível de fazer face aos juros e amortizações da dívida externa; simultaneamente criam-se novos entraves estruturais à saída da crise com aumento da probabilidade de vir a ser integralmente paga pelos trabalhadores;

B) maior subordinação ao imperialismo nos campos económico e político. A independência nacional, a possibilidade do povo português decidir do seu próprio destino fica mais comprometida.

Inserindo-se numa política de recuperação capitalista é uma importante machadada no processo revolucionário, a demonstração cabal da opção definitiva (nada é definitivo) do Governo PS em relação ao que designa de «parceiros sociais».

Em face do facto consumado da desvalorização há que lutar contra todas as suas nefastas consequências.

¹⁶¹ Se um indivíduo colocou no fim de 1974 no estrangeiro 10.000 contos e os transformou em marcos, por exemplo, com uma desvalorização do escudo de 15% não só verá confirmado cerca de 3.500 contos resultantes da situação cambial no momento da desvalorização como terá um novo prémio de 1.500 contos. A custa de quem? Em grande parte dos trabalhadores que, em contrapartida, passarão a pagar mais pelas mercadorias.

¹⁶² O capital estrangeiro exige um conjunto de garantias para o investimento que ultrapassa em muito a desvalorização embora isso não deixe se lhe agradar.

¹⁶³ Segundo Carlos Carvalhas na intervenção «Por uma nova dinâmica não capitalista» apresentada no VIII Congresso do PCP a dívida externa ultrapassaria aquele montante.

¹⁶⁴ «A desvalorização constitui, portanto, um incitamento às exportações...em troca de uma restrição do consumo interno. De facto, ela é também um prémio aos exportadores, pago por uma alta de preços que atinge os trabalhadores» (De «Para Compreender as Crises Monetárias» de J. Kahn, pág.24)

POSTFÁCIO

1. Com este conjunto de artigos pretendemos mostrar qual a situação da moeda portuguesa, como tem evoluído, quais as forças determinantes, quais as responsabilidades de situações graves e consequências da recente desvalorização.

Repensar tudo isto, fazer o «retrato» final do balanço é tarefa que aconselhamos.

2. Voltamos a afirmar o pedido «desculpa da nossa incapacidade de abordar o assunto de forma mais acessível sem desvirtuar o conteúdo» e da extensão que assumiu o assunto. Pensávamos poder abordar o assunto de forma mais sintética mas no próprio processo de investigação vimos a inviabilidade de tal.

3. Apesar da extensão sentimos que o assunto ficou incompleto?» Não abordaremos, mas uma coisa é certa: há uma economia política socialista da moeda e do crédito e uma política correspondente.

4. Agradecemos todas as opiniões dos leitores.